

**ESPAÇOS**  
ESPAÇOS

**VIVIDOS**  
**CONSTRUÍDOS**

**CIAUD FAUL**

**ISSN 2183-4644**

**Volume 1**

**Número 1**

**ESTUDOS SOBRE A CIDADE**

**Nota editorial: Espaço e vida social**

**Isabel Guerra**

**A governança territorial como abordagem integradora na investigação**

**José Luís Crespo**

**Urbanismo e Democracia: a cidade e o projeto - o projeto urbano como elemento agregador**

**Jorge Nicolau e Maria Manuela Mendes**

**Sociabilidade: A forma urbana na vida pública na cidade de Lisboa**

**Rui Justo e Ana Amado**

**Arte e Design Social Urbano: Visibilidade e Sentidos**

**Zélia Simões**

**Espaços Públicos e Cultura: apropriações e sociabilidades no espaço público**

**Marina Marques de Souza e Vitor Cunha Longo Braz**

**Projetar com a Diversidade: o equipamento como estratégia de ligar o Bairro à Cidade**

**Rita Pires**

**Espaço Público: do espaço da palavra ao espaço do silêncio**

**Teresa Sá**

**Organização: Maria Manuela Mendes**

**Apoios:**



**Título:**

Espaços vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade, n.º 1, janeiro de 2015

**Edição:**

Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design/CIAUD

Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Rua Sá Nogueira | Pólo Universitário | Alto da Ajuda

1349-055 Lisboa – PORTUGAL • Tel.: +351 21 361 5817

E-mail: [ciaud@fa.ulisboa.pt](mailto:ciaud@fa.ulisboa.pt) • Sítio: <http://ciaud.fa.ulisboa.pt/>

**Conselho de Redação:** Maria Manuela Mendes; Teresa Sá; José Luís Crespo; Carlos Ferreira; Jorge Nicolau

**Conselho Editorial:** Maria Manuela Mendes; Teresa Sá; José Luís Crespo; Carlos Ferreira; Jorge Nicolau

**Diretora:** Maria Manuela Mendes

**Organização do primeiro número:**

Maria Manuela Mendes

**Créditos:**

Capa: Jorge Nicolau, Pedro Caetano e Elsa Rodrigues

**Revisão:**

Elsa Rodrigues

L<sup>A</sup>T<sub>E</sub>X editor: Elsa Rodrigues  
using L<sup>A</sup>T<sub>E</sub>X's 'confproc' package, version 0.8 by V. Verfaillie.

**Edição digital:**

ISSN: 2183-4644

uri: [http://biblioteca.fa.ulisboa.pt/images/revistas/espacos\\_vividos\\_e\\_espacos\\_construidos01.pdf](http://biblioteca.fa.ulisboa.pt/images/revistas/espacos_vividos_e_espacos_construidos01.pdf)

**Apoios:**

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Educação e Ciência

CIAUD – Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

**Apresentação de originais:**

Os textos submetidos para publicação terão que respeitar um conjunto de normas formais indicadas em lugar próprio (ver Índice).

**E–revista**  
*Espaços vividos e espaços construídos:*  
*estudos sobre a cidade*  
*N.º 1*

**Organização**

Maria Manuela Mendes



## Lista de autores

**Amado, Ana Elisabete Martinho** – Arquiteta; doutoranda em Urbanismo na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa; bolsista de Investigação no projeto «O Tecido Edificado na Cidade Portuguesa – Inventário Morfológico» financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

**Braz, Vitor Cunha Longo** – Bolsista do programa Ciência sem Fronteiras, financiado pelo CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil, aluno do Mestrado Integrado em Arquitectura, na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, no ano lectivo 2012/2013.

**Crespo, José Luis** – Professor e Investigador – CIAUD, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

**Guerra, Isabel** – Professora Catedrática e Investigadora – DINÂMIA/CET-UL/ISCTE.

**Justo, Rui Pedro Morais** – Arquitecto; doutorando em Urbanismo na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa; bolsista de Investigação no projeto «O Tecido Edificado na Cidade Portuguesa – Inventário Morfológico» financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

**Mendes, Maria Manuela** – Professora e Investigadora – CIAUD, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa e CIES-IUL.

**Nicolau, Jorge** – Doutorando e Investigador – CIAUD, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

**Pires, Rita** – Mestre em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

**Sá, Teresa** – Professora e Investigadora – CIAUD, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

**Simões, Zélia** – Arquitecta *freelancer*, doutoranda do Curso de Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

**Souza, Marina Marques de** – Bolsista do programa Ciência sem Fronteiras, financiado pelo CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil, aluna do Mestrado Integrado em Arquitectura, na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, no ano lectivo 2012/2013.

# Índice

- 1 Nota editorial: Espaço e vida social  
*Isabel Guerra*
  - 7 A governança territorial como abordagem integradora na investigação  
*José Luis Crespo*
  - 20 Urbanismo e Democracia: a cidade e o projeto – o projeto urbano como elemento segregador  
*Jorge Nicolau, Maria Manuela Mendes*
  - 38 Sociabilidade: A forma urbana na vida pública da cidade de Lisboa  
*Rui Justo, Ana Amado*
  - 59 Arte e Design Social Urbano: Visibilidade e Sentidos  
*Zélia Simões*
  - 70 Espaços Públicos e Cultura: apropriações e sociabilidades no espaço público  
*Marina Marques de Souza, Vitor Cunha Longo Braz*
  - 79 Projetar com a Diversidade: o equipamento como estratégia de ligar o Bairro à Cidade  
*Rita Pires*
  - 91 Espaço Público: do espaço da palavra ao espaço do silêncio  
*Teresa Sá*
  - 99 Normas para apresentação de originais
- 
- 101 **Lista de Autores**

## Nota editorial: Espaço e vida social

*Isabel Guerra\**

Há muito que sabemos que as paisagens urbanas são concebidas como construções sociais, mas colocar a relação entre a morfologia de um espaço e os modos de apropriação é um objecto sempre renovado na pesquisa urbana que conjuga de forma evidente as perspectivas da arquitetura e das ciências sociais. Uma análise dos «sistemas de produção da cidade», realizada a partir do desenho urbano, decorre da necessidade de verificar o seu impacto sobre os cidadãos, a forma como as transformações no tempo acompanharam a vida social, as identidades que decorrem das formas de uso, etc.

Assim, uma reflexão que junta «produção» e «apropriação das formas urbanas» impõe-se para um melhor conhecimento da acção sobre a cidade que informa o urbanismo moderno mais activo e democrático. Esse estudo da «morfologia urbana» não pode ser reduzido a um estudo descritivo da forma mas debruça-se sobre a articulação entre essas formas e os seus significados e vivências visto que as formas físicas, não exprimem realidades concretas directamente observáveis. Essas realidades são subjectivamente reinterpretadas como «abstracções concretas» (Lefebvre, 1970; Ledrut, 1984) à medida que os usos e a experiência urbana decorre de uma grande multiplicidade de práticas sociais.

Poderíamos afirmar que os artigos que aqui se apresentam, cruzam as formas com os sentidos e modos de apropriação, prestando implicitamente tributo a dois grandes nomes da análise da cidade. Por um lado, Maurice Halbwachs reafirmando a importância da sua obra *Morphologie sociale* (1938), e depois Henri Lefebvre (1970) que valoriza essa forma de apropriação diversa e plural da cidade mas onde as formas concretas detêm um impacto observável na materialização da vida urbana.

Se aceitamos os impactos das formas urbanas na vida social também poderemos afirmar que os estudos sempre foram demonstrando que não há determinação das formas sobre os comportamentos. Não só a diversidade dos modos de vida dos diferentes grupos sociais não permite essa determinação como a relação entre o social e o espacial é mediado pela construção de significados e imagens enraizadas em experiências urbanas múltiplas como nos foram demonstrado os inúmeros trabalhos de Kevin Lynch (1960) e de Raymond Ledrut (1968).

Apesar da centralidade desta problemática ela está um pouco datada, associada aos finais do século passado e mesmo nessa altura é relativamente pouco conclusiva. No entanto, no contexto das profundas transformações da cidade e dos modos de vida actuais parece ser uma problemática muito apropriada como

---

\*Professora Catedrática e Investigadora do DINÂMIA/CET, IUL/ISCTE:  
✉ imeguerra@gmail.com

tema de trabalho numa faculdade que pretende cruzar arquitectura e sociologia. De facto, a análise do espaço, tão complexo e funcionalmente diferente, alerta para o reconhecimento da sua multidimensionalidade mas também para a pluralidade das abordagens multidisciplinares necessárias para o seu estudo.

Assim, este primeiro número da *Revista Espaços Vivos e Espaços Construídos: estudos sobre a cidade* tem como pano de fundo a relação entre a forma e a vida social. Nos artigos, estas formas concretas vão desde a rua imersa numa multiplicidade de usos e de equipamentos, ao espaço do bairro, ao desenho das habitações, à manifestação da arte na cidade, às formas de governar a cidade e assim, embora estejamos no que geralmente se denomina «espaço público», a polissemia dos conceitos utilizados ainda é embaraçante e dá azo à liberdade dos objectos e dos enquadramentos dos diferentes autores.

## **Glosando o Espaço Público**

As pesquisas referenciam sobretudo os espaços públicos<sup>1</sup> de utilização colectiva na sua diversidade. As ciências sociais olham para estes espaços públicos como fazendo parte da cidade e como tendo impacto na vida quotidiana quer de forma simbólica contribuindo para a identidade urbana (o que interfere nas formas de acção dos urbanitas face à sua cidade) quer do ponto de vista prático nos constrangimentos e potencialidades de uso que o espaço propõe. Sendo um conceito omnipresente é apesar disso pouco clarificado, e o seu potencial analítico no contexto urbano é ainda controverso, mas permite colocar a diversidade de objectos declinados nos artigos aqui representados. Estes artigos revisitam assim, uma problemática que sendo tradicional mantém a sua actualidade: a atenção à rua, ao papel do bairro, ao repensar o espaço público como elementos essenciais na cidade, etc. A construção social desse espaço público, como os artigos o demonstram, tem várias acepções: reenviando às suas componentes físicas (a rua), mas também sociomorfológicas (os equipamentos, o mobiliário urbano, a arte na rua) e sócio-políticas (a força política do desenho urbano no caso do bairro Padre Cruz).

Os artigos mostram essa polissemia do conceito do espaço público (e da problemática que este encerra) e que constitui a ancoragem das diferentes pesquisas que têm como protagonistas ocultos (porque na sua maioria não são directamente identificados nos artigos) vários actores sociais privados, públicos, identificados e anónimos. Desde a evolução histórica das formas de interacção nos espaços públicos, de espaços animados na relação entre iniciativas geralmente privadas e as necessidades e dos cidadãos na sua apropriação à rua como o fazem no percurso Cais Sodré, o Príncipe Real, ao espaço público construtivista construído de forma participada pela Arte ou pelo graffiti como artigos, etc. . Estamos não perante vazios urbanos mas espaços físicos habitados, «ocupados» por iniciativas várias que geram eventos temporários que se agarram às pedras e que ficam como memória dos bairros e da cidade.

São variados os objectos dos artigos, da produção pública de espaços seja nas tentativas de reabilitação onde a capacidade de inovação é passível de ser introduzida pelos urbanistas, até à produção de um «espaço ideológico» que

---

<sup>1</sup> Consideramos aqui a noção de espaço público como aquele que é de uso comum embora possa ser de produção privada ou pública.



confronta opções políticas sobre a vida social e às formas de governação desse espaço de múltiplos actores.

## Do Poder dos Cidadãos na Construção do Espaço

Poderemos olhar para os artigos agora do ponto de vista das relações sociais, dimensão presente em todos, embora por vezes menos directamente assumida. Os artigos têm subjacente a intenção de animar a vida colectiva e construir uma cidade onde as sociabilidades e as interacções sociais se façam como que decorrendo do espaço construído.

A ameaça constante da perda de laços sociais na cidade (em confronto com a aldeia) é um tema também ele presente na sociologia urbana desde sempre (Wirth, 1938). O medo do anonimato, da perda de referências sociais, a procura de novas instâncias de socialização e de uma cidade de «bairros» são temas que acompanharam as pesquisas desde o início da investigação urbana. Ultimamente, assiste-se a um olhar positivo sobre a cidade inteligente, criativa e inovadora largamente associada à concentração de mais valias económicas mas também de capital humano que permite a multiplicação de interacções criativas e culturais.

Muito para além do interesse económico interrogamos-nos porque é que as maiores questões e desafios da sociedade moderna têm lugar em pleno contexto da vida urbana e porque é que o conhecimento e inovação têm uma base física resultado de complexas interacções entre *clusters* económicos, interacção de valores e culturas envolvendo residentes, estudiosos, políticos, artistas e múltiplas formas e oportunidades de aprendizagem em contexto de interacção (Polèse e Stren, 2000).

Assim, os artigos abordam esta íntima relação entre o espaço produzido e o ambiente urbano reciado pela experiência urbana da sua vivência.

- Numa perspectiva histórica, Teresa Sá analisando a obra emblemática *The fall of Public Men* de Richard Sennett publicada em 1974, aborda as transformações no espaço público e nas interrelações, desde a segunda metade do século XVIII até ao final do século XIX, nas grandes metrópoles concluindo que «*as transformações que foram acontecendo na forma de “habitar” o espaço público desenvolveram-se lentamente, suavemente, silenciosamente, nas lojas, nos cafés, nas ruas, no teatro. O silêncio foi-se apoderando da grande cidade*» e passando cada vez mais para espaços mais privados (a casa). (Teresa Sá, *Espaço Público: do espaço da palavra ao espaço do silêncio*).
- Rita Pires apresenta o espaço público como produtor da imagem do bairro do Barruncho onde se confrontam imagens internas com imagens prescritas do exterior de sinais diferentes. No confronto entre identidades dos residentes mais antigos face aos novos residentes ou face aos «estrangeiros» (gentes do exterior) no bairro do Barruncho, Rita Pires, escreve: «*assim, no que respeita ao modo como o Bairro é percebido por si próprio e pelos outros, pode-se dizer que existe efetivamente um isolamento do Bairro da sua envolvente, embora este isolamento seja sentido de maneira diferente consoante se é residente ou não e, não sendo, se existe uma relação de proximidade com os seus moradores.*» (Rita Pires,

*Projetar com a Diversidade: o equipamento como estratégia de ligar o Bairro à Cidade).*

- Rui Pedro Justo e Ana Amado percorrem a cidade dando-se conta que a rua não é um único objecto, mas o comércio, os quiosques, o estacionamento, etc., elementos que enraízam a experiência urbana, chamam diferentes tipos de urbanitas, e fornecem diferentes ambientes e imagens urbanas. No constante recrear da *«inter-relação entre formas espaciais e suas práticas sociais e que inclusive, estas possuem capacidade de influenciar a sociabilidade... Importa realçar, das observações realizadas à vida pública destas ruas, a natureza distinta das actividades efetuadas pelas pessoas – residentes, turistas, trabalhadores e frequentadores ocasionais.»* (Rui Justo e Ana Amado, *Sociabilidade: A forma urbana na vida pública da cidade de Lisboa*).
- Para Marina Souza e Vítor Cunha, a rua surge também como base material à animação – manipulada ou não – da vida citadina, como oferecendo espectáculos, do graffiti, às festas de rua, etc., e assim é também cultura: apropriações e sociabilidades no espaço público. Na apercebida contradição entre as formas de uso e de apropriação dos espaços públicos em termos de jogos de poder nem sempre evidentes, propõem *«a construção coletiva de um espaço urbano de qualidade passa pela retomada das ruas de nossas cidades como espaços públicos de encontro e palco de manifestações espontâneas e apropriações criativas.»* (Marina Souza e Vítor Cunha, *Espaços Públicos e Cultura: apropriações e sociabilidades no espaço público*).
- Zélia Gomes vai atrás de uma utopia onde o espaço público degradado, é reabilitado através de um design inovador tornando a Arte e a Cultura verdadeiros protagonistas urbanos reconciliando visibilidades e sentidos. Na ambição de tornar as operações de reabilitação urbana *«modelos de criação colectiva e de auto-organização que permitem ampliar a discussão crítica relativa às ferramentas e métodos utilizados...»* visando *«uma relação significativa de interacção entre actantes e utilizadores que apela para a necessidade de criar um sentimento de comunidade que reivindique o espaço como um bem colectivo de promoção da qualidade de vida.»* (Zélia Simões, *Arte e Design Social Urbano: Visibilidade e Sentidos*).
- Jorge Nicolau e Maria Manuela Mendes salientam a importância do desenho urbano de bairros que intencionalmente podem condicionar, restringer ou amplificar o relacionamento interpessoal dos residentes. Na vontade de demonstrar como o desenho urbano condiciona as interacções sociais e como frequentemente foi usado para *«condicionar o relacionamento interpessoal dos residentes...»* analisam o desenho do Bairro Social do Padre Cruz para concluir *«neste aspecto o desenho urbano do Padre Cruz resolve este problema, porque as casas estão dispostas em correnteza, gerando um outro dilema: as pessoas eram “obrigadas” a relacionarem-se entre si, porque viviam “frente a frente”, mesmo quando as relações não eram amistosas.»* (Jorge Nicolau e Maria Manuela Mendes, *Urbanismo e Democracia: a cidade e o projeto – o projeto urbano como elemento agregador*).

- José Luís Crespo, identifica as dificuldades de governança urbana numa sociedade marcada pelas complexidades e fragmentação onde os modelos tradicionais da acção e da gestão pública se desadequaram e se procuram novas formas de governo partilhado. Abordando a complexidade crescente das formas de governação, o autor critica as formas burocráticas tradicionais e traça os elementos que lhe parecem fundamentais para uma democraticidade das decisões sobre a cidade: «*a questão crítica coloca-se no envolvimento e participação de parceiros sociais e económicos, através do desenvolvimento de parcerias e contratualização entre a administração pública e o sector privado para determinadas acções estruturantes no território, tornando-se necessário para uma gestão e governança mais eficazes.*» (José Luís Crespo, *A governança territorial como abordagem integradora na investigação*).

Interrogar, assim, o sentido da morfologia urbana conduz à ideia que as motivações que presidem às associações entre um significado e um significante são mediadas por uma grande diversidade de variáveis que evoluem no tempo e no espaço à medida que as próprias formas urbanas se alteram. Na cidade, o confronto constante com a alteridade, códigos e comportamentos diferentes impõem o pensar da estabilidade mental (Simmel, 1903) e a segurança ontológica (Giddens, 1991), valores que a arquitectura e o urbanismo não podem dispensar. Mas o trabalho de passagem de uma referência desenhada a uma forma concreta, a uma realidade hipotética e desta à multiplicidade das formas de apropriação, só pode ser problemático.

Encontram-se assim justificadas as pesquisas sobre estes objectos e os artigos aqui apresentadas chamam a atenção sobre a diversidade das formas e das abordagens podendo retirar algumas ilações:

- Mais do que considerar a forma física social por si mesma será interessante colocar a relação entre significante (o construído) e significado (o apreendido), o que coloca desde logo o problema da articulação dos registos para definir os objectos de pesquisa de forma global e não dicotómica;
- Apesar do que se disse atrás, as formas urbanas polimórficas e polissémicas apresentam um carácter sistémico, na interdependência entre os vários registos que se articulam para produzir uma imagem global e multidimensional e cabe às equipas de investigação reconstruí-la a partir dos olhares parcelares e monodisciplinares;
- É importante dar uma atenção particular às intervenções urbanas (públicas ou privadas) e fazer alguma «experimentação avaliada» sobre a consequência das opções urbanísticas e arquitectónicas sobre a qualidade de vida, o empoderamento comunitário e multiculturalidade da cidade, etc..

É verdade que o caminho se faz caminhando, os textos apresentados têm mais complementaridades entre si do que contradições, sentindo-se o leitor como que passeando num museu e apreciando vários pintores, com quadros diferentes mas sempre com o mesmo tema, e no fundo parece que a contradição entre significante e significado parece ser mais conceptual do que empírica pois as pesquisas realizadas mostram à evidência a coerência das análises interrelacionadas entre «produção» e «apropriação» da cidade.

## Referências

- Ledrut, R. (1984), *La Forme et le sens dans la société*, Paris: Meridiens.
- Ledrut, R. (1968), *L'espace social de la ville*, Paris: Anthropos.
- Lefebvre, H. (1970), *La Révolution urbaine*, Paris: Gallimard.
- Lynch, K., (1960), *The image of the City*, Harvard: MIT Press.
- Giddens, A. (1991), *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*, EUA: Polity Press.
- Hallwachs, M. (1938), *Morphologie sociale*, Paris: A. Colin (1970).
- Polèse, M. e Stren, R., (2000), *The social sustainability of cities. Diversity and the Management of Change*, Canada: University of Toronto Press.
- Simmel, G., (Original de 1903), *Die Großstädte und das Geistesleben*: tradução brasileira, *A metrópole e a vida mental*, in Velho, O. G. (Org.), *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara, 4<sup>a</sup> Ed., 1987.
- Wirth, L. (Original de 1938), *Urbanism As A Way of Life*: tradução brasileira, *O urbanismo como modo de vida*, in Velho, O. G. (Org.), *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara, 4<sup>a</sup> Ed., 1987.

# A governança territorial como abordagem integradora na investigação

*José Luís Crespo\**

## Resumo

Assiste-se actualmente a uma multiplicação de organismos, de instituições, de redes que intervêm sobre o território, acopladas ao aumento do número de sub-sistemas que se desenham num plano horizontal e vertical, com uma incidência em diferentes níveis de autoridade, de poder e de uma diversidade de *stakeholders*. Este processo de fragmentação faz do sistema territorial uma organização cada vez mais complexa e mais difícil de gerir. Face a este enquadramento, o texto que aqui se apresenta aborda os princípios da perspectiva territorial da governança como uma abordagem integradora na investigação, incorporando as componentes da cooperação horizontal, da cooperação/coordenação vertical e a participação e envolvimento dos actores na gestão territorial.

**Palavras-chave:** Governança territorial; cooperação horizontal; coordenação vertical; participação.

## Abstract

We are witnessing today a multiplication of institutions and networks involved over the territory, coupled with the increasing number of sub-systems that draw a horizontal and vertical plane, with a focus on different levels of authority, power and a plurality of stakeholders. This process of fragmentation of the territorial system is an increasingly complex and more difficult to manage the organization. Against this background, the text presented here addresses the principles of territorial governance perspective as an integrative approach in research, incorporating the components of horizontal cooperation, vertical cooperation/coordination and participation and involvement stakeholders in territorial management.

**Keywords:** Territorial Governance; horizontal cooperation; vertical coordination; participation.

---

\*Investigador no CIAUD – Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa e docente na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa: ✉ [jcrespo@fa.ulisboa.pt](mailto:jcrespo@fa.ulisboa.pt)

## **Introdução**

Os poderes públicos tendem a adoptar e a adaptar-se a diferentes modos de gestão e de acção pública afim de responder a um conjunto de desafios, que as sociedades contemporâneas enfrentam, tais como a globalização, a complexidade e a fragmentação da sociedade, a imprevisibilidade do futuro, a crise financeira, o «enfraquecimento» do Estado, a mudança ideológica para o mercado, a desconexão entre autoridades públicas e cidadãos, a incorporação europeia, entre outros. A importância destes desafios, a nível local e mais particularmente ao nível urbano, explicam o interesse que suscita a noção de governança urbana, debatida por um conjunto de trabalhos que se desenvolveram nesse sentido, incorporando e adoptando novos instrumentos e novos princípios de gestão pública e territorial. A perspectiva e a lógica da acção pública não incorporam a substituição dos modos clássicos de gestão, mas a integração de novos procedimentos e formas de organização que visam uma gestão territorial mais eficaz. Assim, as formas pelas quais as cidades e as estruturas da Administração Local são organizadas e geridas reflectem os contextos e as mudanças na estrutura social, económica e espacial das áreas urbanas. Hoje, os sistemas urbanos são caracterizados por padrões complexos de interdependência entre actores, instituições, actividades funcionais e as organizações espaciais. Nas últimas décadas, a noção de governança tem vindo a desempenhar um papel central na explicação e conceitualização destas relações em mudança (Crespo, 2013).

Uma perspectiva analítica que se começou a sistematizar nos últimos anos é a abordagem territorial da governança (Davoudi et al., 2008). Esta abordagem, que procuramos sistematizar neste texto, congrega em termos de análise várias vertentes: a organização e a cooperação horizontal na gestão territorial; a coordenação e cooperação vertical nos vários níveis de organização e gestão; a participação pública e o envolvimento dos vários actores na gestão territorial.

## **1 A recomposição do Estado, processos de metropolização e governança**

O interesse pela governança, especificamente urbana, resulta do facto das áreas urbanas serem cada vez mais os quadros espaciais, políticos, económicos, sociais e ambientais a partir dos quais as sociedades contemporâneas, sejam elas qualificadas como modernas ou não, sofreram as maiores transformações. Também as cidades continuam a ser confrontadas com fortes contradições, complexidades e fragmentações sociais e económicas, que se manifestam em fenómenos de segregação sócio-espaciais ou em termos de acesso aos serviços públicos urbanos. Paralelamente, as cidades, nomeadamente as maiores, deram lugar a novas configurações de relações entre o Estado e a Administração Local. As alterações na paisagem política e administrativa e os problemas a resolver pelo poder público derivaram em espaços onde se testam novas formas de acção e gestão pública que passam cada vez mais pela negociação entre instituições de estatutos diversos (administrações estatais, autarquias locais, entidades públicas de carácter intermunicipal, instâncias representativas do mundo económico, entre outras). Neste quadro institucional e político, um dos principais objectivos da política pública é o de estabelecer cenários de intercâmbio e negociação entre instituições, parceiros e representantes que têm a pretensão de deter legitimamente uma parte do

interesse geral e que dispõem de uma parte dos recursos políticos indispensável à gestão pública. A institucionalização da acção colectiva é uma questão que está interligada com o quadro espacial das metrópoles (Hall, 1999; Duran e Thoenig, 1996; Gaudin, 2002; Jouve, 2005).

O processo de metropolização foi acompanhado por um duplo processo: a recomposição interna da esfera política e a articulação entre esta e os interesses económicos aí localizados. As competências da Administração Local tornaram-se diversificadas no decorrer das últimas décadas, incorporando um quadro de partilha de competências com o Estado, sobretudo na prestação de serviços, diversificando os seus sectores de intervenção. A capacidade de estabelecer relações interinstitucionais é um recurso essencial na competição entre metrópoles (Bagnasco e Le Galès, 1997; Jouve, 2005).

Em Portugal, a revolução de Abril de 1974 e a Constituição de 1976 consagraram a autonomia local, em que os municípios assumiram a figura de estruturas de poder político com estatuto de administração autónoma. Desde então, os municípios têm vindo a assumir um crescente protagonismo nos processos de desenvolvimento dos seus territórios, materializado num aumento gradual das suas competências nas mais diversas áreas. É indiscutível o facto de os municípios portugueses, os governos locais e regionais um pouco por toda a Europa, terem que fazer face às novas expectativas e exigências dos cidadãos por melhores serviços, à necessidade de racionalizar o uso dos (escassos) recursos públicos e à tendência global de novas práticas de gestão pública (Crespo e Cabral, 2010, 2012; Crespo, 2013).

Para formalizar a (re)configuração das relações entre instituições e actores participantes, na elaboração e na prática de políticas públicas, recorre-se ao termo genérico «governança» que incorpora um conjunto de mecanismos e instrumentos na gestão pública (Tomàs, 2009; Seixas et al., 2012).

As mudanças dos princípios, metodologias e formas de gestão colectiva no campo urbano e territorial aparecem intimamente ligadas com a transição para um novo regime de acumulação capitalista – crise do modelo fordista – incorporado como um modelo de organização da produção e de regulação económico e social, no capitalismo tardio da sociedade ocidental (Harvey, 1989; Healey, 1995). As «novas» políticas urbanas e territoriais têm o carácter das instituições e das políticas do pós-fordismo e estão caracterizadas para um confronto com a lógica do novo modelo de acumulação e desenvolvimento (Mayer, 2000; Arienti, 2003) (Quadro 1).

Quadro 1 – Regulação fordista *versus* regulação pós-fordista

<b>Regulação fordista</b>	<b>Regulação pós-fordista</b>
Soberania Nacional	Organizações supranacionais (UE, ONU, etc.)
Estado intervencionista	Economia de mercado
Estado Pirâmide	Estado em rede
Hierarquia em cadeia das decisões públicas	Concorrência/cooperação entre poderes
Políticas territoriais organizadas hierarquicamente	Políticas territoriais fracamente interligadas

Fonte: Governa (2000, p. 375)

Decorrente de uma reflexão sobre os modelos já estabelecidos e sobre os princípios gerais da governança urbana e territorial, existem poucos estudos que, de forma sistemática, procuram confrontá-los com a prática. Em conjunto, esses estudos consideram a governança como uma possível «chave interpretativa» de mudanças em curso: i) nas formas de gestão colectiva no campo urbano e territorial; ii) na maneira como são construídas as políticas e as intervenções presentes nas cidades e territórios dos países ocidentais; e iii) nos objectivos que são propostos.

Um primeiro conjunto de estudos utiliza o termo governança de forma «neutra», a fim de registar, na prática, a presença dos principais fundamentos que norteiam a construção de formas de intervenção de tipo «inovador», principalmente: a integração, a implicação e a participação de diversos actores, através de uma multiplicidade de acções; o papel desenvolvido pelo actor público; os procedimentos de negociação por meio dos quais as decisões são tomadas e quais as transformações causadas. Neste sentido, a governança procura descrever as mudanças institucionais relacionadas com a implementação das políticas urbanas e territoriais, de forma negociada em contextos metropolitanos e locais (Lefèvre, 1998; Jouve e Lefèvre, 1999).

A ideia de governança urbana e territorial não está, portanto, ligada unicamente ao papel das instituições formais, mas com o processo de «construção de relações» através do qual se define um grau suficiente de consenso e de aprendizagem colectiva, para desenvolver o capital social, intelectual e político, promover a coordenação e o intercâmbio de conhecimentos e competências no conjunto das relações sociais que existem em vários lugares (Healey, 1997).

Nesta perspectiva, as formas e as modalidades de gestão colectiva, sintetizadas nos modelos de governança urbana e territorial, parecem indicar uma mudança no exercício da Administração para uma prática pluralista de regulação urbana e territorial, a fim de redefinir a qualidade e o sinal da intervenção pública na cidade e no território e configurar um processo aberto da sociedade (Goldstein, 2000).

Considerando estes aspectos em conjunto, Le Galès (1995, p. 61) define governança urbana e territorial como «a capacidade de integrar e formar os interesses locais, organizações, grupos sociais e, simultaneamente, a capacidade para representá-los no exterior, e desenvolver estratégias mais ou menos unificadas (e unificadoras) em relação ao mercado, com o Estado, com outras cidades e outros níveis de governo».

## **2 A abordagem territorial da governança**

Neste sentido, a governança territorial é um modo de organização da gestão colectiva territorial, baseado na abertura e transparência do processo em si, de cooperação/coordenação entre os intervenientes (horizontalmente e verticalmente) num quadro de subsidiariedade. Isso implica relações entre actores e interesses, acordo entre as partes interessadas e diferentes modalidades de definição e implementação de políticas (Davoudi e Strange, 2009).

Os principais desafios da governança territorial, são pois, a criação de uma cooperação/coordenação horizontal e vertical entre: i) diferentes níveis de governo (governança a vários níveis, relações verticais); ii) políticas sectoriais com impacte territorial; iii) organizações públicas e não públicas e cidadãos (gover-



nança multi-canal, relações horizontais entre os actores e os seus territórios). A coordenação vertical e horizontal leva à integração e à coerência entre diferentes responsabilidades, competências e visões dos territórios (Davoudi et al., 2008).

Se o principal desafio da governança territorial é o de criar as condições que permitam uma gestão colectiva, com a finalidade da coesão territorial em diferentes escalas espaciais, as questões críticas que emergem, são: i) saber quais são os factores chave para a criação de tais condições; ii) saber quais são os principais «ingredientes» para que a acção colectiva territorial possa surgir; iii) saber quais as qualidades relacionais necessárias para criar uma capacidade de governar na complexidade e na diversidade.

Para descrever, analisar e avaliar as acções de governança territorial, podemos considerar três tipos de factores (Davoudi et al., 2008):

- *O contexto* – para descrever as condições estruturais gerais, as características e a dinâmica do território, com o objectivo de definir e implementar acções de governança territorial (espessura institucional, capital territorial);
- *As políticas* – para descrever os quadros institucionais das políticas territoriais, dos instrumentos e dos procedimentos de governança (ou seja, o «governo» da governança);
- *As acções* – definidas como as experiências, os projectos e os programas, para avaliar os processos de governança e os resultados, em diferentes níveis.

As acções de governança territorial podem ser analisadas e avaliadas através das seguintes vertentes: a coordenação vertical, a coordenação horizontal, e a participação e o envolvimento da sociedade civil em acções territorializadas.

#### *A coordenação vertical*

A coordenação vertical refere-se aos actores e às políticas e está ligada ao princípio de subsidiariedade e ao processo de (re)dimensionamento (ou seja, a (re)organização e a (re)definição das escalas envolvidas nas transformações territoriais e dos níveis de gestão associados). A subsidiariedade vertical interliga-se com os critérios de distribuição de competências no âmbito da definição e implementação de políticas entre a União Europeia (UE), o governo central e as autoridades locais. Além disso, a coordenação vertical do ponto de vista das políticas deve ser encarada como a coordenação das políticas sectoriais com incidência territorial (Atkinson, 2002; Davoudi et al., 2008).

A coordenação entre os actores refere-se principalmente a agentes públicos no processo de «esvaziamento» do Estado. A descentralização deve ser levada em conta de acordo com a proporcionalidade entre a transferência de competências e recursos (ou seja, o governo central descentralizar poderes e competências, proporcionando níveis infra-nacionais com recursos financeiros adequados).

A partir desta perspectiva geral, a ausência de problemas de coordenação vertical entre os vários níveis de administração, pode ser considerada como um primeiro vector. Outro refere-se à qualidade das ligações e das relações

a estabelecer entre as políticas sectoriais, em diferentes níveis espaciais, para assim fazê-los convergir para objectivos comuns.

A fim de descrever e avaliar os diferentes modos, através dos quais a coordenação vertical de actores e das políticas públicas podem ocorrer nas práticas de governança territorial, alguns critérios podem ser tomados em consideração. Os critérios associam a capacidade dos diferentes níveis institucionais, que participam na acção de governança territorial, para interagir (actores) e a capacidade institucional para a implementação de políticas coerentes, em diferentes níveis (políticas) (Quadros 2 e 3).

Quadro 2 – Coordenação vertical entre actores públicos

<b>Critérios</b>	<b>Diferentes contextos possíveis</b>
Diferença entre processos de descentralização	<ul style="list-style-type: none"> <li>– «Esvaziamento» do Estado, ou seja, o processo no qual o Estado deixa «vácuos» de poder que podem ser preenchidos por actores institucionais</li> <li>– Estado na condução do processo de descentralização</li> </ul>
Diferença processos de desconcentração	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Processos nos quais há apenas a transferência de competências – responsabilidade sem autoridade e recursos</li> <li>– Processos nos quais há mais do que a transferência de competências – responsabilidade, autoridade e recursos</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Davoudi et al. (2008, p. 40)

Quadro 3 – Coordenação vertical entre as políticas

<b>Critérios</b>	<b>Diferentes contextos possíveis</b>
Capacidade dos diferentes níveis institucionais implícitos em acções de governança territorial para coordenar as políticas sectoriais	<ul style="list-style-type: none"> <li>– <i>A priori</i> coordenação inter-sectorial – construção de uma visão espacial, como um quadro de referência para as políticas nos diferentes níveis</li> <li>– <i>A posteriori</i> coordenação inter-sectorial – criação de relações entre as políticas depois de terem sido elaboradas como sectoriais</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Davoudi et al. (2008, p. 40)

Tradicionalmente intervêm sobre um mesmo território decisores públicos situados em diferentes níveis institucionais. As relações entre as autoridades são essencialmente fundadas sobre uma partilha de responsabilidades e pela repartição de competências. A maior autonomia do poder local em relação ao Estado e a abertura europeia modificaram-na. Assiste-se a uma multiplicação

de relações contratuais entre o Estado e a Administração Local e ao desenvolvimento de relações directas entre a Administração Local e os organismos da UE.

#### *Coordenação horizontal*

A coordenação horizontal entre os actores poder-se-á referir a agentes públicos e neste âmbito podemos encontrar formas mais ou menos institucionalizadas de cooperação formalizada entre autoridades locais (comunidades intermunicipais), nas quais a participação é voluntária e considerada como um valor acrescentado. Uma distinção pode ser feita entre as associações «orientadas para a gestão» (por exemplo, as associações de municípios que são criadas para a gestão conjunta dos serviços públicos, tais como a gestão de transportes ou de resíduos sólidos urbanos) e as «agregações pró-activas» (por exemplo, as associações de municípios que são criadas para promover um projecto específico).

Quadro 4 – Coordenação horizontal entre actores públicos

<b>Critérios</b>	<b>Diferentes contextos possíveis</b>
Diferentes tipos de cooperação entre as autoridades públicas	<p>– <i>Institucional</i> – cooperação formalizada entre os municípios, em modos específicos de cooperação inter-municipal sugeridas e/ou impostas pela legislação em diferentes níveis</p> <p>– <i>Informal/não-institucional</i> – cooperação inter-municipal que depende da capacidade de auto-organização das autarquias locais</p>
Diferença entre estratégias	<p>– <i>Mecanismos de cooperação horizontal</i> – para implementar ou gerir serviços públicos (cooperação para uma gestão orientada)</p> <p>– <i>Estratégias de cooperação horizontal</i> – para definir, elaborar ou implementar projectos partilhados para fortalecer a acção administrativa e para promover a transformação do território (cooperação pró-activa)</p>

Fonte: Adaptado de Davoudi et al. (2008, p. 40)

A capacidade de produzir e implementar estratégias coordenadas e reproduzi-las constitui uma valoração das acções de governança. A coordenação horizontal de actores públicos e privados também está ligada ao princípio da subsidiariedade, especificamente, à subsidiariedade horizontal, que define critérios reguladores das relações entre o Estado, a sociedade civil e os cidadãos (Faludi, 2005, 2006).

Quadro 5 – Coordenação horizontal entre políticas

Critérios	Diferentes contextos possíveis
Capacidade das acções de governança territorial para coordenar as políticas sectoriais	<ul style="list-style-type: none"><li>– <i>A coordenação inter-sectorial</i> – através da construção de uma visão espacial, que pode representar um quadro comum para as políticas sectoriais implementadas pelos diferentes actores</li><li>– <i>A integração das políticas sectoriais</i> – a construção de relações entre as políticas sectoriais</li><li>– <i>A integração financeira</i> – dos fundos e recursos financeiros que já estão disponíveis e podem, portanto, tornar-se parte de uma estratégia coordenada</li></ul>

Fonte: Adaptado de Davoudi et al. (2008, p. 40)

Os critérios que devem ser tidos em conta ao descrever e avaliar a coordenação horizontal são apresentados nos Quadros 4 e 5. Ao nível dos actores públicos uma gestão orientada para formas de cooperação e pró-activa podem ter um valor agregado se houver capacidade de reproduzir as relações de cooperação entre as autoridades (estabilidade ao longo do tempo); ao nível das políticas através da capacidade de atingir a coerência entre as políticas, as acções e as intenções dos diferentes actores públicos e privados.

*Participação e envolvimento da sociedade civil e interesses organizados*

As políticas participativas permitem a inclusão de actores privados nos processos de governança territorial. Existem dois níveis de participação: i) o primeiro diz respeito à participação dos interessados e de interesses (parcerias público-privadas), cuja participação é necessária para a concepção e execução de um processo; ii) o segundo refere-se à participação do «difuso» de actores privados («cidadãos»), que na prática tem limites, tendo em conta o objecto da participação.

Nas estratégias de participação devem distinguir-se as que representam os membros de grupos organizados e que têm capacidade de fazer ouvir as suas «vozes» em processos decisórios, daquelas que podem representar os que são sistematicamente excluídos da participação. Para descrever alguns destes aspectos, são propostos dois grupos de critérios (Quadros 6 e 7).

As autoridades locais tendencialmente têm vindo a incutir que é difícil governar sem ter em conta as preocupações sociais e sem associar os cidadãos e as associações locais aos projectos que lhes dizem respeito.

Quadro 6 – Envolvimento de interesses organizados

Critérios	Diferentes elementos
A pluralidade dos interesses envolvidos, do ponto de vista dos actores e dos níveis em que esses interesses se manifestam	<ul style="list-style-type: none"> <li>– <i>Tipologia dos actores envolvidos</i> – todos os actores que são susceptíveis de ter um interesse no objectivo da acção devem ser envolvidos na acção de governança territorial</li> <li>– <i>Nível dos actores envolvidos</i> – os actores envolvidos poderão representar interesses supra-nacionais, nacionais, regionais e locais</li> </ul>
Carácter do envolvimento de interesses	<ul style="list-style-type: none"> <li>– <i>Acordos formais</i></li> <li>– <i>Acordos informais</i></li> </ul>

Fonte: Adaptado de Davoudi et al. (2008, p. 40)

Quadro 7 – Ampla participação

Critérios	Diferentes contextos possíveis
Capacidade de envolver os actores menos organizados	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Práticas participativas que tratam de micro-decisões</li> <li>– Práticas participativas que abordam o problema central/núcleo ou objectivo da acção</li> </ul>
Objecto da participação	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Ampla participação relacionada com o cerne da acção</li> <li>– Ampla participação relacionada com problemas diferentes daqueles que representam o verdadeiro objectivo da acção</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Davoudi et al. (2008, p. 40)

A governança implica uma cidadania de mobilização à escala da cidade ou da aglomeração, onde se colocam os diversos problemas de planeamento, de transportes, de segurança e que não se limita unicamente a uma cidadania de proximidade. Ela deverá responder a uma verdadeira participação dos cidadãos em todas as etapas de um projecto. Estas etapas são o diagnóstico, a formulação do problema, a elaboração de uma estratégia, a definição de objectivos e de meios afectos, o colocar em prática um projecto e a sua avaliação. Trata-se de ir para além da simples informação e consulta da população e de estabelecer uma estratégia de parceria com os habitantes, a fim de aproximar o cidadão da decisão (Crespo, 2003, 2010, 2013).

A adesão dos habitantes ao projecto que lhes diz respeito é essencial mas coloca a questão da sua representação. Os cidadãos exprimem-se, em geral, pelo agrupamento de indivíduos em torno de estruturas associativas que defendem interesses organizados. No entanto, este tipo de representatividade tem a lacuna da legitimidade na expressão dos interesses colectivos. O novo lugar do debate público, os novos espaços de elaboração de projectos, as novas formas de mediação, devem ser utilizadas para que os cidadãos e os seus representantes possam reencontrar, confrontar os seus interesses, deliberar e participar na decisão.

O desenvolvimento de novas formas de governabilidade territorial, numa lógica de gestão dos territórios, onde os eleitos deixam de ter o exclusivo do

exercício das funções de administração pública do território (ou seja, de satisfação das necessidades colectivas de carácter territorial), poderá dar um novo carácter à participação (Crespo, 2013).

O foco deverá centrar-se sobre as diferenças entre o envolvimento de interesses organizados e uma participação tão ampla quanto possível. Essas diferenças referem-se, principalmente:

- ao envolvimento e/ou participação dos actores, quer dos interesses organizados (associações empresariais, empresas, sindicatos, . . .), quer de uma participação ampla (os cidadãos em geral);
- aos objectivos do envolvimento e/ou participação, quer dos interesses organizados (promover a construção de consensos), quer de uma participação ampla (promover a construção de «arenas» de democracia deliberativa e construir formas de «cidadania activa»);
- aos modos através dos quais o envolvimento ou participação são promovidos (por exemplo, a promoção de parcerias público/privadas ou implementação de procedimentos de planeamento participado).

Em termos gerais, podemos verificar que quando nos aproximamos do nível local/regional, as acções de governança territorial passam a ser mais complexas. Ao nível transnacional ou nacional, o grau de eficácia das acções está relacionado principalmente com a dinâmica organizacional (do Estado, da subsidiariedade vertical e horizontal). Em contraste, no nível local/regional relaciona-se com a dinâmica organizacional, mas também com uma ampla participação através de acções territorializadas (Davoudi et al., 2008).

## Conclusões

Nos últimos anos, ocorreram alterações nos sistemas de gestão da Administração Pública e os governos tiveram que tentar encontrar, para além das suas fronteiras, recursos adicionais e dotar-se de uma maior capacidade operacional e legitimidade para atingir as suas metas. Algumas das inovações envolvem mudanças no nível organizacional da governação e dos serviços municipais. Noutras situações, as inovações implicam outras formas de arranjos dos elementos de diferentes organizações, em conjunto, para criar formas mais eficazes de resolução dos problemas, através de novas abordagens e instrumentos. O foco da prática administrativa está a mudar de um governo hierárquico para uma maior dependência em relações horizontais e formas associativas de governança. Essas mudanças, em sintonia com outras alterações associadas à governança em rede têm implicações para a gestão, tanto em termos de organização como em processos inter-organizacionais do potencial de desempenho.

Neste contexto, os governos infra-nacionais procuram encontrar novas formas de gestão dos bens e dos interesses públicos que têm incidido, por vezes, pela transição de uma gestão directa para um regime empresarial, procurando parcerias com outros municípios, ou outras entidades públicas e privadas. Assiste-se a uma clara mudança do papel do poder local: de um governo mais interventor em que faz tudo sozinho, para um outro, mais estratégico.

O Estado e as Autarquias Locais continuam a ser o veículo essencial para a prossecução do interesse colectivo, designadamente na orientação do planeamento e da prestação de serviços públicos à população. A governança não significou o fim ou a redução da Administração, mas a sua transformação e adaptação na sociedade que actualmente incorpora. Em particular, o Estado e as Autarquias Locais continuam a ser cruciais na estrutura de definição de metas e como um executante nas mesmas. Paralelamente, diferentes formas de governança vão-se incorporando em diferentes níveis institucionais. No entanto, não deverá ser feita uma generalização sobre os mecanismos de governança, eles terão de ser contextualizados e diferenciados para serem efectivos na descrição de configurações específicas.

Ao nível local, o governo local tem um papel importante a desempenhar na promoção de novas formas de governança, uma vez que está situado no ponto de cruzamento entre o eixo vertical tradicional do poder e da administração pública e o novo eixo horizontal da parceria entre governo, sector privado e sociedade civil. O conceito de governança urbana engloba a visão de que hoje as autoridades locais têm de coexistir e colaborar com uma rede muito mais ampla de actores e de grupos de interesse.

Ao Estado cabe a tarefa de estimular as comunidades a serem elas próprias os protagonistas dos seus processos de desenvolvimento, criando um clima de confiança, cooperação e articulação entre os diversos *stakeholders*. Este novo papel que se reclama à Administração Central coloca um conjunto de desafios à forma como esta está organizada entre si e como se relaciona com os que a envolvem. Os desafios relacionam-se com a sua (re)estruturação e o estabelecimento da cooperação, a promoção de uma cultura organizacional de consulta e diálogo, e, a libertação dos instrumentos burocráticos de controlo e comunicação internos.

Em Portugal, a abertura das estruturas administrativas e de tomada de decisão a formas de governança, designadamente, à participação e à cooperação com agentes privados tem tido uma insuficiente implicação decorrente de um conjunto de particularidades ao nível do seu modelo de desenvolvimento. Num estudo realizado aos municípios da Área Metropolitana de Lisboa (Crespo, 2013) concluiu-se que o impacto territorial directo dos mecanismos de governança, de vária ordem, foi reduzido, consistindo sobretudo numa adopção pontual de novos instrumentos nas políticas e na gestão enquadrados numa perspectiva de governança, em parte devido ao quadro normativo, à cultura técnica prevalecente e a factores de ordem ideológica e territorial, assim como, aos procedimentos seguidos nos processos de participação pública e de envolvimento da população nas políticas públicas e nas decisões.

A questão crítica coloca-se no envolvimento e participação de parceiros sociais e económicos, através do desenvolvimento de parcerias e contratualização entre a administração pública e o sector privado para determinadas acções estruturantes no território, tornando-se necessário para uma gestão e governança mais eficazes: i) introduzir alterações no funcionamento da administração territorial que assegurem uma melhor articulação entre os diferentes níveis, central e local; ii) construir e implementar estratégias, formas de gestão e políticas e projectos de carácter transmunicipal para integrar recursos e complementar acções adequadas no território.

## Referências

- Arienti, W. (2003), «Do Estado keynesiano ao Estado schumpeteriano» in *Revista de Economia Política*, Vol. 23, N.º 4, pp. 97–113.
- Atkinson, R. (2002), «The white paper on European governance: implications for urban policy» in *European Planning Studies*, Vol. 10, N.º 6, pp. 781–792.
- Bagnasco, A. e Le Galès, P. (Dir.) (1997), *Villes en Europe*, Paris: La Découverte.
- Crespo, J. e Cabral, J. (2010), «The institutional dimension of governance in the Lisbon metropolitan area» in *Análise Social*, N.º 197, pp. 639–662.
- Crespo, J. e Cabral, J. (2012), «The institutional dimension of governance in the Lisbon metropolitan area», in Seixas, J. e Albet, A. (Eds.), *Urban governance in Southern Europe*, Surrey: Ashgate, pp. 27–50.
- Crespo, J. (2003), *Participação pública no planeamento municipal. Área Metropolitana de Lisboa, 1990–2000*, dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- Crespo, J. (2010), «A participação pública no sistema de planeamento e gestão do uso do solo municipal», in Gonçalves, F. et al. (Coord.), *Os dez anos da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo. Génese e evolução do sistema de gestão territorial, 1998–2008, Actas do Encontro Anual da AD URBEM*, Lisboa: DGOTDU, pp. 247–258.
- Crespo, J. (2013), *Governança e território. Instrumentos, métodos e técnicas de gestão na Área Metropolitana de Lisboa*, dissertação de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.
- Davoudi, S. e Strange, I. (2009), *Conceptions of space and place in strategic spatial planning*, London: Routledge.
- Davoudi, S. et. al. (2008), «Territorial governance in the making. Approaches, methodologies, practices» in *Boletim de la AGE*, N.º 46, pp. 33–52.
- Duran, P. e Thoenig, J. (1996), «L'état et la gestion publique territoriale» in *Revue Française de Science Politique*, Vol. 46, N.º 4, pp. 580–623.
- Faludi, A. (2005), «Territorial cohesion: an unidentified political objective. Introduction to the special issue» in *Town Planning Review*, Vol. 76, N.º 1, pp. 1–13.
- Faludi, A. (2006), «From European spatial development to territorial cohesion policy» in *Regional Studies*, Vol. 40, N.º 6, pp. 667–678.
- Gaudin, J. (2002), *Pourquoi la gouvernance?* Paris: Presses de Sciences Po.
- Goldstein, J. (2000), «Legalization, trade liberalization, and domestic politics: a cautionary note» in *International Organization*, N.º 54, pp. 603–631.



- Governa, F. (2000), «I sistemi locali come ambiti territoriali dell'azione collettiva» in Piroddi, E. et al. (Eds.), *I future della città. Mutamenti nuovi soggetti, progetti*, Milan: Franco Angeli, pp. 370–391.
- Hall, C. (1999), «Rethinking collaboration and partnership: a public policy perspective» in *Journal of Sustainable Tourism*, N.º 7, pp. 274–289.
- Harvey, D. (1989), *The urban experience*, Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Healey, P. (1995), «Discourses of integration; making frameworks for democratic urban planning» in Healey, P. et al. (Eds.), *Managing cities. The new urban context*, London: John Wiley, pp. 251–272.
- Healey, P. (1997), *Collaborative planning: shaping places in fragmented societies*, Basingstoke: Macmillan.
- Jouve, B. e Lefèvre, C. (1999), *Villes, métropoles: les nouveaux territoires du politique*, Paris: Anthropos.
- Jouve, B. (2005), «From government to urban governance in Western Europe: a critical analysis» in *Public Administration and Development*, N.º 25, pp. 285–294.
- Le Galès, P. (1995), «Du gouvernement des villes à la gouvernance urbaine» in *Revue Française de Science Politique*, Vol. 45, N.º 1, pp. 57-95.
- Lefèvre, C. (1998), «Metropolitan government and governance in Western Countries: a critical review» in *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 22, N.º 1, pp. 9–25.
- Mayer, M. (2000), «Post-fordist city politics», in Le Galès, P. e Stout, F. (Eds.) *The city reader*, London: Routledge, pp. 229–240.
- Seixas, J. et al. (2012), *A governação metropolitana na Europa*, Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles.
- Tomàs, M. (2009), *La governabilitat metropolitana a Europa i l'America del Nord*, Col·lectió Estudis, Sèrie Govern Local, N.º 13, Diputació Barcelona.

# Urbanismo e Democracia: a cidade e o projeto – o projeto urbano como elemento segregador

*Jorge Nicolau\**

*Maria Manuela Mendes†*

## Resumo

O presente artigo pretende refletir sobre a cidade contemporânea, incidindo na dialéctica Cidade – Bairro, numa procura de contributos para demonstrar a importância estratégica do bairro como entidade fundamental na regeneração física e mental da cidade atual, nomeadamente na gestão dos conflitos mas também na procura de novas estratégias que permitam direcionar o projecto urbano para uma outra dimensão, a dimensão social. Tendo como referencial empírico um dos bairros sociais de grande escala da cidade de Lisboa (Portugal) – o Bairro Padre Cruz, pretende-se desenvolver uma visão crítica sobre a origem do bairro, que segundo o nosso ponto de vista, está na génese da sua matriz identitária, incidindo a nossa análise sobre o projecto urbano e nas implicações que o mesmo tem tido no reforço do sentido de identidade dos seus habitantes. Este artigo focalizar-se-á essencialmente em duas fases de consolidação do bairro: entre 1959–1974 e anos 90 até à actualidade. Apesar da profunda transformação política do país após a revolução de 25 de Abril de 1974, o planeamento e o desenho urbano ainda estão desfasados da realidade, pese embora os esforços da ação desencadeada pelas organizações locais.

**Palavras-chave:** bairro; projecto urbano; democracia.

---

\*Doutorando e investigador no CIAUD – Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa: ✉ jorgenicolau.arq@gmail.com

†Docente na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa e investigadora no CIES-IUL: ✉ mamendes@fa.utl.pt

### Abstract

This article is a reflection on the contemporary city, focusing on the dialectic *City – Neighborhood*, a demand for contributions to demonstrate the strategic importance of the neighborhood as a fundamental entity in mental and physical regeneration of the present city, both in management and in the current conflicts looking for new strategies to target the urban project to another dimension, the social dimension. This analysis is focused in one of the neighborhoods of Lisbon, Bairro Padre Cruz; the main aim is to develop a critical analysis of the various stages of the neighborhood development, in terms of urban design, and try to analyse what kind of the implications that they have in strengthening the sense of identity of its residents. In this text we will focus essentially into two distinct periods: 1959-1974 and between 1990 until now, regardless of the great political transformation that the country has undergone in the post April 25 of 1974, the planning and urban design are still far removed from reality, despite all the efforts and actions carried out by local organizations.

**Keywords:** neighborhood; urban project; democracy.

## Introdução

O presente artigo pretende refletir sobre a cidade contemporânea, incidindo na dialéctica Cidade – Bairro, numa procura de contributos para demonstrar a importância estratégica do bairro como entidade fundamental na regeneração física e mental da cidade atual, nomeadamente na gestão dos conflitos mas também na procura de novas estratégias que permitam direcionar o projecto urbano para uma outra dimensão, a dimensão social; no fundo pretende-se questionar a génese do próprio urbanismo e da arquitetura: projetar onde, como e para quem?

A pesquisa que aqui se dá conta insere-se na linha de investigação «O Bairro e a Cidade em Questão», desenvolvido no CIAUD da FAUL – Centro de Investigação em Arquitectura Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, ao qual está associada a dissertação de doutoramento, que está a ser desenvolvida desde 2010, intitulada *O Bairro como Catalisador de Urbanidade da Cidade*. Neste contexto e tendo como referencial empírico um dos bairros sociais de grande escala da cidade de Lisboa – o Bairro Padre Cruz; pretende-se desenvolver uma visão crítica sobre a sua origem, bem como, sobre o projecto urbano e suas implicações, quer no reforço do sentido de identidade dos seus habitantes, quer também, na forma como se tem feito e se faz a gestão de conflitos.

Neste bairro, o projeto urbano concretizou-se sem a intervenção directa ou indirecta dos habitantes, emergindo, então, por imposição. No entanto, assiste-se ao despontar de grupos de discussão que surgiram de forma espontânea associados às coletividades e a organizações de base popular existentes dentro do bairro, que assim têm tentado inverter *a priori* todo um processo já em curso, que culminará com a demolição do núcleo das «alvenarias», para dar origem a um novo loteamento. Daí que, pelas suas características específicas – de provisório do Estado Novo – o Bairro Padre Cruz é hoje um caso de estudo muito

interessante no panorama habitacional de realojamento, tanto ao nível da cidade de Lisboa, como também a nível nacional ou mesmo internacional – é um laboratório na cidade.

Este artigo focalizar-se-á essencialmente nas duas fases iniciais da vida do bairro (1958–1962), que, segundo o nosso ponto de vista, foram consolidando a sua identidade e consequentemente mobilizando a população para os desafios que hoje enfrentam.

Em termos metodológicos, o trabalho de investigação cruza várias fontes e técnicas de recolha e análise de informação: a análise documental (atas da Câmara Municipal de Lisboa – CML, livros, revistas científicas e artigos, filmes/documentários da época, cartografia antiga, projetos de urbanismo e de arquitectura) e entrevistas (estruturadas e abertas) realizadas por nós (2011–2013), e por uma técnica da Junta de Freguesia (entre 2011–2012) aos moradores, técnicos e a outros atores sócio institucionais.

## 1 Urbanismo e Democracia

«As cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano. É nesse laboratório que o planeamento urbano deveria de aprender a elaborar e testar as suas teorias.»

---

(Jacobs, 2000, p. 5)

No binómio *urbanismo e democracia*, o que está em discussão são essencialmente modelos de produção urbana que, sob a batuta de alguns gabinetes de arquitectura internacionais, também eles restritos, como refere Alain Bourdin (2011), no seu livro *O Urbanismo Depois da Crise*, têm vindo a produzir «cidades» genéricas e sem identidade. Esta visão é reforçado por Koolhaas (1995) quando refere que a cidade contemporânea é como um aeroporto contemporâneo – «exatamente igual», entendendo-se a identidade como um impedimento ao seu desenvolvimento e expansão. Este urbanismo liberal, não é monolítico e é «dirigista», pois aceita variações «de esquerda» e de «direita» (Bourdin, 2011, p. 15) e produz, segundo alguns autores, modelos de «cidades referência» como Barcelona ou Berlin (Davis e Monk, 2008). Estamos perante um modelo de desenvolvimento urbano que responde a três categorias chave de atores que operam no espaço urbano: a dos investidores (eventos), consumidores (sociedade de consumo) e a de uma classe média alta. A cidade padece de todas estas vicissitudes e os cidadãos, pese embora a retórica do discurso político, têm cada vez mais um papel marginal.

Estamos perante uma cidade desigual, descontínua, fragmentada, configurando-se como um arquipélago (Viarde, 1994) onde coexistem lado a lado, situações sociais e urbanísticas contrastantes, tais como os condomínios privados, bairros clandestinos, bairros de barracas e os bairros de promoção pública. Esta

realidade põe em causa os princípios da democracia porque promove a exclusão social (Burgel, 2006). Não raro os bairros de promoção pública devido à sua localização periférica, à morfologia e tipologia do projeto e à homogeneidade da população residente entre outros fatores acentua a situação de marginalidade e relegação dos seus residentes. Se é verdade que numa primeira fase as pessoas se sentem realizadas (Guerra, 1984), porque conseguem satisfazer uma necessidade primária e a concretização de uma aspiração de longa data, a da habitação, não é menos verdade que, a curto prazo, se começam a sentir excluídas e marginalizadas.

Em relação à cidade de Lisboa, esta forma de segregação social e espacial começa no período do Estado Novo e está patente na organização urbana da cidade. Assim à cidade monumental, da exposição do Mundo Português de 1940 opõe-se a cidade dos bairros provisórios e das casas desmontáveis. Passados quase quarenta anos sobre a implementação da democracia, ainda vivemos com esse estigma. As classes médias não aceitam de bom grado a construção de um bairro social nas proximidades da sua zona de residência ou até numa zona «nobre» ou central da cidade. Protesta porque não entende como é que é possível que alguém que não paga impostos, tenha uma casa numa zona onde outros cidadãos que apesar de pagarem os seus impostos, não conseguem ter aí uma habitação dado o elevado custo da edificação por m<sup>2</sup>. Esta hipocrisia social denominada por *Nimby* (*not in my backyard*) tem sido um dos entraves a uma política integradora de regeneração urbana assente no consenso e compromisso de todos os atores que atuam no espaço urbano (Agier, 2011), num contexto de cidade negociada (Bourdin, 2011). Como diz o povo «longe da vista longe do coração», na realidade entendemos que pelo facto de pagarmos (impostos) temos o direito de não sermos incomodados – somos um *Nymby*.

Temos assistido nos últimos tempos, pelos órgãos de comunicação social, por toda a Europa e em alguns casos, em países de referência em matéria de boas práticas do urbanismo participativo, como é o caso da Dinamarca [Comité 21 – Angenius (Chouvet, 2007)], para além do Reino Unido, da França e da Holanda, enquanto inspiração na implementação de políticas urbanas, a tumultos que muitas das vezes são despoletados por pequenos incidentes, mas que servem de rastilho para uma manifestação generalizada da população que os entende como atos associados a grupos sociais vulneráveis marcados pela exclusão e marginalização.

Efetivamente os termos «urbanismo» e «democracia», complementam-se um ao outro, no entanto são antagónicos, senão vejamos: a palavra urbanismo deriva do latim, *urbanus de urbs* que quer significar cidade, independentemente das controvérsias existentes em torno do conceito (Peixoto, 1990). Segundo Choay (2007), é um neologismo proposto pelo catalão Ildefons Cerdà, na sua *Teoria general de Urbanización* em 1867, introduzido em França na primeira década do século XX por Henri Prost, co-fundador da Sociedade Francesa dos Urbanistas. A palavra urbanismo designa uma nova disciplina, que se declara autónoma e pretende ser a ciência da concepção das cidades. No entanto, o conceito de urbanismo surge na antiguidade clássica, na Magna Grécia, com o denominado urbanismo regular (*neoteros tropos*) e mais concretamente na cidade de Mileto (mas também em outras cidades gregas), com a implementação do sistema hipodâmico. Hipódamo de Mileto sistematiza de uma forma geral tanto a teoria como a prática desta forma de ocupação urbana. A nova planta da cidade de Mileto reconcilia todas as teorias deste urbanismo racional (Mul-

ler e Vogel, 1999). Por outro lado, tanto as praças como os edifícios públicos se assumem como os elementos mais importantes da cidade, pela sua centralidade. Este tipo de ocupação urbana promove a participação dos cidadãos. É interessante verificar que as praças eram ladeadas por elementos arquitectónicos denominados por *Stoas* – *corredores porticados cobertos e abertos*, que permitiam a utilização por toda a população; mercadores, artífices, artistas, filósofos, entre outros. Não é por acaso que a palavra «democracia» é oriunda do latim *demos + kratia* – *poder do povo*, vinda do grego, *dēmokratia* – *regras do povo*. A *dēmokratia* praticava-se e exercia-se na *Polis*, Cidade-Estado Grega. Neste sentido, é nas cidades que se exerce a democracia, mas por outro lado é também nas cidades que se exerce a «ditadura», estejamos ou não numa democracia.

O planeamento urbano do século XX, enquanto movimento intelectual e profissional, tem a sua génese em algumas das primitivas visões do movimento anarquista, que floresceu nos finais de oitocentos e na primeira década de novecentos. Este movimento representa essencialmente uma reação contra os males produzidos pela cidade do século XIX (Hall, 2009) [1988], o que está na origem das diversas correntes urbanas do último século, que produziram a cidade do presente.

Malgrado as diferentes visões sobre a cidade contemporânea, produzida pelas diferentes áreas específicas do conhecimento, tais como a sociologia, a geografia, o urbanismo e a arquitectura, entre outras, a cidade tem uma inércia física e social que dificulta a implementação de novas ideias e de projetos de intervenção. Daí que, atendendo à dimensão física e social das cidades, se tenha assistido, ao longo dos anos, a uma mudança na escala de intervenção, da cidade para o bairro. Autores como Jane Jacobs (2000) [1961], Aldo Rossi (2001) [1966], Kevin Lynch (2007) [1981], Léon Krier (1999), Mendes et al. (2012) reforçam esta ideia e realçam a importância do bairro como unidade urbana fundamental, estruturante e de organização social. O bairro consegue gerir melhor os seus interesses colectivos e individuais.

Usando como referência a obra de Françoise Choay (2007) [1965], *O Urbanismo – Utopias e Realidades*, que tão bem caracteriza e critica as diferentes correntes urbanas, salientamos, de entre várias, duas visões da cidade que, segundo o nosso ponto de vista, são aquelas que melhor servem para ilustrar e discutir o bairro aqui em análise. Para Choay, por um lado, evidencia-se o movimento Progressista e por outro, o Antropólis, ou seja, a cidade do movimento humanista.

A primeira perspectiva foi a que melhor se soube impor sobre diferentes regimes económicos e políticos, ligado ao CIAM (Congrès International d'Architecture Moderne) e inspirada na Carta de Atenas. O urbanista focaliza-se essencialmente na função, na predominância da máquina sobre o homem, ou seja, é conferido um lugar de centralidade à «cidade do automóvel». Estamos perante a «tirania» do homem tipo, o *Modulor*, na busca da cidade ideal. O arquitecto construirá para o homem abstrato, o homem da sociedade mecanicista (Pinson, 1996). Neste modelo, imposto de cima para baixo, *top-down*, o Homem é um espectador passivo. Tanto a sociedade em geral como o cidadão em particular, não têm qualquer participação na elaboração do projecto. Como afirmava Le Corbusier, é na prancha do desenho que o urbanista compõe a sua futura cidade. É lógico que esta forma de desenvolvimento e de «imposição» do projecto urbano é antidemocrata, se assim se pode dizer.

O segundo surge como oposição ao primeiro e reflete os ideais humanistas,

que têm a sua génese em Patrick Geddes (1915), biólogo. Para Geddes, citado por Choay (2007, p. 39) [1965], «não existe uma cidade-tipo do futuro, mas tantas cidades quanto casos particulares (...). O verdadeiro plano é o resultante e a flor de toda a civilização, de uma comunidade e de uma época.» Choay, salienta ainda, a necessidade absoluta de integrar o homem concreto e completo no movimento de planeamento urbano. Esta corrente de pensamento, tem seguidores como Mumford, Lynch, Krier, entre outros, e que está na base das novas teorias urbanas, entre elas a «Carta do Novo Urbanismo».

Várias são as correntes, que defendem, de uma forma ou de outra a necessidade de um urbanismo participativo. Não é por acaso que, no seio dos CIAM e mais concretamente no 10º congresso realizado em 1954, surgiu o movimento do denominado *Team 10* (Barone, 2002), formado por um grupo de arquitetos, entre os quais se destacavam, Jacob Bakema, George Candilis, Aldo Van Eyck, Alison e Peter Smithson, Rolf Gutmann, Jonh Voelker, entre outros, que punham em causa os ideais até aí defendidos. O *Team 10* tentava, de certa forma, corrigir os erros do passado. Este movimento procurava acima de tudo incluir as motivações humanas numa estrutura social a que o urbanista teria obrigatoriamente que dar forma (Santiago, 2007). Neste contexto surge o manifesto de Doorn (1954)<sup>1</sup>, no qual é levantada uma questão fundamental: «quais são os princípios a partir dos quais se há-de formar uma cidade? Os princípios da formação de uma comunidade podem deduzir-se da ecologia da situação, de um estudo dos aspectos humanos, naturais e construídos e da sua ação mútua» (Pere e Montaner, citados por Santiago 2007, p. 123), ou seja, o ato de projetar não seria mais uma atitude isolada do arquiteto.

Contrariamente ao modelo progressista, que tem como foco uma visão expansionista da cidade, na sua macroescala, a Antrópolis incide essencialmente na microescala, a cidade à escala humana, em que o bairro assume um papel principal. Não é por acaso que a Carta do Novo Urbanismo dedica alguns artigos sobre como devem ser constituídos os bairros, apontando algumas regras de boa execução. No entanto o factor humano, enquanto elemento de discussão não faz parte desses critérios.

Passados quase cem anos e depois de toda esta dialética em torno do movimento urbano a pergunta mantém-se: projetamos para quem? Que cidade pretendemos no futuro? Uma cidade mais inclusiva e participativa, com identidade, ou pelo contrário continuamos a promover o mesmo modelo-tipo e descontextualizado. Neste sentido, o termo democracia não pode ser somente uma figura de estilo como o tem sido até aqui. Como referimos anteriormente o conceito surge na Grécia Antiga, associado à *Polis*, no entanto não era uma sociedade verdadeiramente democrática, pois tanto as mulheres como os escravos não podiam participar nas decisões políticas. A sociedade de hoje também não o é independentemente de vivermos ou não numa democracia. Mas a arquitetura e o urbanismo podem suscitar a «civildade», um novo humanismo e reconstituir a coesão social e espacial (Stébé, 1999). Contudo, o urbanismo tem sido cúmplice das políticas funcionalistas que geraram segregação social e residencial (Lefebvre, 2010)[1968]. A cidade verdadeiramente democrática, é aquela que se vai construindo em função dos interesses dos seus cidadãos, é uma

<sup>1</sup> O Manifesto de Doorn foi apresentado em 1954, por um grupo de arquitetos como elemento preparatório do 10º Congresso dos CIAM a realizar na cidade de Dubrovnik em 1956.



Figura 1 – A cidade Multicultural  
Fonte: elaboração própria

sociedade pluricultural, em que todos participam, de uma forma positiva ou negativa, em que exercem a sua cidadania enquanto cidadãos de pleno direito, com uma dimensão verdadeiramente humana. Importa, aqui, relembrar o direito à cidade (Lefebvre, 2010, p. 139)[1968]. O projecto urbano surge, na maioria dos casos como um elemento segregador. Projeta-se para um grupo especial, ou como um instrumento de regulação e de implementação das políticas urbanas, assentes em critérios tecnocratas, em que o conceito de urbanismo participativo só se aplica de uma forma reativa na tentativa de resolver problemas de âmbito social relacionados com a habitação e nunca proactivamente, no planeamento e regeneração urbana da cidade atual.

A figura 1 representa a visão de um grupo de alunos, da Escola Intercultural e das Profissões da Amadora, materializada em maquete e em exposição no Centro Comercial Dolce Vita Tejo. São alunos oriundos de bairros periféricos e problemáticos da cidade da Amadora, «excluídos» pela sua inadaptação ao ensino formal. A cidade aqui representada é a «sua» cidade, a cidade vivida, alegre, intercultural, conflituosa mas participativa, onde tudo está representado, até a esquadra da polícia.

Não interessa se as ruas são maiores ou menores se estão alinhadas ou não, se os edifícios respeitam os alinhamentos e o afastamento, esta é a sua cidade, com as suas referências e memória colectiva. O que é interessante nesta cidade é que tem cor, não é uma cidade monocromática.

## **2 Bairro Padre Cruz, um laboratório na cidade: *o projecto urbano como elemento gerador de conflitos***

Localizado a noroeste da cidade de Lisboa, o bairro do Padre Cruz é delimitado a norte pela Estrada Militar, a poente pelo Regimento de Engenharia N.º 1, na Pontinha, a sul pela radial de Carnide e a nascente pelo cemitério de Carnide (a partir da década de oitenta do século passado). Hoje residem aqui cerca de 9.000 pessoas e é um dos maiores bairros da Península Ibérica.

No início da sua edificação, em 1959, este bairro municipal destinava-se ao





Figura 2 – Localização da Freguesia de Carnide na cidade de Lisboa  
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, elaboração própria, 2013

realojamento da população afectada pelas inúmeras obras públicas que estavam a ser executadas em diversos locais da cidade de Lisboa, configurando-se como *um bairro de transição em que a população é preparada para habitações que mais tarde lhes serão atribuídas* (Ferreira, 1966). No entanto, independentemente do carácter provisório que esteve subjacente à sua construção, evidenciada pelo Decreto-Lei N.º 23052 de 23 de Setembro de 1933, relativo ao programa dos «Bairros das casas desmontáveis», durante os cinquenta anos da sua existência soube criar uma dinâmica e identidade próprias, partilhando as diferentes gerações de residentes de uma memória colectiva de referência em torno deste lugar.

Esta identidade de bairro está hoje patente na dinâmica associativa e cultural do bairro, que soube ganhar a sua «centralidade» e nos grupos de discussão – Grupo Comunitário do Bairro Padre Cruz, constituído na década de 80, para conciliar interesses entre instituições e moradores. Eles, moradores, são o «problema» mas querem fazer parte da solução.

Pelas suas características específicas, o Bairro Padre Cruz é hoje um caso de estudo muito interessante no panorama habitacional de realojamento, tanto ao nível da cidade de Lisboa, mas não só, também a nível nacional ou mesmo internacional – é um laboratório na cidade.

## 2.1 *Urbanismo em contexto de ditadura*

Perante o fracasso do Programa de Casas Económicas, aprovado em 1928,<sup>2</sup> devido à falta de disponibilidade financeira do próprio Estado,<sup>3</sup> é aprovado o Decreto-Lei N.º 23052 de 23 de Setembro de 1933. Este decreto pretendia implementar uma nova política social de habitação, que se afastasse do liberalismo e socialismo, preconizados no decreto anterior. As grandes linhas deste novo plano de «Casas Económicas» definiam que competia ao Estado o financiamento, a aquisição de terrenos, a construção e a distribuição de casas, bem como a sua administração até à sua total amortização. O Estado poderia também colaborar com os Municípios. Numa segunda fase, o Estado limitaria a sua ação a tratar dos terrenos e da sua construção. A criação destes bairros tinha como objectivo eliminar os bairros de lata em zonas expectantes e intervir numa cidade em grande transformação.

Todos eles tinham em comum a sua localização periférica (completamente isolados e afastada do centro cidade), a péssima qualidade dos materiais utilizados na construção e a exiguidade das habitações. Eram bairros construídos para um estrato social de baixos recursos que trabalhava para o município e que vivia em bairros de lata e habitações precárias. Pessoas, na sua maioria oriundas do meio rural, que tinham vindo para a cidade em busca de trabalho na construção civil. Como refere António Lopes Ribeiro, no seu filme promocional sobre a cidade de Lisboa – *Lisboa de hoje e de amanhã*, produzido em 1948, «... constrói-se com frenesim e não há desemprego na construção civil».

Na figura 3 é possível ver a localização dos denominados «Provisórios do Estado Novo», entre os quais se destaca o Padre Cruz. Nesta carta de 1966 estão representados todos bairros de casas desmontáveis construídos ao abrigo do Decreto-Lei N.º 23052. As datas assinaladas representam o início e o fim da sua construção, que coincide ou não com a de realojamento.

No caso do Bairro da Boavista, existiram três fases de construção,<sup>4</sup> todas elas coincidentes com as operações de realojamento. Mas no Padre Cruz, foi diferente, o município teve uma atitude proactiva uma vez que, a construção do bairro ficou finalizada em 1962 mas só ficou completamente habitado em 1967. Daí que se estivessem a prever outros realojamentos a curto e a médio prazo. Esta situação só vem reforçar o carácter definitivo do bairro, independentemente do sentido provisório do mesmo – provisórios eram os residentes.

A necessidade urgente do Ministério das Obras públicas na aquisição dos terrenos do Bairro da Quinta da Calçada, para construção da Cidade Universitária, leva-o a assinar um protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa, para cedência daquela malha urbana (Silva, 1994, p. 134), comprometendo-se a autarquia a

<sup>2</sup> Decreto-Lei N.º 16055, de 22 de Outubro. Segundo o preâmbulo deste Decreto-Lei, o seu objectivo seria o de facilitar a construção de Bairros com habitações independentes e ajardinados, semelhantes aos construídos em Inglaterra.

<sup>3</sup> A CML, por si só, não tinha capacidade financeira para suportar as obras de planeamento, urbanização e construção dos bairros. Esta situação levou a um crescimento desorganizado de bairros clandestinos.

<sup>4</sup> Estamos a considerar como fases de construção o período anterior ao 25 de Abril de 1974. Estes bairros foram depois sujeitos a operações de requalificação urbana ao abrigo de programas específicos como os PIMP e PER, na década de oitenta e noventa do século passado. Já neste século, com a implementação do programa BIP/ZIP, por parte da CML, ao abrigo de financiamentos do QREN, estes bairros estão a ser requalificados.

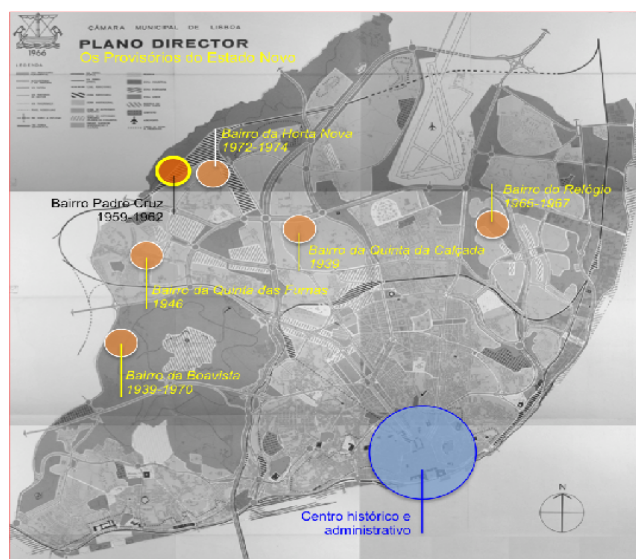


Figura 3 – Os «Provisórios do Estado Novo»  
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, elaboração de Jorge Nicolau, 2013

realojar os moradores. A urgência da operação leva a autarquia a adquirir os terrenos da Quinta da Penteeira em 18 de Junho de 1958, por escritura pública realizada no décimo segundo Cartório Notarial de Lisboa, pelo valor patrimonial de três mil e quinhentos contos (pago em três tranches pela edilidade), para a construção de um bairro provisório com o mesmo nome – Bairro das casas desmontáveis da Quinta da Penteeira.

A primeira fase fica concluída no ano seguinte, em 1959, com a construção 200 casas pré-fabricadas em lusalite (as casas de lusalite<sup>5</sup>), constituída por 128 fogos (T2 – 27,8 m<sup>2</sup>) e 72 (T3 – 32,7 m<sup>2</sup>). Esta fase destinou-se exclusivamente ao realojamento parcial dos habitantes do bairro da Quinta da Calçada.

Em 1962 fica concluída a segunda fase com a construção das «casas de alvenaria». Esta nova fase diferenciava-se da primeira, não só pelas características específicas dos materiais aplicados, mas também pela proveniência dos realojados. Estamos perante pessoas oriundas de diferentes zonas da cidade, nomeadamente de Alcântara, desalojadas pelas obras da ponte e em virtude do estado de degradação em que se encontrava o património municipal. Todos eles funcionários municipais com baixos recursos económicos que viviam em habitações sem o mínimo de condições.

Nesta fase são construídos 917 fogos em banda e dúplex (as casas altas), com uma arquitectura muito simples e tipologias que variavam entre o T1 e o T4. Estamos perante habitações com áreas minúsculas, construídas em alvenaria e cobertura em fibrocimento. As tipologias variavam entre o T1 e o T4; T1 (28,63 m<sup>2</sup>), T2 (35,12 m<sup>2</sup>), T3 (dúplex) (58,00 m<sup>2</sup>) e T4 (dúplex) (69,60 m<sup>2</sup>), cuja planta não era muito diferente da das casas de Lusalite, com exceção das dúplex. Todas estas casas dispunham de dois quintais, um na retaguarda, onde

<sup>5</sup> Durante os anos seguintes e até à sua demolição na década de noventa, esta zona do bairro era conhecida pelas «casas de Lusalite».

se encontrava instalado um tanque para lavagem de roupa e outro na frente da casa para que os residentes pudessem ter a sua horta ou um pequeno jardim.

O realojamento nos bairros municipais era coordenado pela Polícia Municipal. Os «interessados» tinham que obrigatoriamente escrever um requerimento, dirigido ao Comandante da Polícia Municipal de Lisboa, para se habilitarem a uma casa num destes bairros. Caso o morador se qualificasse, era obrigado a assinar um documento (Instruções) com as suas proibições e obrigações. Uma das proibições era a de não poder admitir na casa onde residisse qualquer pessoa que não fizesse parte do agregado familiar.

Todos estes procedimentos eram aplicados no Bairro Padre Cruz, como em outros bairros municipais. As regras de conduta e o controlo físico dos residentes era assegurado por um fiscal residente (todos os bairros tinham um) que transmitia há Comissão Administrativa dos Bairros Municipais, todas as irregularidades que se verificassem dentro do bairro. Os residentes, caso não cumprissem algumas das suas obrigações, poderiam ser desalojados pela Comissão e enviados como forma de castigo para um outro bairro – castigo, como referiram alguns residentes nas entrevistas realizadas.

A pergunta que se colocou desde que iniciámos a exploração deste caso de estudo foi: o que diferencia este bairro dos outros provisórios da época, nomeadamente em relação aos bairros da Quinta da Calçada e da Boavista<sup>6</sup> se tinham todos a mesma matriz ideológica?

Este «provisório do Estado Novo» tinha algumas características específicas que o diferenciavam de todos os outros da sua «categoria», nomeadamente o desenho urbano, a heterogeneidade da sua população – não em relação ao estrato social porque eram predominantemente pessoas pobres – mas porque tinham vindo de diferentes zonas da cidade.

A primeira, pelas especificidades do projecto, diferente dos outros «provisórios do Estado Novo», porque «impunha» e fomentava o relacionamento interpessoal.



Figura 4 – Bairro da Boavista, Bairro da Quinta da Calçada e Bairro do Padre Cruz (Fase 1)

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, 2013

Na figura 4, é possível verificar as diferenças existentes entre os projetos do Bairro da Boavista e da Quinta da Calçada, similares entre si e o do Padre Cruz.

<sup>6</sup> Entendemos que estes três bairros têm uma morfotipologia muito semelhante. Os outros são diferentes tanto na arquitectura como na organização espacial.

Em termos urbanos todos têm um elemento em comum: a escala pedonal da rua que une as habitações e o respectivo «quintal». Para além de outras diferenças construtivas existe um factor conceptual de extrema importância, que diferencia todos os outros do Padre Cruz. Nos dois primeiros, as casas estão implantadas em xadrez, ao alçado principal de uma opõe-se sempre o alçado posterior da outra, o que não se verifica no Padre Cruz. Todas as casas têm o seu alçado principal voltado para a mesma rua.

Com base na análise do projecto e em virtude do contexto político da época, não encontramos outra explicação para esta distribuição em xadrez, que não seja a de condicionar o relacionamento interpessoal dos residentes – as pessoas viviam de «costas voltadas» umas para as outras. Este plano segregador impedia que se criassem sociabilidades e relações de vizinhança, promovendo o isolamento dos moradores. No entanto, esta configuração do edificado, tinha um senão porque dificultava o controlo físico do bairro. Existiam sempre «recantos» que geravam insegurança, nomeadamente durante a noite. Como referimos anteriormente, todos estes bairros tinham um fiscal responsável pelo seu controlo físico e social e esta organização espacial não era favorável a esse controlo.

Neste aspecto o desenho urbano do Padre Cruz resolve este problema, porque as casas estão dispostas em correnteza, gerando um outro dilema: as pessoas eram «obrigadas» a relacionarem-se entre si, porque viviam «frente a frente», mesmo quando as relações não eram amistosas. Esta organização espacial facilitava a dissipação das tensões internas que se iam criando face à atitude segregadora do regime.

A ideologia do regime e a sua atitude segregadora, patente não só no projecto urbano mas também na exiguidade das habitações (os quintais eram maiores do que as casas), fomentavam a utilização dos espaços exteriores, como os quintais e as ruas, como prolongamento do seu espaço privado, em consonância com uma perspectiva nostálgica inerente ao passado rural destes habitantes que assim poderiam reconstituir um certo sentido de «comunidade». Durante todo o ano (quando o tempo o permite), mas com especial incidência nos dias e noites quentes de verão, os habitantes utilizam estes «espaços públicos», montam os «fogareiros» na rua, fazem os seus grelhados e convivem uns com os outros.

As ruas, para além da paróquia e das colectividades de bairro que entretanto se foram constituindo, surgem naturalmente como espaços de convivência colectiva e de manifestações culturais. Durante as Festas de Lisboa (Santos Populares), o bairro ganhava um colorido especial todas as ruas eram enfeitadas com fitas coloridas, em todas existiam fogueiras e todas elas «competiam» entre si.

Para além do desenho urbano do Bairro do Padre Cruz, que privilegiava a escala humana, pela sua organização espacial patente na escala e hierarquização das ruas, existe um outro factor que convém realçar, que é o da toponímia. As ruas do Padre Cruz tinham e têm, no «bairro das alvenarias», todas elas o nome de um rio de Portugal. A principal rua é a rua do Rio Tejo e as outras três, hierarquicamente mais importantes, a do Rio Douro, Mondego e Rio Guadiana.

Este aspeto, independentemente da carga ideológica associada a esta hierarquização das ruas (presentemente é atribuído não se sabem bem como e na maioria das vezes descontextualizado do lugar – existe uma rua no bairro – Fase 2, que se chama Rua de Barcelona, qual é a relação com o lugar?), foi de especial importância, porque a maioria dos residentes identificava-se com o novo espaço onde vivia, pela ligação emocional que os aproximava da sua terra natal. Cada

rua tinha um significado muito especial, o da memória.

Embora se tratassem de pessoas muito pobres, na sua maioria analfabetas, cada um dos residentes transportava um pouco da cultura da sua região.<sup>7</sup> As relações de vizinhança que se iam criando e que se foram consolidando ao longo dos anos, permitiram que toda esta partilha cultural se fosse consolidando, forjando referências identitárias múltiplas e diversas entre os moradores.

A freguesia de Carnide era, no passado, conhecida pelo seu núcleo rural de relevo, no contexto da cidade, pela sua identidade histórica, religiosa,<sup>8</sup> e militar,<sup>9</sup> assumindo-se como uma das freguesias mais importantes da cidade, pela sua dimensão social e urbana. Desde há vários anos que a Junta de Freguesia apoia e promove a criação de grupos de discussão, ligados aos bairros existentes e prática, na medida do possível, uma gestão participativa e integradora.

Na figura 5, é possível constatar a localização periférica do bairro em relação ao centro da freguesia.

Aquando da construção das primeiras habitações e até 1967, data da inauguração da carreira N.º 41, pela Carris, em Novembro do mesmo ano, o bairro encontrava-se completamente isolado. Durante esse período os residentes do bairro que trabalhavam em diferentes zonas da cidade tinham necessidade de se deslocarem todos os dias, de e para o centro de Carnide, onde apanhavam o Eléctrico N.º 13 no Largo do Coreto, para os seus locais de trabalho em diversas zonas da cidade.

Este movimento pendular, representado na figura anterior, a traço de ponto laranja, fazia-se fundamentalmente pela Azinhaga dos Cerejais – cordão «umbilical» que ligava o núcleo da freguesia ao bairro. Situação que se manteve mesmo após a inauguração da carreira 41, pela escassez dos transportes, até à revolução de 74.

Neste seu percurso diário que durava sensivelmente vinte minutos, não só se relacionavam entre si, como iam criando relações de vizinhança e de solidariedade pelo isolamento a que estavam sujeitos.

Mas sobretudo, porque iam assimilando a riqueza histórica, cultural e religiosa da freguesia. Esta situação particular foi desenvolvendo dentro dos moradores uma autoestima colectiva. O Bairro Padre Cruz, nunca foi um apêndice da freguesia mas sim uma parte integrante da mesma. Os seus moradores eram e são parte integrante da população de Carnide. Desde o início que participam ativamente nos eventos educativos, religiosos e culturais da freguesia.

Durante os anos que se seguiram e até ao 25 de Abril de 1974, as tensões e os conflitos que se verificavam dentro do bairro eram amortecidas pelas colectividades existentes, nomeadamente: o Clube de Futebol «Os Unidos» (1962) e o Grupo Recreativo «Os Amigos da Luz» (1967), duas instituições «rivais» que competiam entre si pela representatividade junto dos moradores (a sobrevivência dependia da quotização). A primeira, estava ligado ao «bairro das casas de Lusálite» – a população realojada trouxe consigo o clube que tinha fundado em 1940 no Bairro da Quinta da Calçada, assistiu-se assim a uma refundação do

<sup>7</sup> Os residentes do bairro eram oriundos de todas as regiões do país, desde o Algarve a Trás-os-Montes.

<sup>8</sup> Segundo informação da Junta de Freguesia de Carnide, no século XII, dá-se a organização religiosa e administrava com a criação de uma vasta paróquia rural em 1279.

<sup>9</sup> No século XI ligada à Ordem de Cristo e mais tarde, já no século XIX, ao Colégio Militar.

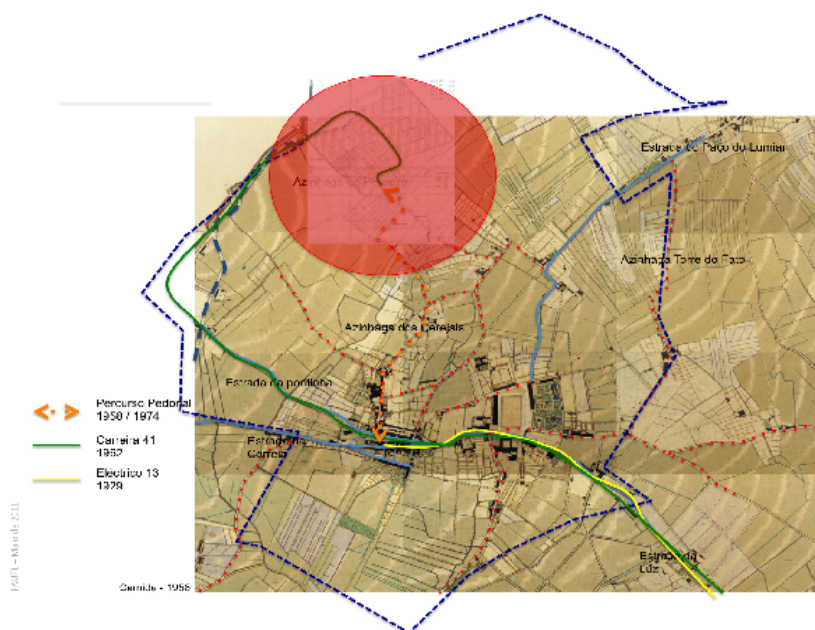


Figura 5 – freguesia de Carnide e o Bairro do Padre Cruz  
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, elaboração própria, 2013

mesmo – a segunda, surge como alternativa à primeira (para quem não gostava de futebol) e estava, de certa forma, associada aos moradores do «bairro das Alvenarias». Estas duas colectividades tiveram um papel fundamental na «vida do bairro» porque era o local de encontro privilegiado. Daí que, neste seu convívio/confronto diário iam libertando as suas frustrações. Este «confronto» era visível, nos jogos de cartas, nas damas, no dominó, no jogo da malha, na discussão do futebol ao domingo (ainda hoje é assim), em suma, eram a válvula de escape para uma sociedade em tensão que vivia reprimida.

Independentemente das divergências e das tensões que se iam gerando dentro do bairro, pelas diferentes relações de vizinhança que se iam criando (a existência de vários «bairros» dentro do mesmo bairro) e que se manifestavam subliminarmente na rivalidade entre colectividades (não podia ser de outra forma), como já referimos, os moradores do bairro sempre foram solidários e «cúmplices». Foi nesta «cumplicidade» que se foi consolidado uma cultura de bairro, fazendo do bairro aquilo que ele é – um bairro dinâmico, participativo e com identidade. Não é por acaso que depois do 25 de Abril de 74, já em período de democracia, continuam a surgir e a instalarem-se no bairro novos clubes e associações, tais como: Os «Escorpiões Futebol Clube» (1975); Associação de Moradores do Bairro Padre Cruz (1989); Associação Juvenil «Renascer» (1990); Associação «Azimute Radical» (2001) e a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB 2/3 do Bairro Padre Cruz (2003).

O bairro do Padre Cruz conseguiu fazer do associativismo a sua grande força e da sua identidade a sua centralidade. Muitas são as ofertas culturais que é possível encontrar e que funcionam dentro deste bairro, nomeadamente: o «Teatro da Lua Cheia – Teatro para todos»; Associação de Futebol «Bola

P'ra Frente»; WACT – *We are Changing Together* e «Tenda – Palhaços do Mundo». Para além de outras actividades culturais que se vão desenvolvendo diariamente, há que realçar o filme de João Canijo, «Sangue do meu Sangue», que estreou em outubro de 2011 e que foi rodado neste bairro.

## **2.2 *Urbanismo em contexto de democracia***

O bairro do Padre Cruz neste seu meio século de existência teve, segundo o nosso ponto de vista, quatro momentos marcantes na sua história: os dois primeiros ainda no Estado Novo, e os outros dois no pós 25 de Abril de 1974.

Em relação aos períodos iniciais, embora se tratem de duas intervenções temporais muito próximas e coincidentes com a origem do bairro, têm características que, segundo o nosso ponto de vista, nos levam entendê-las como duas fases distintas: A primeira associada às construções de «*Lusalite*» e a segunda, às «Casas de Alvenaria» – ao bairro das «casas desmontáveis da Quinta da Penteeira» e ao bairro do Padre Cruz respectivamente. Entendemos que estas duas fases não se diferenciam só pelas características específicas dos materiais aplicados na construção, mas também pela proveniência dos residentes. Como referimos anteriormente, foi nesta fase inicial que se assistiu à consolidação da sua estrutura social.

O terceiro período iniciou-se na década de 90 do século passado, com a construção de um novo núcleo urbano nos terrenos adjacentes ao bairro – a poente, entre o núcleo inicial e o Regimento de Engenharia N.º 1 da Pontinha. Construída ao abrigo dos planos PIMP (Plano de Intervenção a Médio Prazo) e PER (Plano Especial de Realojamento), esta nova fase nada tem e ver com o projecto original e é identificada pelos moradores do bairro como «o bairro novo», distinguindo-se do «antigo» pela escala de intervenção e pela tipologia do edificado. Estamos perante uma malha ortogonal de vias, constituída por quarteirões de dimensão variável, sobre os quais se implantaram os edifícios de habitação com sete pisos de altura.

O último, que está a decorrer desde 2005, enquadra-se nas novas políticas de reabilitação urbana, no quadro do PLH (Plano Local de Habitação), preconizadas pelo município nos últimos anos, ao abrigo do programa BIP/ZIP (Bairros de Intervenção Prioritária/Zonas de Intervenção Prioritária) como instrumento de política pública municipal. O projecto agora em curso foi desenvolvido pela EPUL (Empresa Pública de Urbanização de Lisboa), por delegação da Câmara Municipal de Lisboa através da proposta N.º 132/2006 e está a ser implementado ao abrigo do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional). Esta última fase tem por objectivo a demolição do «Bairro de Alvenaria» e a construção de um novo loteamento.

Em todos estes momentos sempre se verificaram situações de conflito associados a «pontos de ruptura» ou de tensão, que de certa forma poderiam e podem por em causa a «regularidade da vida de bairro». No entanto, existe uma grande diferença sobre a forma de protesto/atuação dos residentes nos períodos que antecederam e que precederam o 25 de Abril de 74.

Daí que nos dois períodos iniciais, atendendo à corrente ideológica do regime, a forma de protestar ou de agir fazia-se através das colectividades existentes e era na rivalidade entre colectividades que os conflitos eram geridos, dado que eram proibidas todo e qualquer outro tipo de manifestação. No entanto os cidadãos nunca poderão fazer valer os seus interesses sobre o que pretendiam



para o bairro. As suas «angústias» eram discutidas em privado e raramente eram perceptíveis para o exterior, no entanto, existia um «protesto silencioso» e latente.

Como referimos anteriormente, os moradores do bairro Padre Cruz sempre se sentiram parte integrante da freguesia de Carnide. Muitos deles participavam culturalmente noutras colectividades da freguesia, tais como: a Sociedade Dramática de Carnide e o Carnide Clube, entre outras. Por outro lado, o Grupo Paroquial do Bairro Padre Cruz também tinha influência na Paróquia de Carnide. Daí que, aquando do 25 de Abril de 1974 com o fim da ditadura, os residentes começaram a protestar e a fazer ouvir os seus direitos, junto de algumas entidades e associações. Primeiro de uma forma isolada, e posteriormente, com a criação da Associação de Moradores do Bairro do Padre Cruz (1989), colectivamente junto da CML.

Depois da última intervenção urbana a que o bairro esteve sujeito na década de 90 do século passado, com a edificação do «novo bairro», a população mais do que duplicou. No entanto, os residentes deste núcleo urbano não interagem entre si da mesma maneira que os habitantes iniciais. Esta interação é visível pela fraca (quase nula) participação nos eventos culturais do bairro, como presenciámos nos últimos dois anos. Por outro lado, também não estão presentes nos grupos de discussão, abertos a toda a população. São eventos mensais onde se reúnem para discutir os problemas existentes, conjuntamente a população do bairro e os seus representantes, com as diversas instituições que interagem dentro do bairro, tais como: GEBALIS (Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa), PSP (Polícia de Segurança Pública), CML, SCML (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa), Agrupamento de Escolas EB2/3 do Bairro, entre outras.

É interessante verificar que, depois de 40 anos de democracia, continuam a ser os habitantes das «alvenarias», aqueles que mais se empenham ativamente nos grupos de discussão para resolução dos problemas do Padre Cruz. Por outro lado, são também eles que têm vindo a pressionar a CML, para reajustar a nova solução urbana às necessidades da população.

### **3 Notas conclusivas**

*O urbanismo produzido em contexto de ditadura, segregador, imposto de cima para baixo, sem discussão, com péssima qualidade construtiva, com espaços exíguos, mas com uma escala humana, conseguiu criar um tipo de projecto urbano, que pelas suas especificidades, obrigava a uma interação permanente entre os cidadãos (positiva ou negativa). Esta situação permitiu que o Padre Cruz criasse uma identidade própria, em que as memórias do bairro se perpetuam no tempo, reforçando o sentido de identidade dos residentes. O evento a que assistimos no dia 17 de setembro de 2013 foi o reflexo desta cultura de bairro. A antiga escola primária do Bairro Padre Cruz, situada na Rua do Rio Tejo e desativada há já muitos anos (aquando da construção das novas escolas), deu origem a um espaço comunitário de onde se destaca, entre outros espaços colectivos, a sala da memória. Neste mesmo dia, foi apresentado o livro «Histórias e Memórias do Bairro Padre Cruz – Construir cidade à escala humana», da autoria de Fátima Freitas, socióloga e patrocinado pela Junta de Freguesia de Carnide. Como refere Helena Roseta, vereadora da Câmara Municipal de Lisboa, na sobrecapa do mesmo livro «A partir do momento em que uma comunidade tem orgulho*

no seu bairro, o bairro está salvo».

Por outro lado, *o urbanismo produzido em contexto de democracia*, também imposto de cima para baixo, sem discussão, com um projecto urbano completamente diferente, com uma construção de qualidade, mas em prédios de sete pisos – um edifício aloja quase tantos moradores como um troço de rua das «alvenarias» – criou uma população indiferente. O projecto urbano é uma peça fundamental para o reforço do sentido de identidade dos seus residentes. Não interessa se o mesmo é produzido em contexto de democracia ou de ditadura. No entanto, o contexto de democracia permite uma participação ativa da população, na elaboração de um projecto urbano que seja o reflexo das suas necessidades – um urbanismo participativo/negociado (Bourdin, 2011).

No entanto, independentemente das intenções políticas dos atuais governantes (desde 2009), manifestadas não só pelo discurso político mas também no fomento dos grupos de discussão junto destes bairros de intervenção prioritária, os denominados GABIP's (Gabinetes de Apoio ao Bairros de Intervenção Prioritários), verificámos que existe uma certa relutância por parte de alguns técnicos na aceitação de críticas construtivas que visem adaptar o projecto à realidade. Neste caso do Padre Cruz, as alterações produzidas ao projecto inicial (por pressão da população do bairro), são mínimas e não passam de uma operação de «cosmética» que tem como objectivo o de silenciar o protesto.

## Referências

- Ager, M. (2011), *Antropologia da Cidade – Lugares, situações, movimentos*, São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- Barone, A. (2002) *Team 10: Arquitectura Como Crítica*, São Paulo: Annablume.
- Bourdin, A. (2011), *O Urbanismo Depois da Crise*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Burgel, G. (2006), *La Revanche des Villes*, Paris: Hacette Littératures.  
pobreza Lisboa.
- Choay, F. (2007), *O Urbanismo*, São Paulo: Editora Perspectiva S.A..
- Chouvet, C.(2007) *Les Quartiers Durables: Un Exemple de Demarche Integree et Participative*, Comité 21 – Angenius.
- Davis, M. e Monk, D. (2008), *Paradis infernaux: Les villes hallucinées du néo-capitalisme*, Paris: Les Prairies Ordinaires.
- Ferreira, M. (1966), *O Desenvolvimento Comunitário de Lisboa*, Boletim GTH Lisboa, Lisboa: CML.
- Guerra, I. (1984), «As pessoas não são coisas que se metam nas gavetas» in *Sociedade e Território*, Vol. 20, pp. 11–16.
- Hall, P. (2009) [1988], *Cidades do Amanhã: Urbanismo*, São Paulo, Editora Perspectiva.

- Jacobs, J. (2000), *Morte e vida de grandes cidades*, São Paulo: Martins Fontes.
- Krier, L. (1999), *Arquitectura – Escolha ou Fatalidade*, Lisboa: Editora Estar.
- Lynch, H. (2010) [1968], *O Direito à Cidade*, 2ª Reimpressão, São Paulo:, Centauro Editora.
- Lynch, K. (2007), *A Boa Forma da Cidade*, Lisboa: Edições 70.
- Mendes, M.; Ferreira, C.; Sá, T. e Crespo, J. (2012), *A cidade entre bairros*, Lisboa: Caleidoscópio.
- Muller, W. e Vogel, G. (1999) [1984], *Atlas de Arquitectura, 1*, Barcelona: Alianza Atlas.
- Muller, L. (1998) [1961], *A Cidade na História: suas transformações e perspectiva*, 4ª Ed., São Paulo: Martin Fontes.
- Peixoto, J. (1990), «Elogio da Cidade», in *Revista Crítica das Ciências Sociais*, Vol. 30, pp. 97–110.
- Pere, D. e Montaner, H. (1994), *Textos De Arquitectura De La Modernidad*, NEREA.
- Pinson, D. (1996), *Architectures et modernité*, Paris: Flammarion.
- Rossi, A. (2001) [1966], *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa: Edições Cosmos.
- Santiago, M. (2007), *Pancho Guedes – Metamorfoses Espaciais*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Silva, C. (1994), *Políticas Urbanas Lisboa: 1926–1974*, Lisboa: Livros do Horizonte.
- Stébé, J. (1999), *La crise des Banlieues*, Paris: Puf.
- Viarde, J. (1994), *La Société d’archipel ou les territoires du village global*, La Tore d’Áigue: Édition de L’Aube.

## Sociabilidade: A forma urbana na vida pública da cidade de Lisboa

*Rui Pedro Morais Justo\**

*Ana Elisabete Martinho Amado†*

### Resumo

A forma urbana da cidade constrói-se como resultado da necessidade do homem conceber o espaço e ambiente que habita para melhor viver. Em ambas as suas componentes pública e privada, a forma urbana expressa tensões de transformação e permanência, que caracterizam determinado modelo de cidade e sociedade, no que respeita à sua organização e às relações humanas que prevê.

Este artigo procura entender as relações existentes entre o espaço e sociedade, ou seja entre o espaço físico e a sociabilidade que este comporta e admite através e por parte dos seus utilizadores, ou seja, entender a relação que se estabelece entre a forma urbana do espaço e a ocorrência de vida pública.

Para este efeito selecionou-se um eixo urbano consolidado e particular na história da cidade de Lisboa. Este é formado por distintas ruas e espaços singulares representativos. Neste sentido efetuou-se um estudo com base em observações diretas das actividades realizadas pelos seus utilizadores, onde se incluem para além dos residentes e trabalhadores, turistas e outros frequentadores ocasionais.

Foi possível concluir que existe um processo de inter-relação entre formas espaciais e suas práticas sociais e que inclusive, estas possuem capacidade de influenciar a sociabilidade, tanto quanto exista capacidade de apropriação das mesmas.

**Palavras-chave:** forma urbana; espaço público; vida pública.

---

\*Arquiteto; doutorando em Urbanismo na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa; bolsiro de Investigação no projeto «O Tecido Edificado na Cidade Portuguesa – Inventário Morfológico» financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia:  
✉ ruijusto87@gmail.com

†Arquiteta; doutoranda em Urbanismo na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa; bolsira de Investigação no projeto «O Tecido Edificado na Cidade Portuguesa – Inventário Morfológico» financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia:  
✉ ana.martinho.amado@gmail.com

### **Abstract**

The urban form of the city is built as a result of man's need to design the space and environment in which he inhabits to live better. In both its public and private components, the urban transformation expresses tensions of transformation and permanence that characterizes a particular model of city and society, with regard to its organization and the human relations it provides.

This article seeks to understand the existing relationships between space and society, that is between the physical space and the sociability, that they comprise and admit through and by its users, that is, understanding the relationship established between the urban form of the area, and the occurrence of public life.

We selected a consolidated urban axis and with a particular role in the history of Lisbon. This axis is made up of different representative exceptional streets and spaces. To this end, we performed a study based on direct observations of the activities undertaken by their users, which include in addition the residents and workers, occasional visitors – tourists.

We concluded that there is a process of inter-relationship between spatial forms and its social practices, that even these have the ability to influence social practices as long as there is capacity for them to be appropriated.

**Keywords:** urban form; public space; public life.

## **Introdução**

As cidades são o reflexo mais concreto das características, comportamentos e crenças de uma sociedade e, conseqüentemente, da sua história e ações ao longo do tempo. É um lugar de uma enorme variedade de trocas materiais, pessoais, espirituais e, portanto, o espaço onde se estabelecem vínculos sociais. A expressão espacial destas relações humanas e da organização em sociedade é-nos dada em grande medida pela diversidade e riqueza morfológica da cidade, que vive em permanente atualização.

As relações que se estabelecem entre o espaço e a forma urbana, e os comportamentos relativos à vida quotidiana praticados pelas pessoas têm motivado a existência de múltiplos estudos nos domínios do urbanismo e das ciências humanas. A dificuldade de compreender a diversidade e complexidade destas relações justificam as abordagens que procuram relacionar o homem com o espaço.

Fica, assim, lançada a hipótese de análise que assume a afinidade entre a forma do espaço urbano e a ocorrência de vida pública. Para aferir esta hipótese tomou-se como base de estudo um eixo singular e consolidado da cidade de Lisboa, formado pelas ruas – do Alecrim, da Misericórdia, de São Pedro de Alcântara, D, Pedro V e da Escola Politécnica - e pelos espaços singulares – largo de Camões, de São Roque e de São Mamede, o jardim do Príncipe Real e o miradouro de São Pedro de Alcântara.

A abordagem utilizada neste estudo procura relacionar características formais de desenho urbano com as actividades realizadas pelas pessoas nesse mesmo

espaço, no sentido de entender a lógica que liga a forma do espaço urbano da cidade à vida quotidiana, contribuindo-se assim, para uma reflexão e discussão mais informada nos campos da Morfologia e da Sociologia urbana.

Para o efeito, procurou-se efetuar um estudo da vida pública com base na observação das actividades realizadas pelas pessoas – residentes, turistas, trabalhadores e frequentadores ocasionais - em diferentes momentos do dia (e em diferentes dias da semana), de forma a avaliar o modo como as pessoas interagem com o espaço e como este as estimula a realizarem as mais variadas actividades.

## **1 A forma urbana: o espaço público e privado da cidade**

A cidade apresenta-se numa conformidade entre o lugar e o espaço, ou seja, numa íntima relação entre espaço social e espaço físico de suporte. Assim, entende-se a cidade como espaço urbano e este como um produto social (Lefebvre, 1974).

A sua forma é o resultado de um processo dinâmico de produção urbana e a sua materialização actual é sempre a fase de uma evolução em curso, isto é, entende-se a cidade como um «organismo vivo» em constante metamorfose como sugere Lamas (1999), sendo que a sua forma (física) corresponde a momentos precisos e específicos dessa transformação. Esta constitui-se a partir da relação entre cheios e os vazios que a compõem, que se traduzem em espaços, livres e construídos, públicos e privados, que por sua vez constituem o tecido urbano (Coelho, 2002).

Podemos afirmar que o tecido urbano da cidade divide e, ao mesmo tempo, articula duas categorias de espaços, o privado e o público. Se por um lado o espaço privado da cidade está geralmente associado à pequena escala do habitar, do ambiente familiar e da organização doméstica (Panerai e Mangin, 1999), por outro, o espaço público é visto como um produto (social) que dá a possibilidade de se estabelecerem vínculos sociais.

Nas cidades, esta noção remete-nos para todas as áreas ao ar livre, acessíveis, bem como espaços e edifícios que estão abertos ao público. O espaço público apresenta-se de uma forma muito variada desde ruas e praças, jardins e cursos de água (Lavedan, 1936), aos *lobbies* dos hotéis, assim como os não-lugares dos aeroportos descritos por Augé (1992), todos eles fazem parte do espaço público. Correspondem, portanto, a espaços livres e elementos construídos e não construídos que configuram zonas públicas de grande atividade e movimento (Gauthiez, 2003). Movimento é, como sabemos, uma característica «cara» ao espaço público como denuncia Sennett (1977), considerando que cada vez se evidencia menos como espaço de permanência e convivência e mais como espaço de passagem.

Para Panerai e Mangin (1999) construir um espaço público não consiste somente em definir uma perspectiva entre o edificado, mas sim integrar no seu desenho para além das restrições de construção implicadas, uma lógica própria que faz referência a uma convenção social, traduzindo legibilidade ao espaço urbano. A cidade é espaço público, e a legibilidade de uma cidade passa pela legibilidade do seu espaço público (Bohigas, 2004).

As tipologias de espaço público diferenciam-se pelas características intrínsecas e pelas relações que as pessoas estabelecem com esses mesmos espaços. Interessa,

neste contexto, destacar os tipos de espaço público que conformam o espaço e a arquitetura que constrói a forma da cidade como a rua (espaço ordinário) e a praça (espaço singular).

A rua é, por regra, a tipologia de espaço público mais comum no desenho da cidade, sendo determinante para a sua configuração. Neste sentido, **Poete (1929)** refere o sítio como elemento base de formação e o caminho como elemento base de desenvolvimento, isto é, assume o solo como o espaço físico, um dado natural, e a rua como produção humana, que se encontra na génese e no desenvolvimento da própria cidade, como um produto de sedimentação temporal. A rua apresenta-se como uma estrutura basilar e simples da cidade que serve para circular e de suporte físico para a implantação de edificado (**Panerai e Mangin, 1999**), sendo considerada para a nossa sociedade o espaço da cidade que mais simboliza a primeira função da cidade, a interação e a urbanidade (**Remy, 2004**).

A praça, por oposição à rua, constitui uma tipologia de espaço público singular no traçado cidade, sendo entendida como elemento básico da criatividade do desenho e da arquitetura que pontua a cidade configurando exemplos de grande qualidade plástica (**Coelho e Lamas, 2007**). Sendo um recinto ou lugar especial, onde se concentram os principais edifícios e monumentos, as praças são uma tipologia de espaço público que se apresenta num leque variado de situações urbanas, possuidoras de características muito próprias e identificáveis nas suas especificidades tanto morfológicas como históricas e culturais.

Tanto a rua como a praça são elementos morfológicos do espaço público da cidade, que se apresentam das mais variadas formas e que incorporam preocupações formais, funcionais e simbólicas.

## 2 A natureza (social) da vida pública

A «vida pública» enquanto conceito, que é relativa ou pertença de um todo, engloba contextos sociais abertos, ao oposto da vida privada referente ao íntimo, que é controlada por um ambiente familiar. Na sua essência a vida pública agrega uma dimensão física (espaço) e uma dimensão social (actividade), que difere culturalmente e de sociedade para sociedade. Assim como a forma urbana, a forma de viver e de se expressar em sociedade tem sofrido alterações ao longo do tempo, o que tem motivado algumas discussões que aqui se expõem. Assim o termo «público» está relacionado ao bem comum, ao corpo político e à visibilidade do ser, que o «eu» expõe ao «outro».

Na era moderna, com o crescimento das cidades e das novas tecnologias, a esfera pública<sup>1</sup> foi-se transformando tal como se desenvolveram os lugares de encontro e relacionamento, físico e espacial entre cidadãos (parques urbanos, passeios públicos, centros comerciais, cafés, teatros, etc.). Novos costumes formam uma nova esfera social, e as alterações urbanas do século XX, levam contudo a um desaparecimento do domínio público, na consequência da segregação urbana que encorajava e estimulava o crescente medo/desconforto entre estranhos, entre o «eu» e o «outro» e entre o incógnito «nós».

Apresentam-se algumas reflexões, referentes ao conceito enunciado – «vida pública», e ao seu declínio –, por **Sennett (1977)**, **Arendt (1993)**, **Jacobs (1961)** e **Lynch (1981)**.

---

<sup>1</sup> Esfera pública é a dimensão na qual os assuntos públicos são discutidos pelos atores públicos e privados (in <http://pt.wikipedia.org>).

Iniciamos com [Sennett \(1977\)](#), que se entende como uma crítica às práticas correntes e novas perspectivas de resolução, relativas às relações sociais humanas adotadas no século XX.

O autor, a fim de entender como se formou este conceito intimista contemporâneo de «vida pública», refere directamente a confusão dos próprios conceitos de «vida pública» *versus* «vida privada». Sendo esta confusão condicionada e resultado das mudanças ocorridas na sociedade em séculos anteriores.<sup>2</sup> O autor refere assim que «a tendência de tratar a vida privada como um privilégio natural do ser humano em detrimento da vida pública, não é própria do ser social, e sim um resultado de uma mudança que ocorreu sobre a ideia do homem moderno ocidental no século XVIII.»<sup>3</sup>

Assim, para [Sennett](#) o declínio do homem público constrói-se pelo e no distanciamento dos sentimentos da vida pública e na diminuição das ações coletivas, referindo inclusive a «morte» do espaço público,<sup>4</sup> como resultado de uma crescente cultura narcisista, acusando o esvaziamento da própria esfera pública baseada na hipervalorização da intimidade, da privacidade, do retraimento e do silêncio.

[Sennett \(1988\)](#) explora e apresenta o termo «público» como expressão grega «*synoikismos*», com o significado de um «espaço onde um grupo de pessoas com diferentes valores se encontram», sendo resultado deste, a formação da própria cidade «*polis*». Na actualidade, a utilização corrente da expressão «público» denota-se com uma perda deste sentido de polis, estando apenas relacionada com o prazer comercial. E este é o grande problema apontado pelo autor que se apresenta nas cidades ocidentais contemporâneas, é como fazer? ... Ou o que fazer? Para que pessoas com valores diferenciados encontrem um significado para a palavra «nós».

[Arendt \(1958\)](#) apresenta uma compreensão histórica dos estudos sobre a existência humana e do próprio entendimento de «esfera pública».

A autora reconhece como problema da sociedade de massas, o fato das pessoas não encontrarem um elo que as une umas às outras, que lhes desperte o desejo de viverem o comum e como consequência aponta a sobreposição das questões individuais, às questões sociais, ou seja, do privado ao público.

Para a autora, o espaço «público» é onde se pode ver e ouvir, ser visto e ouvido, sendo que este se divide em três aspectos essenciais: a visibilidade, a pluralidade e a sociabilidade. Sublinha ainda, a importância da vida em sociedade, como esbatimento das diferenças sociais, do individualismo, entendendo o espaço público como local que possibilita o encontro, o debate, a convivência e, portanto, onde a política e a vida social se podem realizar.

A questão do declínio da vida pública é também apontada por críticos como [Jacobs \(1961\)](#), que se prendem sobre os efeitos perversos do modernismo na criação de novos ambientes urbanos, que destituíram sistemas sociais e culturais de grande coerência interna. Com o ambiente dominado por um ritmo de vida acelerado, pelo automóvel e com a introdução de centros comerciais, de

<sup>2</sup> Iniciada «com a queda do Antigo Regime e com a formação de uma nova cultura urbana, secular e capitalista», in <http://www.redalyc.org/pdf/1933/193314432026.pdf>.

<sup>3</sup> [Sennett \(1988\)](#) in <http://www.redalyc.org/pdf/1933/193314432026.pdf>.

<sup>4</sup> Para [Sennett](#) o espaço público é assim respetivo a lugares público entende-se segundo um modelo teatral, onde os autores representam o seu papel de homens públicos, in <http://www.redalyc.org/pdf/1933/193314432026.pdf>.



interiores de quarteirões, de parques temáticos, onde as atividades são mais controladas, a tendência de «fecho» do espaço público e da vida pública é mais notória. Importa neste contexto incluir o pensamento de [Lynch \(1981\)](#), na medida em que este aponta de uma forma mais efetiva, soluções para que o espaço público seja atrativo e por isso se encha de vida urbana. Assim, apresenta um conjunto de pressupostos para que o desenho do espaço público funcione como catalisador da vida urbana: (1) vitalidade – a forma do espaço deve seguir a função e as necessidades das pessoas; (2) sensação – espaço concebido em função do momento e da forma como é apropriado pelas pessoas; (3) adequação – características do espaço concebidas em função das necessidades das pessoas; (4) acesso – capacidade para aceder a informação, actividades e pessoas; (5) controlo – lugares vigiados pelas pessoas que utilizam o espaço e pela vizinhança.

Em síntese, a interpretação da vida pública, da actividade social que se gera no espaço público é essencial para que se percebam as necessidades e anseios da sociedade urbana.

### **3 Estratégia metodológica**

As metodologias de análise e de representação utilizadas neste ensaio têm como referência alguns autores que se interessam pelas questões que ligam a vida quotidiana às características formais do espaço urbano, dos quais se destacam os seguintes: [Jacobs \(1993\)](#), [Moudon \(1991\)](#) e [Lynch \(1999\)](#).

A abordagem utilizada no caso de estudo procura relacionar as características formais de desenho urbano representadas através de um conjunto de peças clássicas de desenho arquitetónico, plantas e perfis, com as actividades desenvolvidas pelas pessoas no espaço, recorrendo-se para o efeito ao método de observação direta apoiada com base em fichas de observação. Cada ficha é composta por 3 partes:

1. Breve descrição da observação – Os aspectos, contextos e situações observados.
2. Planta de observação onde se identificam os focos de actividade humana ao longo do eixo urbano em estudo.
3. Registos fotográficos e filmagens.

As observações realizaram-se num intervalo de 10 dias (entre o dia 25 de Maio e o 2 de Junho de 2013), incluindo dias de semana e fim-de-semana, efetuando-se a diferentes horas do dia, em função dos momentos de maior e menor actividade por parte das pessoas que utilizam o espaço.

Procura-se com esta construção metodológica, aplicada a um eixo urbano singular e representativo da cidade de Lisboa, perceber a afinidade entre as actividades realizadas pelas pessoas e as características morfológicas do espaço, aferindo-se assim que formas urbanas estimulam a existência de vida pública e contribuem para a agradabilidade do espaço.

## 4 Estudo da vida pública

### 4.1 O eixo urbano

Lisboa é uma cidade onde a riqueza, variedade e representatividade tipológica do espaço público permite reconhecer diferentes formas de apropriação e fruição do mesmo por parte das pessoas. O eixo urbano em estudo é representativo dessa diversidade, sendo composto como ilustra a *figura 1* por distintas ruas sequenciais agregadas em continuidade e pontuadas por diferentes espaços singulares como a praça, o largo e o jardim que, em conjunto, configuram uma importante artéria de distribuição da cidade ligando o Cais do Sodré ao Largo do Rato. Assenta e desenvolve-se ao longo de uma linha de cumeada denominada como a Sétima Colina da cidade de Lisboa.

Este eixo conta com inúmeras ruas transversais que procuram fazer a articulação com os diferentes bairros adjacentes. Há contudo uma transversal que se distingue pelo movimento, um cruzamento representativo que coincide com uma das antigas saídas da cidade amuralhada, formado pelos largos do Camões e do Chiado que comunicam com a rua do Loreto e rua Garrett, respetivamente. É nesta travessia direta que independentemente do dia e hora de observação se registam os maiores focos de actividade humana.

Destacam-se, portanto, os elementos singulares do traçado (praças, largos, jardins e miradouros) que pontuam equitativamente este eixo, funcionando como pontos de paragem de ócio e lazer, alguns deles associados a edifícios de prestígio, de cariz religioso, ou simplesmente a edifícios privados como é o caso do Largo Barão Quintela. De registar inclusive a variedade de ambientes que estes criam nas distintas ruas a que estão associados, por exemplo, observa-se no período da manhã uma maior afluência a espaços que integram igrejas. Acresce a presença constante de arte pública em todos eles, desde lagos a estatuária, e os agora renovados quiosques.

De facto, os espaços singulares são os mais convidativos à permanência, já no percurso da rua estes momentos cingem-se à espera obrigatória nas paragens de autocarro e a deslocações rápidas e regulares. Em situações mais específicas e de curta duração, as montras e a apropriação do espaço público por parte dos comerciantes com cardápios expositivos retêm também alguns utilizadores.

Os perfis destas ruas são diversificados, e provocam dissemelhanças abruptas, entre espaços de grande amplitude e espaços muito fechados, que acabam por não responder às exigências mínimas de conforto no espaço público.

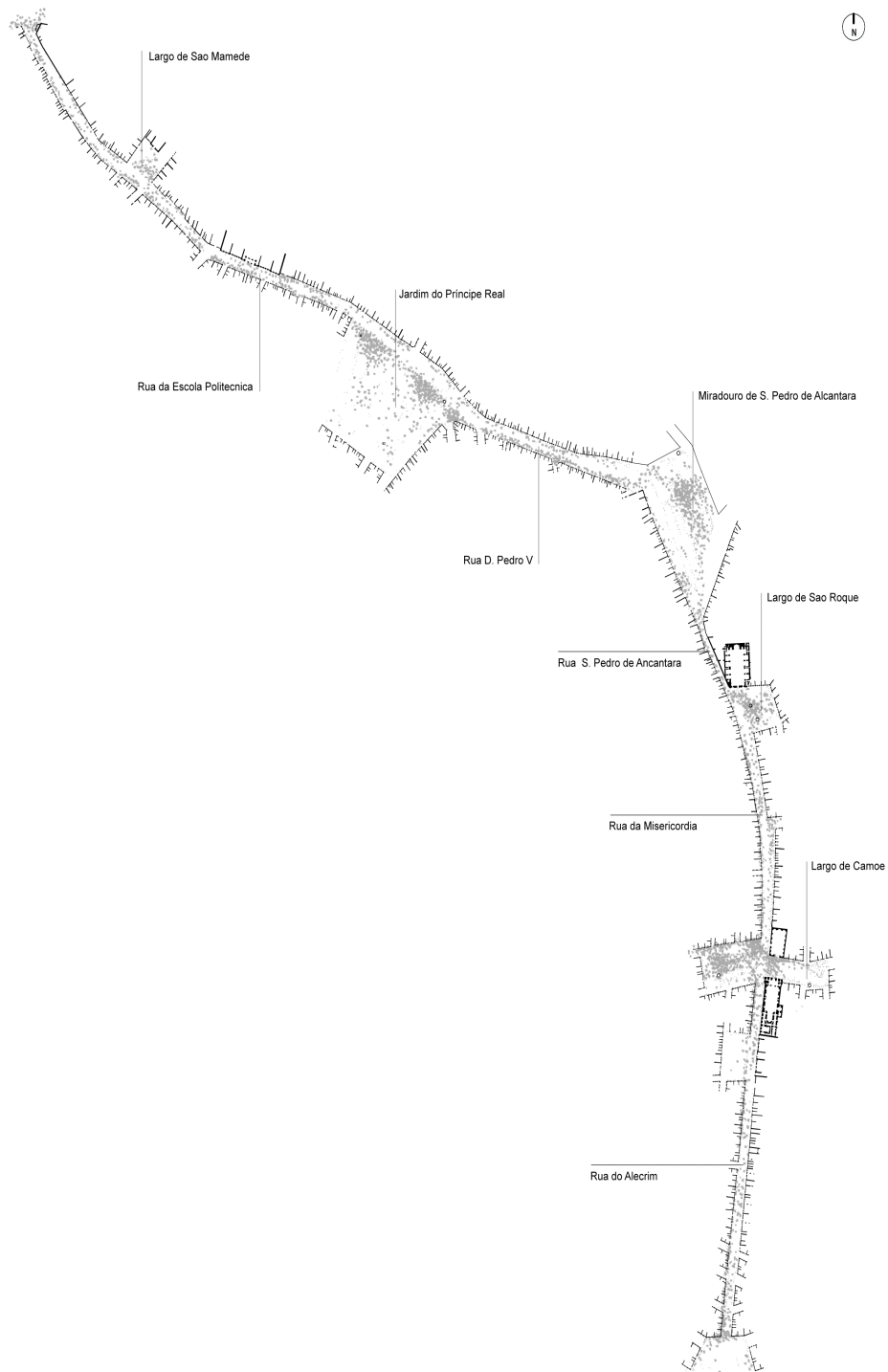


Figura 1. O eixo urbano e os focos de actividade humana  
Fonte: Desenhos produzidos pelos autores, 2013



Figura 1. O eixo urbano e os focos de actividade humana  
Fonte: Desenhos produzidos pelos autores, 2013  
(continuação)

O tecido edificado deste eixo urbano é essencialmente composto por prédios de arrendamento e palacetes que datam entre os séculos XVIII e XIX, configurando quarteirões e lotes com formas maiores e irregulares na zona mais alta, associada às grandes propriedades e seus solares, e com formas mais controladas e regulares na zona de encosta. Na atualidade os prédios de arrendamento mantêm as suas funções originais, ou seja, habitação nos pisos elevados e comércio nos pisos térreos e sobrelojas. Os Palacetes, propriedades do Estado, são utilizados para serviços do mesmo, e na posse privada, utilizados como sedes de escolas, museus ou empresas. Identificam-se alguns espaços comerciais encerrados e dois edifícios devolutos, junto aos quais se verificou a presença diária de mendigos.

De uma forma geral, o estudo da vida pública revela uma apropriação do espaço público por diferentes categorias de utilizadores, desde o turista ao morador, passando pelo utilizador diário ou excepcional, no entanto, é clara a existência de uma tendência de utilização de determinados espaços em detrimento de outros, como observamos na *figura 2*.



Figura 2. A ocorrência de vida pública no eixo urbano  
Fonte: Fotografias realizadas pelos autores, 2013

#### **4.2 O espaço público. A rua, a praça, o largo e o jardim**

O eixo urbano é, como vimos, composto por diferentes tipologias de espaço público, no entanto, entendeu-se que seria útil para o estudo encaixá-los em dois grupos, o das ruas e o dos espaços singulares (a praça, o largo e o jardim), sujeitos a um estudo comparativo da vida pública que agora se resume.

Figura 3. Quadro resumo das observações realizadas

	Fins-de-semana		Dias úteis	
	Manhã	Tarde/Noite	Manhã	Tarde/Noite
<b>Rua da Escola Politécnica</b>	Possui pouco movimento de pessoas e veículos; Destaca-se a presença de turistas e de residentes em passeio familiar ou <i>jogging</i> ; apenas os espaços destinados à restauração e ao comércio especializado se encontram abertos.	Movimento brando de pedestres em comparação com o trânsito automóvel, as noites de sexta e sábado são muito mais activas que as de Domingo. Presença de muitos jovens.	Denota-se um movimento intenso, pedonal e de veículos, especificamente entre as horas de ponta (8-10h); os estabelecimentos comerciais e equipamentos em actividade atraem trabalhadores, estudantes e residentes.	O fluxo intenso de pessoas e veículos em hora de ponta causa situações de constrangimento e ruptura (18-20h), depois desta o fluxo diminui.
<b>Jardim do Príncipe Real</b>	O Jardim surge como ponto de paragem e deleite dos distintos transeuntes; as esplanadas e especialmente os quiosques polarizam as actividades.	A presença de população autóctone e estrangeiros é visível em momentos de convívio, essencialmente junto aos espaços comerciais.	A concentração e movimento de pessoas estão associados aos quiosques, ou excepcionalmente à feira semanal.	Destaca-se as deslocações rápidas e regulares, apesar da tendência de permanecer junto aos quiosques.
<b>Rua D. Pedro V</b>	Identificam-se moradores da zona frequentando o comércio local e a dialogar no espaço público.	Rua com grande movimento, pedonal e automóvel; muita população jovem e turistas.	Fluxo contínuo de pessoas e veículos – associados a espaços comerciais.	Denota-se um constante fluxo de pessoas e veículos associados a espaços de animação nocturna como bares e restaurantes.
<b>Miradouro de S. Pedro de Alcântara</b>	Este espaço é ponto de paragem do turista que se deleita com as vistas.	Ponto de encontro e aglomeração de pessoas (ex: bottellón).	Deslocações regulares e rápidas; ocorrência de actividades de recreio como passear o cão e fazer <i>jogging</i> .	Evidencia-se a presença circunstancial de mendicantes entre habitantes e turistas que permanecem no quiosque.
<b>Rua de S. Pedro de Alcântara</b>	Denota-se algum bulício resultante da oferta de comércio especializado (papeleria e florista).	Muito movimento e constrangimento entre peões e veículos no estreitamento da via, obrigando as pessoas a utilizarem a faixa de rodagem para se deslocarem.	Deslocações regulares e rápidas; ocorrência de actividades de recreio como movimento associado a estabelecimentos comerciais.	Constata-se um movimento circunstancial e a presença de arrumadores e mendigos pelas ruas, especialmente em horas mais tardias.
<b>Largo de S. Roque</b>	Presença significativa de pessoas junto aos quiosques, realizando actividades próprias do período da manhã como beber café e ler o jornal.	Ocorrência de deslocações rápidas e regulares.	Muito movimento de pessoas e veículos; relacionados como actividades diárias junto aos quiosques e outros espaços comerciais.	Ocorrência de deslocações rápidas e regulares.

Figura 3. Quadro resumo das observações realizadas (continuação)

	Fins-de-semana		Dias úteis	
	Manhã	Tarde/Noite	Manhã	Tarde/Noite
<b>Rua da Misericórdia</b>	Movimento circunstancial.	Ocorrências de paragens e congestionamento entre peões e veículos.	Situações de retenção de fluxo associadas às paragens de autocarros, ou a sinais de trânsito.	Movimento circunstancial.
<b>Largo de Camões</b>	Ocorrência de deslocações rápidas e regulares em diferentes direcções; presença de muitos turistas; grande actividade junto dos espaços comerciais.	Presença de aglomerados de pessoas, que tomam o Largo como ponto de encontro e convívio; grande actividade comercial.	Ocorrência de deslocações rápidas e regulares em grande número e em diferentes direcções, algumas delas associadas a práticas religiosas.	Presença de aglomerados de pessoas, em número mais reduzido, salvo à quinta e sexta-feira, onde se regista maior presença de jovens, ainda assim menor que ao fim-de-semana.
<b>Rua do Alecrim</b>	Movimento circunstancial, especialmente realizado por turistas no sentido Cais-do-Sodré - Largo de Camões.	Movimento mais constante e intenso a partir da hora de fecho dos estabelecimentos no Bairro Alto e Largo de Camões.	Movimento circunstancial de pessoas (trabalhadores e estudantes); trânsito automóvel intenso.	Movimento circunstancial e trânsito moderado, sem paragens.

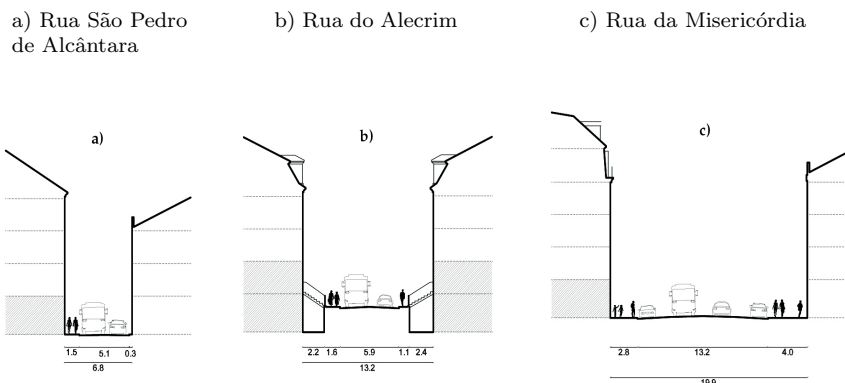
Fonte: Quadro produzido pelos autores, 2013.

Importa realçar, das observações realizadas à vida pública destas ruas, a natureza distinta das actividades efetuadas pelas pessoas - residentes, turistas, trabalhadores e frequentadores ocasionais -, destacando-se as que se relacionam com as funções urbanas aí existentes (comércio e serviços), desenvolvidas ao longo do dia, as de recreio como passear (mais no período da tarde), desenvolvidas preferencialmente por turistas, e as deslocações diárias casa/trabalho (nas horas de ponta).

O eixo urbano é composto por 5 ruas - do Alecrim, da Misericórdia, São Pedro de Alcântara, Dom Pedro V e da Escola Politécnica - com perfis e dimensões de passeio e de vias muito variáveis como ilustra a *figura 4*.

A rua da Misericórdia, da Escola Politécnica e a Dom Pedro V apresentam um perfil de rua que varia entre os 13.8m e os 19.9m, e um passeio mínimo de 1,5m e máximo de 4m, o que se considera relativamente confortável para o volume de deslocações que nelas se verificam. Por outro lado, a rua do Alecrim e de São Pedro de Alcântara, revelam dimensões de passeio pouco ajustadas ou até mesmo inaceitáveis (largura de 0.3m) em determinados troços, provocando grande insegurança na relação do peão com o automóvel.

Figura 4. As principais variações do perfil da rua



Escala 1:500

Fonte: Desenho produzido pelos autores, 2013

Relativamente às observações feitas aos espaços singulares – largo de Camões, São Roque e São Mamede, jardim do Príncipe Real e miradouro de São Pedro de Alcântara – salienta-se a existência de formas distintas de utilização e fruição dos mesmos pelas pessoas, desde atividades diárias relacionadas com deslocamentos diretos (casa/trabalho), a atividades relacionadas com o estar urbano como fazer refeições, ao lazer como estar sentado a observar e a apanhar sol, até ao recreio como andar de bicicleta e passear o cão.

No caso do Jardim do Príncipe Real (*figura 5, d*), as observações efectuadas revelam padrões claros de vida pública. Apesar de ser um espaço com uma considerável dimensão, regista-se (em diferentes horas do dia e dia da semana) uma tendência natural de utilização do corredor de circulação localizado a norte do jardim. Estes focos de maior atividade têm a ver com a dinâmica de deslocamentos da própria rua, como artéria de distribuição dentro da cidade, e com a presença determinante de dois quiosques com funções comerciais que estimulam as pessoas a permanecer no espaço. Ainda que num contexto morfológico francamente diferente, no Largo de São Roque (*figura 5, c*), observaram-se padrões de vida pública e características funcionais (quiosques comerciais) muito semelhantes ao anterior. No entanto, aqui introduz-se uma variável que contribui para a agradabilidade do espaço, o controlo. A dimensão equilibrada do espaço oferece maior segurança e conforto aos que o utilizam. Destacam-se assim, nestes espaços, as atividades relacionadas com as funções urbanas instaladas no espaço público, que ocorrem preferencialmente no período da manhã (8h–9h), hora de almoço e à noite.

No Miradouro de São Pedro de Alcântara (*figura 5, a*), as atividades observadas estão essencialmente relacionadas com o lazer (contemplação) e recreio (passear).



Registam-se focos de maior atividade (mais turística) junto dos pontos de maior amplitude visual e no espaço central junto ao elemento de água, ocorrendo preferencialmente nos períodos da tarde e em especial à noite, onde se concentra um conjunto significativo de pessoas. Ambientalmente é um espaço agradável e estimulante para as pessoas.



Figura 5. Focos de actividade humana nos espaços singulares  
a) Miradouro de São Pedro de Alcântara

Planta (escala 1:2000) e perfil (escala 1:500)  
Fonte: Desenho produzido pelos autores, 2013

Por fim, o Largo de Camões (*figura 5, b*) é o espaço com mais registos de atividade humana, relacionadas com o facto de ser o ponto de articulação de duas artérias de distribuição da cidade, e por isso bem abastecido de transportes públicos, por se tratar de núcleo plurifuncional e por estar dotado de um conjunto de elementos (quiosques, arte pública e mobiliário urbano) que estimulam a realização das mais diversas atividades humanas. Destacam-se no período da manhã e ao final da tarde as deslocações casa/trabalho, na hora de almoço atividades de estar no espaço (refeições) e de recreio (passear), este último também se destaca no período da tarde (atividades turísticas). No período da noite, emergem as atividades sociais relacionadas com a oferta de restaurantes e de espaços de diversão noturna.

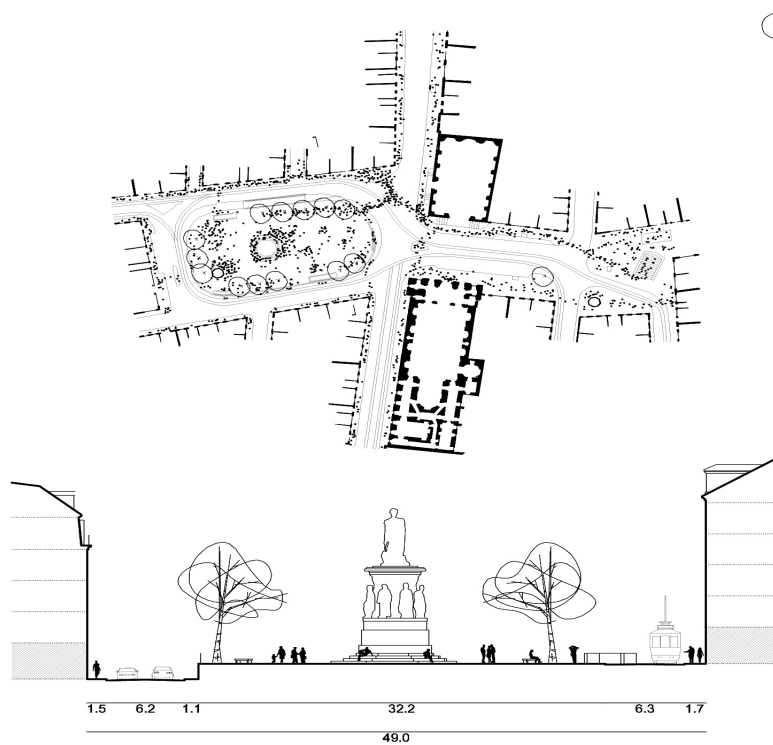


Figura 5. Focos de actividade humana nos espaços singulares  
b) Largo de Camões

Planta (escala 1:2000) e perfil (escala 1:500)  
Fonte: Desenho produzido pelos autores, 2013

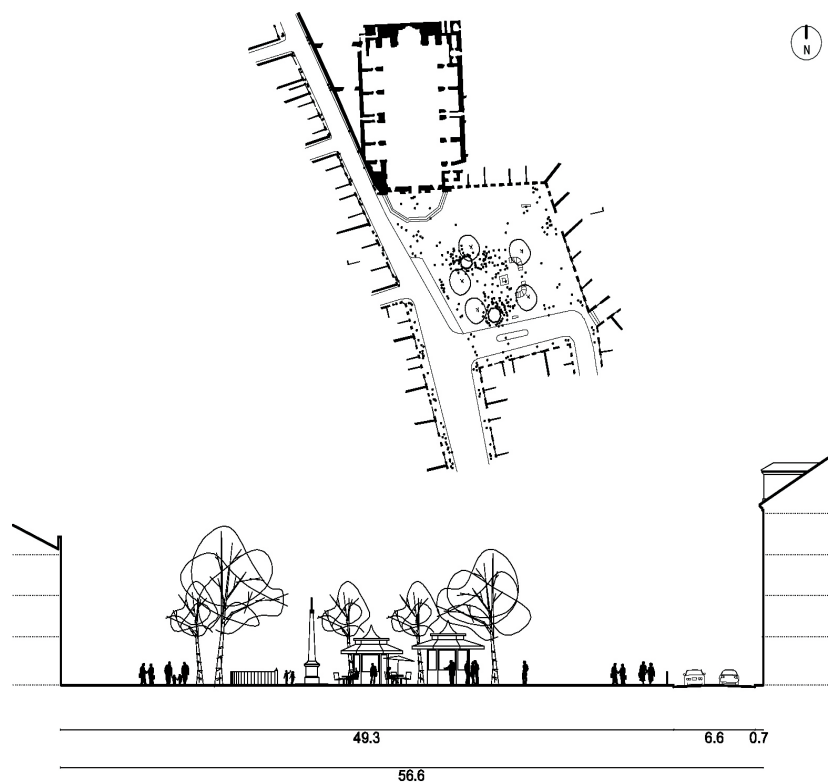


Figura 5. Focos de actividade humana nos espaços singulares  
c) Largo de São Roque

Planta (escala 1:2000) e perfil (escala 1:500)  
Fonte: Desenho produzido pelos autores, 2013

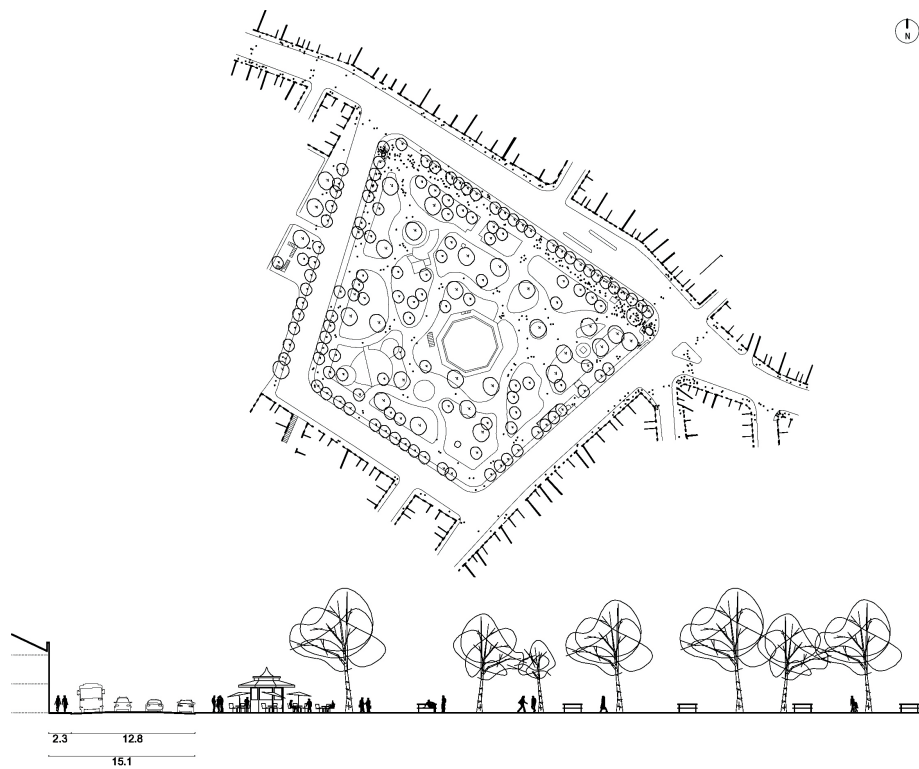


Figura 5. Focos de actividade humana nos espaços singulares  
d) Jardim do Príncipe Real

Planta (escala 1:2000) e perfil (escala 1:500)  
Fonte: Desenho produzido pelos autores, 2013

### 4.3 Os contrastes da vida pública

O estudo feito sobre a vida pública deste eixo urbano revelou duas particularidades assinaladas pelo distinto impacto que têm no dia-a-dia dos que vivem, utilizam ou apenas frequentam o espaço.

O primeiro caso refere-se a uma ação de protesto levada a cabo por um grupo maioritariamente composto por residentes, assinalada com cartazes ao longo da rua do Alecrim. «*Aqui Mora Gente*» é a mensagem que move este grupo de manifestantes contra à situação incomportável de viver num sítio que presentemente se transformou num aglomerado desproporcional de estabelecimentos comerciais noturnos.

Clarificando o processo, a rua Nova de Carvalho localizada no Cais-do-Sodré é conhecida desde Dezembro de 2011 por rua cor-de-rosa devido a um projeto de revitalização do espaço público, que fisicamente envolveu a pintura do pavimento de cor rosa. Esta intervenção serviu de catalisador de um conjunto de actividades de animação noturna que, beneficiando da recente restrição de horário no Bairro Alto, tornou este espaço num aparente sucesso, onde ocorrem diariamente um número considerável de pessoas no período da noite (*after hours*).

Aparente, de facto, tendo em conta o excessivo ruído e a acumulação de lixo que se verifica diariamente neste espaço, de tal maneira, que levou à criação de várias campanhas de sensibilização realizadas em *blogues*, entrevistas aos *media* e no espaço público sob a forma de cartazes e folhetos com a mensagem: «*Shiu! Os vizinhos dormem. Divirtam-se, mas sem barulho. Aqui mora gente.*»

As pesquisas iniciais confluíram para distintos grupos de interesse, desde moradores a comerciantes (Associação Cais do Sodré), passando pela própria autarquia, cuja vontade de regeneração da cidade se reconhece, no entanto, nem sempre com os efeitos desejados, como observamos.

É inequívoca a tentativa de recuperação de muitos imóveis devolutos, que mantêm inclusive as funções originais, bem como a promoção de habitações recuperadas apelando a um *glamour* da cidade histórica (desde 2009) ao abrigo de programas como a Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU), direcionados especialmente para grupos mais jovens. «Renascem» outros imóveis e estabelecimentos comerciais que recuperam as suas actividades, em consonância com a abertura de novos espaços com inspiração nostálgica e tentativas revivalistas de uma Lisboa do século XIX onde quase tudo obedece à temática do burlesco.

Como resultado da constituição destes novos espaços comerciais, em comunhão com os antigos ainda existentes, surge então o projecto da «Rua Rosa», que apesar do sucesso momentâneo rapidamente se traduziu num processo de contrariedades. As consequências estão à vista, entre petições e comunicados a uma propaganda «crua», tanto da parte de moradores como de comerciantes, tornou-se evidente o insucesso da ideia, sentida fundamentalmente pelos que ali vivem.

As ideias de revitalização de espaços de lazer e de espaços de tradição residencial no centro histórico nem sempre produzem efeitos positivos, aliás, como vimos, a tensão criada por estas duas vontades é evidente, provocando uma descreditação das intenções do projecto, uma insegurança por parte dos visitantes e um desespero para os que ali vivem.



Figura 6. Registos da campanha de sensibilização

Fonte: Página do «Aqui Mora Gente» no *Facebook* em <https://www.facebook.com/AquiMoraGente>

O segundo caso, pelo contrário, é claro na capacidade de demonstrar o sucesso da vida pública através da simples recuperação de um equipamento urbano – o Quiosque. Este elemento imprime ao espaço público um grande dinamismo, manifestado nas diferentes observações realizadas. Aliás, arriscamos dizer que se apresenta como a âncora de desenvolvimento da vida pública, normalmente integrado nos espaços singulares da cidade.

De facto, no jardim do Príncipe Real, no miradouro de São Pedro de Alcântara, no largo de Camões e no largo de São Roque o espaço público contempla a existência de pelo menos um quiosque, que polariza as actividades desenvolvidas pelas pessoas, determinando o ritmo da vida pública nestes espaços.

Alguns destes equipamentos, datados do século XIX, fazem parte de um projecto de requalificação conduzido pela Câmara Municipal de Lisboa no âmbito de um concurso de concessão de quiosques do centro da cidade – o do jardim do Príncipe Real, da praça das Flores e do largo de Camões. A partir do blogue «Quiosque de Refresco» criado pela equipa que conduziu este projeto e de reportagens sobre o carácter do mesmo, descobre-se o seu conceito inovador que com um resultado de sucesso, acaba por servir de impulso para toda a cidade, na medida em que servem de percursos para abertura e requalificação de outros equipamentos do género espalhados por Lisboa. Recupera-se o objecto e as vivências do espaço público.

## Conclusão

Este estudo revela que o modo como as pessoas utilizam o espaço não é condicionado exclusivamente pela sua forma urbana, mas também pelas qualidades ambientais e funcionais a esta associada. Ainda assim, é evidente a relação entre a configuração do espaço urbano e os padrões de vida pública que se observam nesses mesmos espaços, o que nos leva a afirmar que existem de facto, características de desenho urbano que estimulam a ocorrência de vida pública. A forma e a organização do espaço público são fundamentais para o funcionamento deste como lugar onde se estabelecem vínculos sociais.



Figura 7. A ocorrência de vida pública nos quiosques

Fonte: Fotografias realizadas pelos autores, 2013

Verificou-se por fim, que a variedade de utilizações estimula a ocorrência de varias actividades humanas no espaço público, ou seja, é uma condição para que o espaço urbano tenha vida pública. A observação de uma grande diversidade de actividades num só espaço confere qualidade ao desenho urbano e diversidade nas suas possibilidades de uso e apropriação.

Em estudos futuros consagrados a esta temática, sugere-se a aplicação deste processo metodológico a outros contextos urbanos, complementado com observações mais regulares, ou até mesmo adotando outros meios de análise da vida pública, como por exemplo, as entrevistas.

## Referências

- Arendt, H. (1993) (1ª edição 1958), *La Condición Humana*, Barcelona: Paidós Ibérica.
- Augé, M. (1992), *Non-lieux: introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Paris : Editions du Seuil.
- Bohigas, O. (2004), *Contra la incontinencia urbana. Reconsideración moral de la arquitectura y la ciudad*, Barcelona: Electa.
- Coelho, C. (2002), *A complexidade do traçado*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.
- Coelho, C. e Lamas, J. (2007), *A Praça de Portugal – Continente. Inventário do espaço público*, Lisboa: DGOTDU.
- Gauthiez, B. (2003), *Espace urbain. Vocabulaire et morphologie*, Paris : Monum–Editions du Patrimoine.
- Jacobs, A. (1993), *Great Streets*, Cambridge: MIT Press.
- Jacobs, J. (1961), *The death and life of great American cities*, Harmondsworth: Penguin Books.

- Lamas, J. (1999), *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Lavedan, P. (1936), *Geographie des Villes*, Paris: Gallimard.
- Lefebvre, H. (1974), *La production de l'espace*, Paris: Anthropos.
- Lynch, K. (1999)(1ª edição 1960), *A imagem da Cidade*, Lisboa: Edições 70.
- Lynch, K. (1981), *Good City Form*, Cambridge MA and London: MIT Press.
- Moudon, A. (1991)(1ª edição 1987), *Public Streets for Public Use*, Van Nostrand Reinhold: Columbia University Press.
- Panerai, P. e Mangin, D. (1999), *Projet Urbain*, Marselha: Éditions Paranthèses.
- Poete, M. (1929), *Introduction à l'urbanisme*, Paris: Boivin.
- Remy, A. (2004), *Géographie, aménagement et architecture de la ville*, Paris: Armand Colin.
- Sennett, R. (1977), *The Fall of Public Man*, New York: Alfred A. Knopf.
- Sennett, R. (1988), «The Civitas of Seeing» in *Places*, Vol. 5, N.º 4, pp.82–84. Disponível *on-line* em [http://observersroom.designobserver.com/media/pdf/The\\_Civitas\\_of\\_988.pdf](http://observersroom.designobserver.com/media/pdf/The_Civitas_of_988.pdf).
- «Aqui mora gente», disponível *on-line* em [www.facebook.com/AquiMoraGente](http://www.facebook.com/AquiMoraGente), acedido em Dezembro de 2013.
- «Quiosque de Refresco», disponível *on-line* em [quiosquederefresco.blogspot.pt](http://quiosquederefresco.blogspot.pt), acedido em Dezembro de 2013.
- «Rua cor-de-rosa» in *Diário Imobiliário*, disponível *on-line* em <http://www.diarioimobiliario.pt/actualidade/amanha-a-rua-castilho-vai-se-vestir-de-cor-de-rosa>, acedido em Dezembro de 2013.
- Resenhas da obra de R. Sennett, disponível *on-line* em <http://www.redalyc.org/pdf/1933/193314432026.pdf>, acedido em Fevereiro de 2014.



# Arte e Design Social Urbano: Visibilidade e Sentidos

*Zélia Simões\**

## Resumo

A crescente relação entre os meios de comunicação, de circulação, de consumo, em conjunto com a pluralidade de culturas e a multiplicidade de concepções têm vindo a produzir profundas alterações na relação do ser humano com o espaço urbano formal e informal. Compreender as interações comunicativas e os vínculos de sociabilidade que a arte e o *design* social urbano podem ter na reconversão de espaços informais constitui o âmbito desta reflexão. Embora dotados de características culturais, sociais e urbanísticas distintas, elegemos como referentes empíricos as experiências de intervenção no Bairro de Trekroner – Dinamarca e no Bairro da Rocinha – Brasil, para ampliar a discussão crítica relativa às ferramentas e métodos que podem ser criados para adicionar visibilidade e sentido de identidade ao lugar. Nesse âmbito, pretende-se reforçar a importância da sensibilização para a criação de um sistema de relações e ambiências, nomeadamente, da forma, da luz e da cor que redescubram o espaço físico, social e emocional colectivo. O desenvolvimento destas potencialidades funcionais e qualitativas permitem aproximar e construir relações de interdisciplinaridade entre o espaço construído e vivido.

**Palavras-chave:** espaço urbano; arte pública; *design* social; ambiências.

## Abstract

The increasing relationship between media, circulation, consumption in conjunction with the plurality of cultures and multiplicity of conceptions have produced major changes in the relationship between human beings and the formal and informal urban space. Understanding the communicative interactions and sociability ties that art and urban social design can have on the reconversion of informal spaces is the field of this analysis. Although endowed with distinct cultural, social and urban characteristics we chose as empirical referents the intervention experiences of Trekroner, Denmark and Rocinha, Brazil, in order to expand critical discussion about the tools and methods that can be created to add visibility and sense of identity to the place. In this context, we intend to

---

\*Arquiteta *freelancer*, doutoranda do Curso de Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Investigadora (membro colaborador) do CIAUD – Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design e do Laboratório da Cor da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa: ✉ zeliasimoes@gmail.com

enhance the importance of awareness of creating a system of relationships and ambiances, namely, of form, of light and of colour to rediscover the physical, social and emotional collective space. The development of these functional and qualitative capabilities enables to approach and create interdisciplinary relationships between the built and lived space.

**Keywords:** urban space; public art; social design; ambiances.

## Introdução

Na actual condição tecnológica e cultural, quase todas as áreas da actividade humana e social estão a ser (ou serão) afectadas. A crescente preocupação com a «imagem», com a persuasão instantânea e com a aceleração e fragmentação de experiências têm vindo a limitar os procedimentos que interferem no pensar e fazer, alterando a natureza do acto projectual no âmbito da sua representação e relação com o indivíduo.

Neste âmbito, diversos autores têm enunciado considerações e exercido um sentido crítico sobre as condições actuais e as principais transformações ocorridas em vários campos disciplinares, delineando novas possibilidades de pensamento e acção num futuro próximo. Entre múltiplos aspectos, questiona-se as ferramentas e os métodos utilizados no espaço urbano formal e informal, a relação entre construído e vivido e a perda de sensibilidade de alguns autores para com o ser humano e o espaço, enunciando como possível novo paradigma, a necessidade de mudança no olhar da ciência e de maior aproximação das diversas áreas de conhecimento.

Esta discussão que circunscreve, nomeadamente, os sentidos, o lugar, o tempo, a materialidade, a cor e a luz propõe a transformação do ambiente do ser humano e da sua envolvente tornando o espaço urbano protagonista de um sistema de relações que redescobrem e redefinem o espaço físico, social e emocional colectivo (Rykwert, 2004; Boeri, 2010; Burkett, 2012). Neste âmbito, a arte e o *design* social urbano evidenciam a importância do espaço como instância de mediação de experiências desejadas, imaginadas e vividas (Remesar, 2007; *Ecosistema Urbano*, 2000).

Partindo destas considerações, a nossa análise incide, por um lado, sobre o papel que a arte e o *design* social urbano podem ter na reconversão de áreas problemáticas e não consolidadas; por outro, sobre a forma como podem ser determinantes no processo de interacção cultural e social. Consequentemente, numa primeira fase são estabelecidos os pressupostos teóricos fundamentais à contextualização da problemática; e numa segunda fase, tendo como referentes empíricos as experiências de intervenção na cidade de Roskilde, Dinamarca – *The Trekroner Art Plan Project* e na cidade do Rio de Janeiro, Brasil – *Rocinha: Um Bairro Singular* pretende-se entender de que forma têm vindo a contribuir para o (re)desenho do espaço urbano e que processos têm vindo a ser utilizados para melhorar as relações sociais, gerando condições para a interacção e auto-organização entre as pessoas e a cidade.

## 1 Cultura e sociedade

Ao longo da história tem-se verificado a redefinição da relação da arte com a sociedade e o papel que o artista tem tido enquanto agente cultural e força social activa. A simultaneidade de diversas formas de expressão não é um fenómeno novo. Augé (1998) enuncia a tendência actual como uma «invasão de imagens» e um «novo regime de ficção» que afecta a vida quotidiana, ao ponto de se duvidar e não conseguir distinguir o que é informação, publicidade ou ficção.

Uma confluência de experiências associadas, nomeadamente, à cultura, à economia ou à estrutura social e política vigente cujos desafios e lógicas de produção tendem a dificultar a articulação entre a materialização do espaço (espaço construído) e as práticas sociais que se estabelecem (espaço vivido). Este desajuste do modo de espacialização contemporâneo verifica-se, por um lado, devido à existência de velocidades de transformação distintas entre os modos de conceber e construir e os modos de viver e desejar, por outro, devido à existência de evoluções múltiplas e distintas nos modos de conceber, construir, viver e desejar (Silvano, 2000; Castells, 2001; Jáuregui, 2011).

Esta observação sobre a sociedade e a espacialidade reúne um conjunto de relações onde podem estar circunscritos desde o sentido básico de protecção e abrigo (necessidade) até ao sentido de objecto e desejo. A transição ocorre quando a necessidade de protecção se torna um símbolo maior de *status* ou realização pessoal. Ou seja, a realidade e a ficção constituem a matéria-prima com a qual se constrói mas, são apreendidas como uma forma de auto expressão e jogo que abriga o intelecto e o olho, deixando o corpo e outros sentidos, assim como as nossas memórias, imaginações e sonhos desabrigados porque procuram o impacto instantâneo e o belo prevalece agindo sobre a forma e a função.

Neste âmbito, os princípios e formas de representação do espaço urbano herdados das experiências clássica e moderna deixaram de ser suficientes, abrindo o caminho para a apropriação do espaço urbano enquanto lugar de convergência flexível de ficção e realidade e de reinvenção de novas possibilidades, nomeadamente, de materialização do espaço e de sensibilização social e pública. Assim, um planeamento estratégico participativo e multidisciplinar constitui a essência desejável para o relacionamento entre natural e construído, espaço público e privado, indivíduo e sociedade, arte e fruição, articulando as demandas económicas, sociais, ecológicas e culturais e os potenciais tecnológicos actuais (Almeida, 1964; Fortuna e Leite, 2009).

## 2 Imagem, tempo e espacialidade

Lynch (1960) menciona que os vínculos que estabelecemos com a cidade dependem da sua constituição física e da representação mental que fazemos dela ao longo do tempo. Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação à envolvente, às sequências de elementos e à memória das experiências passadas. No conjunto de imagens representadas, cada forma, cor, textura ou linha transforma a simples constatação da visualidade numa linguagem ou narrativa que contém os valores, as aspirações e as necessidades de uma sociedade, conferindo-lhe uma identidade.

Assumir a sua integração é imprescindível à coerência das intervenções, enquanto instrumento de (re)desenho e (re)configuração do espaço urbano. Neste

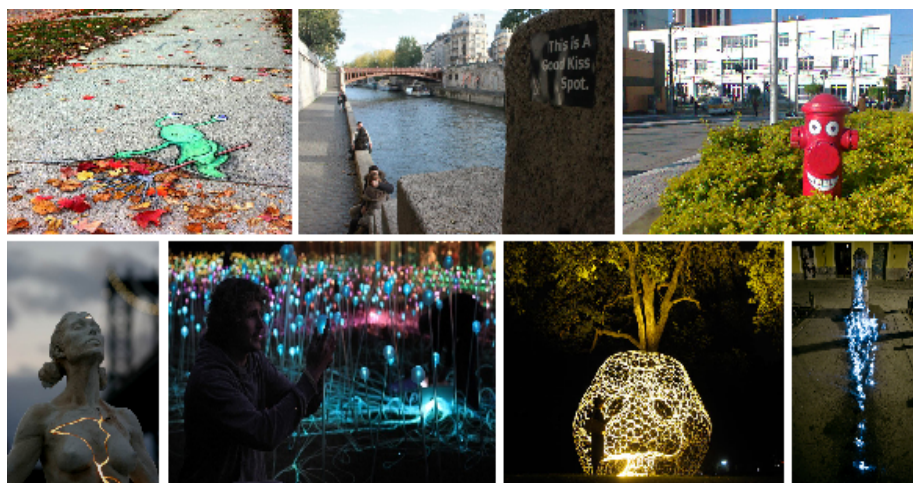


Figura 1 – Arte pública

Fonte: David Zinn, 0707, Kikipedia, Paige Bradley, Bruce Munro, Loop.pH, Luzinterruptus

âmbito, muitos autores têm procurado intervir a partir de uma análise simbólica do urbano, em que a arte participa como constituinte e não como constituída, criando um campo processual entre o urbano, a cidadania e o artístico. À medida que aumenta a complexidade das relações e das referências, estes elementos estruturais, figurativos e/ou expressivos de desmaterialização e materialização do espaço tendem a criar efeitos, experiências sensoriais ou códigos perceptuais que conduzem à descoberta de novas dimensões espaciais.

Estas acções de transformação e de redescoberta de ambiências geram uma singularidade e uma especificidade que actua sobre o comportamento voluntário do público (beneficiários) para promover mudanças físicas e sociais indispensáveis na vida quotidiana. Neste âmbito, o *design* social urbano tem tido um papel, igualmente, determinante ao procurar estruturar um conjunto de estratégias que resignifiquem e recomponham o lugar, salvaguardando os valores sociais e culturais (locais e espontâneos), as qualidades expressivas e morfológicas da paisagem humanizada e natural.

Este sentido social crítico reclamado para a espacialidade cria uma relação significativa de interacção entre actantes e utilizadores que apela para a necessidade de criar um sentimento de comunidade que reivindique o espaço como um bem colectivo de promoção da qualidade de vida. Um lugar no qual se reconfiguram relações ganhando novos significados reconhecidos pela transformação dos significantes materiais.

### 3 Casos de estudo: cor, luz e sensibilização social

Para melhor compreendermos as interacções comunicativas e os vínculos de sociabilidade que podem ser estabelecidos pelos princípios da arte e do *design* social urbano, elegemos como referentes empíricos as experiências de intervenção no

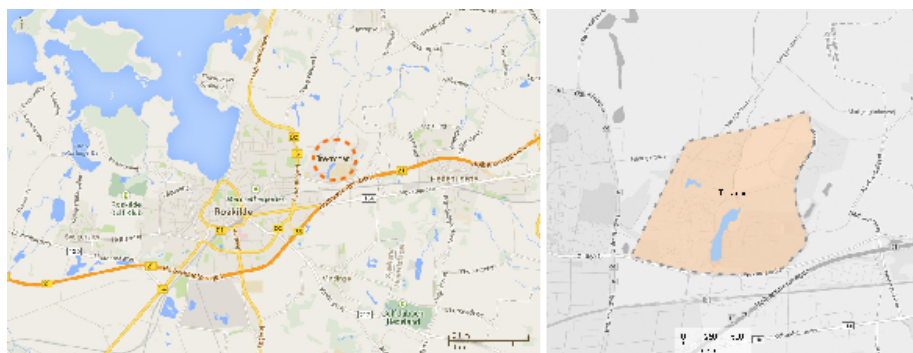


Figura 2 – Bairro de Trekrøner, Roskilde – Dinamarca  
Fonte: *Google Maps*, 2013

Bairro de Trekrøner e no Bairro da Rocinha. Embora dotados de características culturais, sociais e urbanísticas distintas em ambos os casos têm vindo a ser implementadas acções de regeneração do espaço urbano que respondem, nomeadamente, a um conjunto de motivações simbólicas, ideológicas, económicas e sociais. Trata-se de dois modelos de criação colectiva e de auto-organização que permitem ampliar a discussão crítica relativa às ferramentas e métodos utilizados na mediação da relação do espaço construído com o vivido.

## 4 Bairro de Trekrøner

O crescimento e expansão das zonas urbanas têm vindo a criar pressão sobre as zonas rurais criando conflitos na ocupação do espaço físico e na manutenção da qualidade de vida das pessoas. O bairro de Trekrøner, localizado nos arredores da cidade de Roskilde e a aproximadamente 50km de distância da Cidade de Copenhaga, Dinamarca não é excepção. Embora os traços de alguma ruralidade ainda estejam presentes, quer na paisagem (casas rurais, campos agrícolas), quer nas práticas socioculturais dos residentes mais antigos, os últimos anos têm sido marcados pelos movimentos pendulares em direcção ao centro de Roskilde e Copenhaga.

Inserido no Plano Director Regional de Copenhaga e com boas acessibilidades (aeroporto, estação ferroviária e vias rodoviárias), este bairro tem vindo a ser «alvo» de um conjunto de iniciativas de projecto de habitação, comércio, serviços e de sustentabilidade ecológica e social. Com o objectivo de atrair novos habitantes, visitantes e investidores, a estratégia de planeamento tem vindo a reforçar a importância de estabelecer uma relação de interacção entre dois conceitos essenciais, o «conhecimento» que corresponde à área construída que circunscreve a universidade (*Roskilde University – RUC*) e os «acessos e a natureza» que correspondem aos campos de cultivo ou áreas naturais envolventes.

Partindo da premissa da *Danish National Arts Foundation* (Fundação Nacional de Artes Dinamarquesa) e do Município de Roskilde «de que forma a arte pode contribuir para adicionar um sentido de identidade local para uma nova área urbana»,<sup>1</sup> a artista Kerstin Bergendal foi convidada a apresentar uma

<sup>1</sup> Tradução livre do texto original do autor: *In what ways visual art could contribute to*



Figura 3 – Plano de desenvolvimento sócio-espacial  
Fonte: Kerstin Bergendal (2011); Roskilde Kommune, 2013

proposta teórico-prática que pudesse integrar a área de Trekroner no tecido urbano da cidade de Roskilde e permitisse a participação activa da população local.

Neste âmbito, foi constituída uma equipa multidisciplinar (artistas plásticos, arquitectos, urbanistas, representantes de organizações não governamentais e associações de moradores), que tem vindo a explorar novas estratégias de intervenção, desde 2001 até ao presente. Tendo sido delegada à arte a função de transmitir ferramentas aos intervenientes para se lançarem na descoberta de novas percepções do espaço urbano contemporâneo são exploradas em três níveis de intervenção as noções de «crescimento urbano orgânico (não planeado)», «vazios urbanos», «arte pública» e «participação social».

O primeiro nível consiste na adição de zonas de diferença e/ou complementares de diversas áreas degradadas, vazios urbanos ou áreas abandonadas. Divergindo da prática normal de planeamento, reforça-se a ideia de que estes locais devem ser pensados previamente à concepção dos edifícios com o intuito de influenciar o construído. Contribuindo para o uso privilegiado do espaço público, nestas intervenções são asseguradas a possibilidade de cultivar e (re)criar tradições ou práticas sociais efémeras e espontâneas (jogos, performances, instalações, etc.).

O segundo nível acentua a criação de instalações de arte efémeras que permitam desenvolver uma diversidade visual e dinâmica no espaço urbano, atendendo à relação directa com a população e com o lugar para o qual são criadas. Este nível de intervenção é renovado em períodos de tempo variáveis e tem vindo a desenvolver o espaço urbano como extensão da vida social. Estas acções permitem, igualmente, consciencializar para a potencialidade destes espaços e a importância que conferem na reestruturação da imagem urbana.

O terceiro designado de «caixa de memórias» representa uma plataforma virtual que permite à população local a participação activa no projecto e a construção de uma colecção de memórias colectivas locais (fotografias, vídeos, desenhos, textos e depoimentos). Renovando continuamente a história do lugar, este instrumento é um mapa físico para quem projecta/constrói e um mapa sociológico para quem vivencia, gerando acontecimentos com possibilidade de encontro, reconhecimento do outro e de acolhimento da diferença.

Funcionando como foco de expressão e comunicação em termos de estímulo, sensação e percepção, este projecto tem sido determinante na forma como os indivíduos se relacionam com o espaço. A arte e o *design* urbano são recons-

---

*add a sense of local identity to a new urban area.*



Figura 4 – Perspectivas Seriais, Tre Kroner

Fonte: KFonte: Anders Gorm, 2011; Paige Johnson, 2002; Mangor & Nagel, 2008

truídos: proporcionando uma nova escala e hierarquia; promovendo a relação entre o habitante, a envolvente, os materiais, a cor e a luz; e formando novos contornos de potencial artístico entendido no contexto do lugar ou da dinâmica cultural local.

## 5 Bairro da Rocinha

No Brasil, assim como na maioria dos países em desenvolvimento, o problema habitacional é umas das questões urbanas mais preocupantes, reflectindo-se na formação de aglomerados pobres, sem infra-estruturas e socialmente segregados. O bairro da Rocinha, fortemente estigmatizado no contexto urbano pelas situações de tensão, conflito e precariedade, localiza-se na zona sudeste da Serra da Carioca da cidade do Rio de Janeiro. Situado aproximadamente a 15 km de distância do centro é delimitado a Oeste pelo morro (monte) e pelo Bairro São Conrado (zona rica), a Este pelo morro (monte) Laboriaux e pelo bairro da Gávea (zona rica) e a Sul sobre o morro (monte) Dois Irmãos pelo bairro do Vidigal (zona pobre).

Possui como principais acessos a estrada da Gávea e a auto-estrada Lagoa-Barra (eixo principal de ligação entre a zona Sul e a Barra da Tijuca). As informações existentes referem que o bairro foi composto por 8 a 10 terrenos feudais que foram sendo desagregados e loteadas desde 1929, e progressivamente transformados em loteamentos irregulares, estimulados por loteadores ou por ocupação espontânea.

Nas diversas épocas, a ocupação intensificou-se devido ao influxo de migrantes de outros estados, tradicionalmente das Regiões do Nordeste e do Norte do Brasil ficando consolidado em 14 sub-bairros (Barcelos, Rua 1, Rua 2, Rua 3, Rua 4, Roupas Sujas, Cachopa, Vila Verde, Macega, Vila Cruzado, 199, Laboriaux, Boiadeiro e Dionéia). Assim, com o objectivo de regular e articular esta estrutura sócio-espacial e contribuir para melhoria das condições de habitabilidade, têm vindo a ser implementadas várias acções de intervenção pioneiras e inovadoras ao abrigo de programas de iniciativa pública (Rio Cidade, Favela Bairro e PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, etc.) e privada.

A experiência do projecto «Rocinha: Um Bairro Singular», liderado pelo arquitecto Jorge Jáuregui, constitui um exemplo. A partir das pré-existências do lugar, da participação social e da articulação do formal com o informal, o

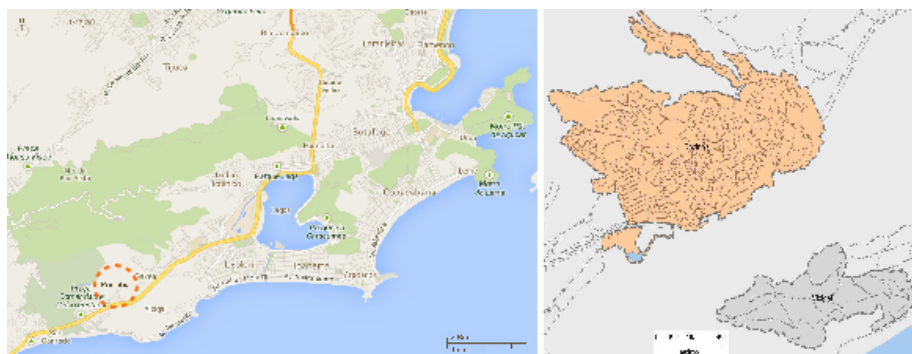


Figura 5 – Bairro da Rocinha, Rio de Janeiro – Brasil  
Fonte: *Google Maps*, 2013; IBGE – Censos 2010

projecto foi concebido como um «Sistema Inteligente de Conectividades e Interfaces» que articula em sucessivas etapas os aspectos físicos, sociais, ecológicos e de segurança dos indivíduos, estabelecendo uma hierarquia sócio-espacial.

O primeiro aspecto recai, por um lado, na reconfiguração do traçado viário e na reformulação do sistema de transportes garantindo a eficiência e justiça social no acesso aos bens públicos no interior e exterior do bairro, por outro, na redefinição dos limites existentes em função das características da densidade e da topografia. Sendo, ainda definidas infra-estruturas de saneamento básico e iluminação.

O segundo aspecto incide na criação de pólos, centros e células educacionais, sociais, culturais, comerciais e de serviços com o objectivo de reterritorializar e desestratificar o lugar, mas também desenvolver o potencial económico, cultural e existencial da comunidade.



Figura 6 – Plano de desenvolvimento sócio-espacial  
Fonte: Atelier Metropolitano, 2004; RioOnWatch, 2013

O terceiro aspecto privilegia a criação de condições de acesso ao ambiente natural nas habitações (ventilação, iluminação natural, sombreamento, materiais) e no espaço público (conservação do ecossistema florestal envolvente, zonas verdes com contornos paisagísticos e ambientalmente controlados, higiene e salubridade do meio).

O quarto aspecto integra as unidades de policiamento pacificadoras (UPP), procura minimizar riscos e todas as acções de consciência individual e colectiva associadas.

É inegável que existe neste espaço urbano informal dimensões socioculturais



e urbanísticas que necessitam de ser valorizadas e promovidas, o seu reconhecimento constituiu um desafio. Consequentemente, as estratégias adoptadas assentam numa lógica cultural que procura transformar a subjectividade, passando pelo ser humano excluído até aos agentes de inovação, assim como da noção de «território produtivo» ao «direito à urbanidade».

Actualmente, várias obras fundamentais já foram concluídas, das quais se destacam o Complexo Desportivo para Educação e Lazer, o CIAS – Centro Integrado de Atendimento à Saúde, o Centro de Convivência Comunicação e Cultura, a passagem pedonal sobre a auto-estrada Lagoa-Barra da autoria de Oscar Niemeyer, o Parque Ecológico da Rocinha, a reabilitação da Rua 4 e a Unidade Habitacional (realojamento dos habitantes da Rua 4).



Figura 7 – Perspectivas Seriais, Rocinha

Fonte: Jan Sochor, Larisson Nascimento, Atelier Metropolitano, 2004 e 2012

No que concerne à reabilitação da Rua 4,<sup>2</sup> a intervenção incidiu, por um lado, no alargamento viário permitindo o acesso aos diversos serviços públicos, na melhoria das condições de habitabilidade e de salubridade dos edifícios, por outro, na valorização do espaço público através da recuperação e pintura nas fachadas, iluminação, arborização, instalação de painéis artísticos e criação de quatro praças.

A criação da Unidade Habitacional foi feita a partir da integração no contexto, nomeadamente, através da correspondência de cérceas, da utilização das cores e dos materiais, das relações cheio-vazio, da integração de espaços verdes e espaços colectivos abertos, da implementação de novos acessos de articulação a alguns pólos e o alargamento de áreas.

Considerando como referenciais a Rua do *Caminito* do Bairro *La Boca* em Buenos Aires e a troca de experiências entre artistas locais, técnicos e moradores locais, em ambos os casos, o enquadramento cenográfico e visual do bairro, foi determinado pelas ambiências de luz e cor, estabelecendo uma nova «personalidade», vocação ao lugar.

## Considerações finais

A análise apresentada constituiu um ponto de partida para a reflexão sobre a importância da arte e do *design* social urbano no processo de interacção cultural e social. Embora existam múltiplas dimensões do espaço foi aprofundado

<sup>2</sup> Anteriormente à intervenção era um dos principais focos de tuberculose do país devido à sua dimensão e insalubridade.

teórica e empiricamente a problemática do urbano informal, nomeadamente, os princípios e instrumentos que podem ser criados para adicionar um sentido de identidade ao lugar.

Lynch (1960) menciona que «aumentar a imaginabilidade do meio ambiente urbano é facilitar a sua identificação» (pp. 19–20), nesta experimentação cria-se e recria-se forma, cor, textura, luz, como marcos da descoberta de novas realidades materiais e imateriais. Existindo numa variedade de escalas, a sua expressividade torna-se num instrumento de produção de uma «cultura» que é reveladora de potencialidades de interacção social e cultural com o indivíduo.

A análise dos projectos de «Trekroner Art Plan Project» e «Rocinha: um bairro singular» permite-nos entender que embora realizados em contextos socioculturais e económicos distintos alertam para as potencialidades da arte e do *design* social urbano. Na medida em que reúnem um conjunto de princípios de diversas áreas interdisciplinares que podem contribuir para a construção de uma *identidade* e representar um factor primordial na requalificação e construção urbana, social, ambiental e simbólica da paisagem.

Esta reflexão permite concluir que em ambos os casos, a renovação da história sobre o lugar e a relação entre o existente e o actual tem vindo a criar, através da participação social, novos modos de vida e apropriações espaciais numa escala local e global. Estimulando o uso do espaço público e evitando que o mesmo se transforme num lugar residual são criados novos impulsionadores programáticos destinados ao lazer, cultura, turismo, educação, comércio e articulados com a arte, o *design*, a vegetação natural e a paisagisticamente concebida.

A partir deste contexto, verifica-se que o exercício de visibilidade e sentido do lugar destas intervenções recai sobre a necessidade de «atrair para o objecto» ou para a forma de «encenar o urbano». A contextualização e o uso da cor e da luz respeitando os sentimentos e ideias dos utilizadores da cidade, especialmente os habitantes, tem cada vez mais importância e expressão mas, carecem de uma reflexão mais profunda cuja justificação assente, por um lado, na história e nas pré-existências, por outro, na capacidade de articular as relações espaciais, temporais e culturais do espaço urbano.

Como refere Jáuregui (2011) «o uso da cor na cultura popular está associado à ideia de beleza», nesta dinâmica há que desenvolver princípios e métodos que sensibilizem os habitantes, os decisores públicos e os técnicos relativamente aos efeitos, relações e ambiências produzidas mesmo em contextos mais difíceis e/ou problemáticos.

## Referências

- Almeida, P. (1964), «Da utilidade Social da Arquitectura» in *Análise Social*, Vol. II, N.º 6, pp. 237–248. Disponível *on-line* em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224162206R5yQG5ap5Hu31ID0.pdf>. [Acedido em 24 de Maio de 2013].
- Augé, M. (1998), *A Guerra dos Sonhos*, Oeiras: Celta.
- Bergendal, K. (2011), *The Trekroner Art Plan Project. Urbanmatter*. Disponível *on-line* em <http://urban-matters.org/projectsbyindividuals/the-trekroner-art-plan-project>. [Acedido em 1 de Junho de 2013].

- Burkett, I. (2012), *What is Social Design?*. Disponível *on-line* em <https://secure.csi.edu.au/site/Home/Blog.aspx?defaultblog=https://blog.csi.edu.au/2012/01/what-is-social-design/>. [Acedido em 24 de Agosto de 2013].
- Boeri, C. (2010), «A perceptual approach to the urban colour reading» in Zennaro, P. (ed.), *Colour and Light in Architecture*, Verona: Knemesi, pp. 459–463.
- Castells, M. (2001), *A Sociedade em Rede – Vol. I*, 5ª Ed., São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Fortuna, C. e Leite, R. (Orgs.) (2009), *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*, Coimbra: Ed. Almedina.
- Jáuregui, J. (2011), «Rocinha: Um Bairro Singular» in *Atelier Metropolitano*. Disponível *on-line* em <http://www.jauregui.arq.br/>. [Acedido em 1 de Junho de 2013].
- Lynch, K. (1960), *A Imagem da Cidade*, Lisboa: Edições 70.
- EU — Ecosistema Urbano (2000), *Urban social design*. Disponível *on-line* em <http://ecosistemaurbano.com/portfolio/tag/urban-social-design/>. [Acedido em 30 de Setembro de 2013].
- Vallejo, J. e Tato, B. (2012), «Open Source Cities», vídeo produzido pela *Harvard University – Graduate School of Design Channel*, Cambridge. Disponível *on-line* em <http://www.gsd.harvard.edu/#/media/ecosistema-urbano-jose-luis-vallejo-and-belinda-tato-open-source.html>. [Acedido em 30 de Setembro de 2013].
- Remesar, A. (2007), *Arte Público en los procesos de regeneración urbana*, Madrid: Exit Book.
- Rykwert, J. (2004), *A sedução do lugar. A história e o futuro da cidade*, São Paulo: Martins Fontes.
- Silvano, F. (2000), *Póst-Human: corpos e identidades, os novos objectos do plano. Pensar o ordenamento do território – ideias, planos, estratégias*, Lisboa, UNL–FCSH–IPHI.

## Espaços Públicos e Cultura: apropriações e sociabilidades no espaço público\*

*Marina Marques de Souza*<sup>†</sup>

*Vitor Cunha Longo Braz*<sup>‡</sup>

### Resumo

O pensar a rua como parcela do território das cidades, que adquire a sua dimensão de espaço público, ao tornar-se palco para expressão artística e política, permite-nos refletir acerca das diferentes tentativas de seu uso e ocupação como resistência aos processos de espetacularização urbana e repressão das diferentes formas de manifestação social. As diferentes apropriações da rua ao longo do tempo e a relação do corpo do cidadão com o corpo urbano são questões que influenciam no convívio das alteridades e numa participação mais ativa da população na vivência e na produção das cidades.

**Palavras-chave:** espaço público; contemporaneidade; espetacularização

---

\*O presente trabalho foi realizado com o apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

<sup>†</sup>Discente do último ano da graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal Fluminense – UFF (Niterói, RJ – Brasil). Colaborou no projeto de investigação «Arquitetura e Urbanismo Participativo e Cidadania Ativa – Alto da Cova da Moura» (CIAUD–UTL). Bolsista do programa Ciência sem Fronteiras, financiado pelo CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil, cursando Mestrado Integrado em Arquitetura, na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, no ano lectivo 2012/2013: ✉ [marinamsouza@yahoo.com.br](mailto:marinamsouza@yahoo.com.br)

<sup>‡</sup>Discente do último ano da graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal Fluminense – UFF (Niterói, RJ – Brasil). Colaborou nos projetos de investigação «A Cidade e a Lei» (UFF) e «Cidade, Comunidade e Arte» (CIAUD–UTL). Bolsista do programa Ciência sem Fronteiras, financiado pelo CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil, cursando Mestrado Integrado em Arquitectura, na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, no ano lectivo 2012/2013: ✉ [vitorcunhalb@yahoo.com.br](mailto:vitorcunhalb@yahoo.com.br)

### Abstract

Thinking the street as city's portion, which acquire its dimension of public space, becoming a stage for political and artistic expression, this allows us to reflect about different attempts of its use and occupation as resistance to urban spectacularization and to repression of a diversity of social expressions.

The variety of street appropriations over time and the relation between body and urban environment are matters that have an affect on the coexistence of otherness and on a more active participation in social experience and in production of cities.

**Keywords:** public space; contemporaneity; spectacularization.

## Introdução

Este texto aborda o espaço público e as suas potencialidades no estabelecimento de sociabilidades, encarando a vivência e a convivência desses/nesses espaços como oportunidades para novos encontros entre corpos e cidade. Em que momentos as pessoas e a cidade dialogam, confrontam-se e coexistem?

A produção urbanística decorrente dos megaeventos esportivos e da lógica capitalista recorre à produção de imagens idealizadas de cidade, utilizando a cultura e objetos arquitetônicos como ferramentas nesse processo. Processo esse que resulta em espaços sem corpos, espetacularizados. Quais são as práticas que oferecem resistência a tal processo? A experiência do espaço urbano à luz dos situacionistas e a crítica à cidade que é produzida na sociedade capitalista nos conduzem à abordagem da arena, da arte e da festa, e dos momentos chave que estabelecem resistência à cidade desapropriada.

E ainda, pode o pensamento urbanístico trazer contributos positivos ao desenvolvimento de estratégias que favoreçam o encontro entre os cidadãos, a copresença das alteridades e um desenho democrático de cidade?

## 1 Espaço Público: corpo e cidade

A noção de «público» para os gregos (*synoikismos*, ou seja, «fazer a cidade»), como refere Sennett (1989), passa pela ideia de colocar juntas, no mesmo espaço, pessoas que precisam umas das outras funcionalmente, mas que não compartilham os mesmos valores. O autor traz alguns questionamentos, tais quais: como fazer com que pessoas diferentes encontrem um significado para empregarem a palavra «nós»? Como as pessoas aprenderão com suas diferenças? Alerta para o fato de que o uso dos termos «público» e «espaços públicos» nas grandes cidades são muitas vezes utilizados para se referir a lugares de compras e consumo, evidenciando a perda da noção de polis, que aponta para o significado político que o espaço público assume ao reunir pessoas diferentes em um mesmo lugar.

Partindo desse entendimento de espaço público e da sua importância ao configurar-se como o suporte físico para o convívio das alteridades, onde os cidadãos podem interagir e expressarem-se politicamente, onde existe a tensão

entre diferentes formas de viver, surge a necessidade de se pensar a disciplina do urbanismo a partir de uma perspectiva sensível a experiência cotidiana dos cidadãos, onde os espaços sejam estimulantes e receptíveis a essa interação entre pessoas e que permitam ser apropriados de maneira que auxiliem o desenvolvimento de sociabilidades.

## **2 A produção do espaço na sociedade capitalista**

Na contramão dessas percepções do espaço público como catalisador da interação social, podemos apontar a produção capitalista do espaço na cidade contemporânea. A problemática dos espaços públicos relaciona-se de forma direta com esta produção para uma sociedade capitalista, baseada no consumo e no espetáculo.

Os situacionistas, liderados por [Debord \(1997\)](#), tecem uma forte crítica a esta sociedade do espetáculo, na qual os habitantes são meros espectadores, passivos. A produção de imagens e sua propagação para o consumo, em detrimento da vivência real cotidiana é uma das principais armas de alienação instaurada nessa sociedade. Que cidade é produzida por essa sociedade onde a imagem/representação são bens de consumo veiculados pelas mídias de massa e onde a massa alienada está excluída do processo de produção do espaço urbano?

A produção de uma imagem idealizada e irreal da cidade agrega valores comerciais e, no que diz respeito à produção do espaço, contribui para a sobreposição do valor de troca ao valor de uso. Este processo, estimulado pela lógica capitalista de desenvolvimento das cidades, gera o que [Lefebvre \(2011\)](#) chama de mercadorização do espaço. Este passa a ter valores comerciais que contribuem para a segregação sócio-territorial. Esse processo evidencia a valorização crescente do espaço privado nas cidades em detrimento do público, cada vez menos apropriado por uma população forçadamente cada vez mais homogênea.

O processo de espetacularização do espaço urbano também está relacionado à busca pela inserção das cidades numa rede global que compete por turistas, mídia e capital. Valoriza-se uma imagem idealizada da cidade, reforçando sua identidade, estereotipada ou não, transformando-a numa marca. A imagem da cidade a ser veiculada a nível global, num primeiro momento, busca um aspecto identitário como maneira de obter destaque num panorama internacional, porém o que se vê é uma forte tendência à homogeneização das cidades que passam por esses processos de renovação, já que os cenários são formados segundo os moldes do padrão internacional e são propagandeados como imagem das cidades-mercadoria. Para [Lefebvre](#) «*o novo, o recente, é que eles já não vendem habitações ou imóveis, mas urbanismo. Com ou sem ideologia, o urbanismo torna-se valor de troca. O projeto dos promotores apresenta-se como uma oportunidade e um lugar privilegiados: lugar da felicidade numa vida quotidiana, milagrosa e maravilhosamente transformada*» (2011, p. 32).

Para alcançar posição de destaque no *hall* das grandes cidades, diversas estratégias de produção do espaço são adotadas de acordo com a ideia de cidade que se quer reproduzir. Um canal utilizado como atalho para propagandear uma imagem de cidade desenvolvida é a atração dos chamados megaeventos. Eventos esportivos de grande porte vêm sendo atraídos em nome de promessas de maravilhosos legados que serão deixados para a cidade: desenvolvimento acelerado da economia local, melhoria no setor de transportes e segurança pública,

geração de novos empregos, entre outros.

Porém, estes eventos são encarados com frequência pelos governantes como carta branca para modificar o espaço urbano, principalmente o público, e investir na produção de uma imagem de cidade modelo, sem levar em consideração a estrutura anterior ali presente.

Um exemplo atual é o que vem acontecendo na cidade do Rio de Janeiro, que vem se estruturando como uma das cidades brasileiras sede da Copa do Mundo de 2014 e receberá as Olimpíadas de 2016, dois dos maiores eventos esportivos do planeta. O que se vê nessa estruturação é uma série de intervenções realizadas, como obras viárias, de instalação e reforma de equipamentos esportivos, de revitalização turística da zona portuária e as áreas de risco ou interesse ambiental. As críticas recaem, porém, sobre a ausência parcial ou completa de envolvimento das comunidades na discussão dos projetos de reurbanização promovidos, bem como das possíveis alternativas para os casos onde são indicadas remoções dos residentes das áreas de intervenção. Entre 2008 e 2012, a prefeitura do Rio de Janeiro removeu 37 mil habitantes (dados fornecidos pelo arquiteto Lucas Faulhaber). Além dessas remoções geradas por interferência direta de obras públicas em áreas previamente ocupadas, também pode-se considerar a exclusão causada por processos de gentrificação, como ocorre hoje na zona portuária com o projeto Porto Maravilha, que atrai grandes empreendimentos imobiliários e, gradativamente, expulsa a população local, cada vez menos capaz de se manter financeiramente e menos identificadas com a região que costumavam habitar.

Além disso, grandes equipamentos culturais assinados por grifes de arquitetura são adotados como projetos âncora nesses processos de renovação urbana, ou seja, uma das estratégias é a utilização da cultura como ferramenta de desenvolvimento econômico, o que [Arantes et al. \(2002\)](#) chamam de «culturalismo de mercado».

A criação dos cenários urbanos tem sido uma das demandas do processo de formação das cidades-mercadoria, ou seja, uma das facetas da configuração espacial da sociedade do espetáculo.

[Jacques e Jeudy \(2006\)](#) dizem que o processo de espetacularização das cidades está diretamente relacionado a uma diminuição da participação, mas também da própria experiência urbana enquanto prática cotidiana, estética ou artística. Os autores dizem ainda que, «a redução da ação urbana pelo espetáculo leva a uma perda da corporeidade, os espaços urbanos se tornam simples cenários, sem corpo, espaços desencarnados. Os espaços públicos contemporâneos, cada vez mais privatizados ou não apropriados, nos levam a repensar as relações entre urbanismo e corpo, entre o corpo urbano e o corpo do cidadão, o que abre possibilidades tanto para uma crítica da atual espetacularização urbana quanto para uma pesquisa de outros caminhos pelos urbanistas errantes, que passariam a ser os maiores críticos do espetáculo urbano» ([Jacques e Jeudy, 2006](#), p. 127).

Os situacionistas propõem uma forma de experimentar a cidade através da criação de situações e desvios e convocam os cidadãos a construção coletiva do espaço. Então, partindo de um pensamento afinado às ideias aqui expostas, cabe-nos refletir e questionar: quais forças serão capazes de ativar processos de consciência e postura participativa na construção e vivência do espaço urbano? Essa questão mostra-se pertinente, uma vez que podemos perceber duas forças antagônicas que atuam no território urbano: uma que direciona a espetacula-

rização; a outra que resiste através da apropriação dos espaços e das relações com eles estabelecidas.

### **3 Apropriações e sociabilidades no espaço urbano**

Portanto, pensar a rua como parcela do território das cidades que adquire sua dimensão de espaço público ao tornar-se palco para expressão artística e política permite-nos refletir acerca das diferentes tentativas de seu uso e ocupação como resistência aos processos de espetacularização urbana e repressão das diferentes formas de manifestação social. A resistência se dá através de práticas como as apropriações artísticas do espaço urbano, as manifestações sociais de caráter político e iniciativas de humanização das cidades. Através da experiência corporal, o cidadão adquire nova postura, que o permite apreender a cidade de maneira diferenciada, estabelecer relações com o espaço e com o outro e intervir de maneira ativa construindo seus lugares. «A experiência corporal da cidade é o exato oposto da imagem urbana fixada por um logotipo publicitário» (Jacques e Jeudy, 2006, p. 9). As práticas de resistência estabelecem momentos de tensão entre a cidade cenário e a cidade palco e é nas ruas que podemos perceber esses momentos que pretendem quebrar paradigmas e reverter lógicas de produção dos espaços nas cidades.

#### **3.1 Arena**

Os situacionistas participaram ativamente do movimento de Maio de 68, quando estudantes e trabalhadores organizaram greves e manifestações contra políticas do general De Gaulle, além de exigirem igualdade de raças e gêneros, liberdade sexual, direito das minorias numa sociedade parisiense conservadora. É um momento que marca a retomada do espaço público como espaço político, remetendo à ágora, o espaço da cidadania da pólis grega. Reflexos dessa nova postura do cidadão no espaço da cidade e das ideias propagadas no maio francês foram observados em outros países da Europa e também na América. No Brasil, a manifestação popular de maior vulto em reação à Ditadura Militar, ocorrida em 1968 no Rio de Janeiro, conhecida como a Passeata dos Cem Mil, reuniu estudantes, artistas e intelectuais numa caminhada pelas ruas do centro da cidade, exigindo o fim da ditadura e a retomada do poder pelo povo.

Recentemente podemos indicar outro momento significativo onde a palavra de ordem é «ocupar». O movimento *Occupy Wall Street*, iniciado nos Estados Unidos, se espalhou pelo mundo, e a ocupação do espaço público voltou a se tornar importante ferramenta de exercício de cidadania. Assim para Chomsky o aspecto mais digno de entusiasmo do movimento *Occupy Wall Street* é a construção de vínculos que estão se formando em toda a parte. Esses laços podem se manter e expandir, e o movimento poderá dedicar-se a campanhas destinadas a porem a sociedade numa trajetória mais humana (Chomsky, 2011).

Portanto, o espaço público enquanto arena de manifestações permite o desenvolvimento do sentimento de cidadania que estimula a participação ativa nas tomadas de decisões, na reivindicação de direitos, bem como, possibilita o encontro e a criação de laços reais entre os cidadãos.



### 3.2 Arte

A prática artística estabelece-se como uma prática de resistência quando promove novas vivências do indivíduo no espaço, estimula novos olhares, desvenda complexas relações de poder entre grupos sociais, subverte a ordem numa cidade engessada pelos novos mega projetos urbanísticos. E, além disso, a arte torna-se um veículo de emancipação do indivíduo antes marginalizado, dando-lhe voz e poder de ação para que ele intervenha e se faça presente nos cenários urbanos. Estas práticas possuem seu significado político e estabelecem uma nova ordem na cidade.

[Britto e Jacques \(2009\)](#), ao tratarem da arte enquanto micro-resistência urbana enfatizam que «trata-se da arte que poderia ser vista como uma forma de ação dissensual, de construção de espaços dissensuais ou conflituosos, uma possibilidade de explicitação desses conflitos, ou, ainda, como uma potência questionadora de consensos estabelecidos e, sobretudo, explicitadora de tensões do/no espaço público diante dessa atual despolitização consensual» ([Britto e Jacques, 2009](#), p. 342).

A partir de fins da década de 1950, a arte invade as ruas tornando-as campo de criação e expressão com o surgimento de movimentos artísticos importantes como o *graffiti* e a *pop art*, nos Estados Unidos, os *happenings* e performances e os movimentos de contracultura (a *beat generation*, o movimento *hippie*, por exemplo). No Brasil, podemos destacar a obra do artista plástico Hélio Oiticica durante o duro período de ditadura militar nos anos 60. Oiticica tem na cidade e seus personagens, fonte de inspiração. Através de suas alegorias, como o Parangolé, propõe uma arte participativa, onde investiga a relação entre corpo e obra de arte, corpo e cidade, num contexto de forte repressão artística e política, onde utiliza o humor e a participação como principais armas de contestação.

Na contemporaneidade, a arte urbana apresenta-se em diversos âmbitos, o *graffiti*, as performances de música, teatro e dança em espaços públicos, as apropriações efêmeras pelas artes plásticas. O *graffiti*, em particular, expressa graficamente a voz e as inquietações de parcela da sociedade. É uma prática carregada de simbolismos, significado político e espírito transgressor. [Baudrillard \(1979\)](#) escreve a respeito do *graffiti* logo após suas primeiras aparições nos Estados Unidos e diz: «Uma coisa é certa: tanto muros pintados como graffiti, nasceram após a repressão das grandes revoltas urbanas de 66/70. Trata-se de uma ofensiva tão selvagem quanto as revoltas, mas de um outro tipo, uma ofensiva que mudou de conteúdo e de terreno. Estamos face a um novo tipo de intervenção na cidade» ([Baudrillard, 1979](#), p. 36).

Portanto, «no declínio da vida pública, a arte urbana é promessa de comprometimento com o espaço urbano, legitimado ou não» ([Villac, 2012](#), p. 164), espaço esse que serve de suporte a uma ação criativa que evidencia o valor coletivo do espaço público ([Villac, 2012](#)).

### 3.3 Festa: Lisboa e os bairros populares

Experienciar as ruas através da festa é também uma possibilidade de resistir à conformação de nossas cidades e nossos corpos a um modelo apático de cidade não apropriada. A interação decorrente do encontro e da celebração é matéria prima que alimenta a produção cultural.

A cidade de Lisboa é apropriada em festa no mês de junho em homenagem

a Santo Antônio. As ladeiras de Alfama, as escadarias da Bica e demais bairros são tomadas por milhares de pessoas em intensa celebração. Em análise acerca de Alfama, [Cordeiro e Costa \(1999\)](#) ressaltam que: «*a morfologia física do bairro, a sua composição de classe, as atividades económicas ali praticadas, a densidade das redes sociais locais, a frequência, intensidade e repetição das interações quotidianas, a importância do associativismo, o modo como se inserem no local as instituições supra-locais, a lógica das rivalidades bairristas com outros espaços da cidade, tudo isso faz dele um quadro de interacção propício à produção continuada de formas culturais com grande carga simbólica e força expressiva – de que o fado, as festas e as marchas são exemplo*» ([Cordeiro e Costa in Velho, 1999](#), p. 65).

Essas festividades são organizadas por coletividades e associações voluntárias, que nos chamados bairros populares tem papel determinante no estabelecimento de vários tipos de sociabilidades locais e também na criação de uma identidade de bairro. A imagem desses bairros é resultado de uma «bricolage coproduzida endógena e exogenamente» ([Cordeiro e Costa in Velho, 1999](#), p. 61), ou seja produzida por agentes externos, muitas vezes dotada de uma visão patrimonialista, e também pelos moradores, baseada nas práticas cotidianas e seus desdobramentos. Para estes autores «*a festa anual dos santos populares (...) tem contribuído para a consolidação desta imagem de uma cidade polarizada em torno de pequenos núcleos vivenciais, olhados habitualmente como microcosmos residuais de vida comunitária. Os arraiais que enfeitam parte das ruas de alguns bairros da cidade velha, e as marchas populares que concorrem entre si num desfile ritualizado, representando e encenando as especificidades de cada lugar urbano, não só tem definido uma hierarquia de prestígio entre os bairros participantes destes concursos, como, sobretudo, tem contribuído para a própria produção destes bairros*» ([Cordeiro e Costa in Velho, 1999](#), p. 58).

## 4 The Open City

Na contramão dessa proposta de cidade apropriada, percebemos a proposta de cidade existente nos discursos dos megaeventos esportivos e os projetos urbanos derivados deles.

[Sennett \(2006\)](#) aborda duas concepções de cidade: o sistema fechado e sistema aberto. Podemos, nesse momento, nos referir ao sistema fechado, que é caracterizado pela formatação e determinação excessivas do espaço urbano. Para ele, a consequência desse ideal é a de rejeitar toda a experiência que se destaca ou desorienta e tudo o que não «se encaixa» tem seu valor diminuído.

Em contrapartida, a proposta de espaço democrático para [Sennett \(2006\)](#) está incluída no modelo de cidade desenvolvida em um sistema aberto – aberto a apropriação e fundamental para o estímulo à participação. Acrescenta que: «*When the city operates as an open system – incorporating principles of porosity of territory, narrative indeterminacy and incomplete form – it becomes democratic not in a legal sense, but as physical experience. In the past, thinking about democracy focused on issues of formal governance, today it focuses on citizenship and issues of participation. Participation is an issue that has everything to do with physical city and its design.*» ([Sennett, 2006](#), p. 9)

É nesse sentido que, por parte dos urbanistas e planejadores há a necessidade de recusar as intervenções focadas na produção de espaços da globalização

e espaços voltados para o espetáculo e seus consumidores inertes. Devem estar atentos a proliferação das micropráticas, do *placemaking*, do urbanismo *bottom up*, na perspectiva de incentivar o exercício da cidadania, a produção de espaços públicos que possibilitem a expansão das ações emancipadoras e encontros não planejados oficialmente. A construção coletiva de um espaço urbano de qualidade passa pela retomada das ruas de nossas cidades como espaços públicos de encontro e palco de manifestações espontâneas e apropriações criativas. A cidade, portanto, não só deixa de ser cenário quando é praticada mas, mais do que isso, ela ganha corpo, e torna-se «outro» corpo. Dessa relação entre corpo do cidadão e esse «outro corpo urbano» pode surgir uma outra forma de apreensão urbana, e, conseqüentemente, de reflexão e de intervenção na cidade contemporânea (Jacques, 2008).

A vida urbana garantida pela presença dos corpos nas ruas tende a desqualificar-se devido à espetacularização dos espaços e a formação de cenários que inibem a convivência saudável entre as pessoas. A população deve ser instigada a habitar as cidades de forma plena, percorrer suas ruas e vivenciá-las cotidianamente. Ruas são espaços de expressão e construção da cidadania, são territórios públicos passíveis de manifestações coletivas. Arte, política, festa!

## Referências

- Arantes, O. et al. (2002), *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, Petrópolis: Editora Vozes.
- Baudrillard, J. (1979), «Kool killer ou a insurreição pelos signos» in *Revista Cine Olho*, N.º 5/6, Jun./Jul./Ago, p. 36.
- Britto, F. B. & Jacques, P. B. (2009), «Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana» in *Fractal: Revista de Psicologia*, Vol. 21, N.º 2, p. 337–350.
- Chomsky, N. (2011), «Se queremos mudar o mundo, vamos entendê-lo» in *Carta Maior*, disponível *on-line* em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Noam-Chomsky-se-queremos-mudar-o-mundo-vamos-entende-lo/6/18096>, acessado em 20 jul. 2012.
- Cordeiro, G. e Costa, A. (1999), «Bairros: contexto e intersecção», in Velho, G. et al. *Antropologia Urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, pp. 58–79.
- Debord, G. (1997), *A Sociedade do espetáculo*, Rio de Janeiro: Contraponto.
- Jacques, P. (2008), «Corpografias urbanas», in *Arquitextos*, São Paulo, Ano 8, N.º 093.07, Vitruvius, fev. 2008. Disponível *on-line* em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>, acessado em 22 set. 2013.
- Jacques, P. B. e Jeudy, H. P. (2006), *Corpos e cenários urbanos*, Salvador: EDUFBA.

- Lefebvre, H. (2011), *O Direito à Cidade*, São Paulo: Centauro.
- Sennett, R. (1989), «The Civitas of Seeing» in *São Francisco Places*, Vol. 5, N.º 4, pp. 82–84.
- Sennett, R. (2006), «The Open City» in *Towards an Urban Age*, Berlin, pp. 8–10.
- Velho, G. et al. (1999), *Antropologia Urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Villac, M. (2012), «Apropriação criativa: projeto para a comunidade política no espaço público» in *arq.urb*, disponível on-line em <http://www.usjt.br/arq.urb>, Vol. 8, pp. 159–167.

# Projetar com a Diversidade: o equipamento como estratégia de ligar o Bairro à Cidade

*Rita Pires\**

## Resumo

O Bairro do Barruncho é um bairro de habitações clandestinas, marcado por uma profunda degradação física e social e pela inexistência de um conjunto de infraestruturas básicas. A população é relativamente jovem, com baixas qualificações académicas, baixos rendimentos, e marcada por uma certa diversidade, já que aí residem vários grupos étnico-culturais.

A contextualização do Bairro do Barruncho e a caracterização dos seus moradores, que aqui se apresenta, corresponde à primeira parte de um estudo que permitiu melhor compreender a complexidade deste bairro, e que culminou na proposta de um projeto de arquitetura para o local.

**Palavras-chave:** Bairro do Barruncho; perceções sobre o bairro; sociografia.

## Abstract

The Barruncho neighborhood is a clandestine housing neighborhood, marked by a profound physical and social degradation and by the lack of a set of basic infrastructures. The population is relatively young, with low academic skills, low incomes, and marked by a certain diversity, since there live various ethno-cultural groups.

The contextualization of the Barruncho neighborhood and the characterization of its residents corresponds to the first part of a study that allowed a better understanding of the complexity of this neighborhood, and culminated in the proposal of an architecture project for the site.

**Keywords:** The Barruncho neighborhood; perceptions about the neighborhood; sociology.

---

\*Possui Mestrado Integrado em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (2013), com o Projeto Final de Mestrado intitulado «*Projetar com a Diversidade: o equipamento como estratégia de ligar o Bairro à Cidade*». Atualmente é arquiteta estagiária na empresa ACTS Arquitectos: ✉ ritapires7419@gmail.com

## Introdução

O presente texto corresponde a um dos capítulos da dissertação de mestrado intitulada «*Projetar com a Diversidade: O equipamento como estratégia de ligar o Bairro à Cidade*», referente ao Bairro do Barruncho em Odivelas, doravante designado apenas por Bairro. Neste texto, começa-se por analisar a inserção do Bairro ao nível da freguesia e do concelho, apresentando-se ainda uma breve caracterização sociodemográfica dos seus residentes. Num segundo momento, procura-se refletir sobre o modo como o Bairro é percebido por residentes e não residentes e entender as redes de relações informais e institucionalizadas no Bairro e as necessidades e expectativas da população.

## 1 Contextualização do bairro e inserção do bairro na freguesia e no concelho

O Bairro localiza-se na freguesia da Póvoa de Santo Adrião, no concelho de Odivelas. Caracteriza-se essencialmente por ser um bairro de habitações clandestinas e de barracas, implantado numa área urbana consolidada de moradias e de edifícios de habitação colectiva, situado entre a Quinta do Barruncho, a Escola EB 2+3 Carlos Paredes e uma zona industrial. Apesar da relativa proximidade com a sua envolvente, o Bairro «encontra-se dissociado da malha e usos urbanos adjacentes com os quais simplesmente confina, separando-os mais do que permitindo a ligação entre eles» (Câmara Municipal de Odivelas, 2009, p. 3). De acordo com os Termos de Referência indicados para o lugar, o Bairro está classificado como «Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística, tendo em conta as circunstâncias de profunda degradação social e urbana verificada na área em questão e a premência que se coloca na sua resolução» (Câmara Municipal de Odivelas, 2009, p. 3).

O terreno onde se situa o Bairro começou por ser ocupado nos anos 60 do século passado por famílias portuguesas que vindas do campo em busca de melhores condições de vida na cidade, escolheram aquele local para construírem as suas habitações. Até aos anos 80 existiam cerca de vinte famílias a residir naquele local com a convívência dos proprietários do terreno, a quem pagavam renda. A partir de meados dos anos 80 começam então a chegar novos habitantes ao Bairro, na sua maioria trata-se de uma população imigrante proveniente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e alguns portugueses retornados das ex-colónias. No início da década de 90, «não são conhecidos os números concretos dos indivíduos residentes, contudo, há registo de que se tratavam de famílias pequenas, formadas em média por 2 ou 3 pessoas, que viviam em construções precárias disseminadas pelo terreno, de um modo disperso» (Tomás, 2001, p. 40). Só em 1995 é que a Câmara Municipal de Loures «procedeu ao levantamento dos núcleos de construção precárias da sua área territorial e à caracterização da respectiva população residente», ficando a saber-se que no núcleo do Barruncho residiam «98 agregados familiares, constituídos por 350 pessoas, os quais foram recenseados no PER, ou seja, passaram a ter direito ao realojamento municipal» (Tomás, 2001, p. 40). Atualmente o lugar caracteriza-se pela existência de um núcleo de barracas que acolhe cerca de 130 agregados familiares (535 indivíduos), sem quaisquer infraestruturas de saneamento básico

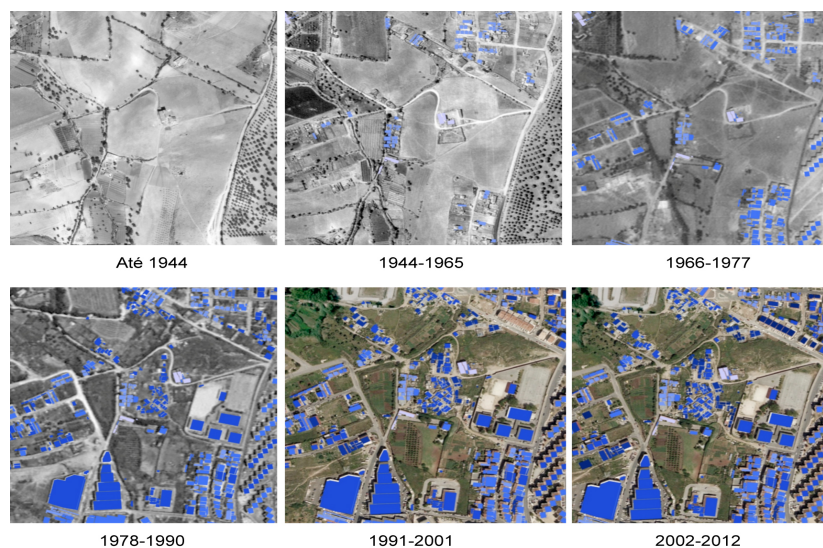


Figura 1 – Evolução do Bairro ao longo dos tempos

Fonte: Trabalho realizado pela turma 5ºD, «*Bairro na Cidade - Redesenhar e Requalificar o Lugar Entre Espaços, Ligar o Construído*», no âmbito da cadeira de Laboratório de Projeto VI, ano lectivo 2012/2013, lecionada pelo Professor Doutor Pedro Rodrigues, 2012

e condições de salubridade.

O grande impedimento da alteração da situação do Bairro é o facto de mais de 90% do terreno a recuperar pertencer a proprietários privados «que recusam qualquer forma de transmissão do terreno», tornando impossível «a erradicação das barracas e a requalificação urbanística da área» (Tomás, 2001, p. 41). No entanto, a Câmara Municipal de Odivelas continua a procurar a requalificação daquela área, e candidatou-se ao Programa EUROPAN (edição 9), «tendo sido o Barruncho um dos três sítios do país seleccionados pelo Júri, em reunião internacional, para integrar este concurso, promovido pela Associação Europeia de Arquitetura, destinado a arquitetos do espaço europeu com menos de 40 anos» (Tomás, 2001, p. 41).

## 2 Caracterização sociodemográfica da população do Bairro

Este bairro tem uma população relativamente jovem, onde a média de idades se situa aproximadamente nos 27 anos. As faixas etárias com valores mais significativos são as que se situam abaixo dos 25 anos, ao contrário das faixas etárias acima dos 50 anos, com menores valores percentuais. Este aspecto em particular representa um forte contraste com o crescente envelhecimento demográfico do país, e a que o município de Odivelas não é exceção. Dada esta característica etária, a maioria da população encontra-se em idade ativa, já que os indivíduos

com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos correspondem a cerca de 66% do total. Em relação à distribuição da população por género, verifica-se um equilíbrio, embora existam mais homens que mulheres.

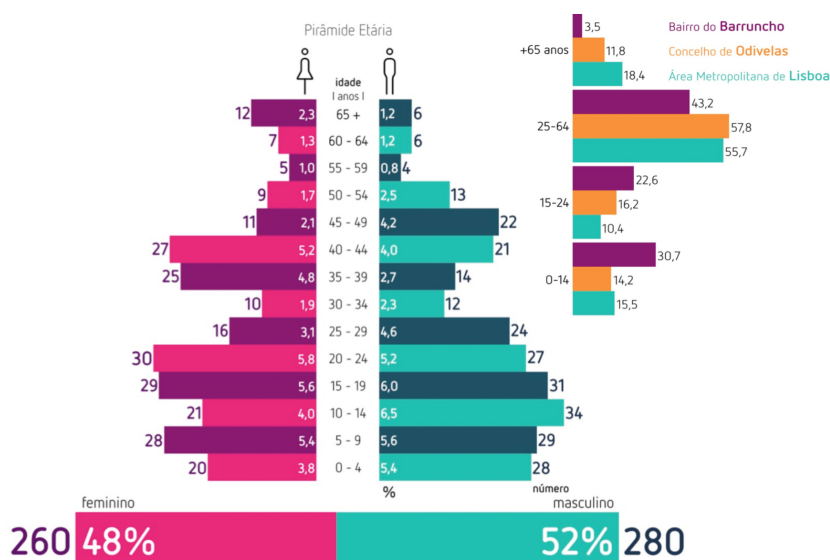


Figura 2 – Pirâmide etária e estrutura etária (%) do Bairro por comparação com o concelho de Odivelas e AML

Relativamente aos grupos étnicos presentes no Bairro, há uma predominância de população proveniente dos PALOP's, mais concretamente de Cabo Verde (41%). Dado que existe população muito jovem de origem africana, pode-se depreender que as gerações mais recentes são descendentes dos primeiros imigrantes no Barruncho e que, tendo já nascido em Portugal, requereram a nacionalidade portuguesa. Além dos africanos, também existem moradores portugueses e portugueses ciganos. Embora no geral exista respeito entre os vários grupos étnicos no Bairro, também existem alguns registos de dificuldades de relacionamento entre esses mesmos grupos.

Os agregados familiares presentes no Bairro têm maior dimensão comparativamente ao registado no conjunto do concelho de Odivelas e AML. A média por agregado é 4,7 pessoas, um claro contraste com a situação que pauta o resto do país. Quanto às tipologias familiares, as famílias do tipo tradicional conjugal nuclear com filhos são as mais comuns no Bairro (34%), seguindo-se as famílias extensas (26%) e as monoparentais (22%), podendo este último número revelar «a existência de problemas de desestruturação familiar no seio desta comunidade» (Tomás, 2001, p. 48).



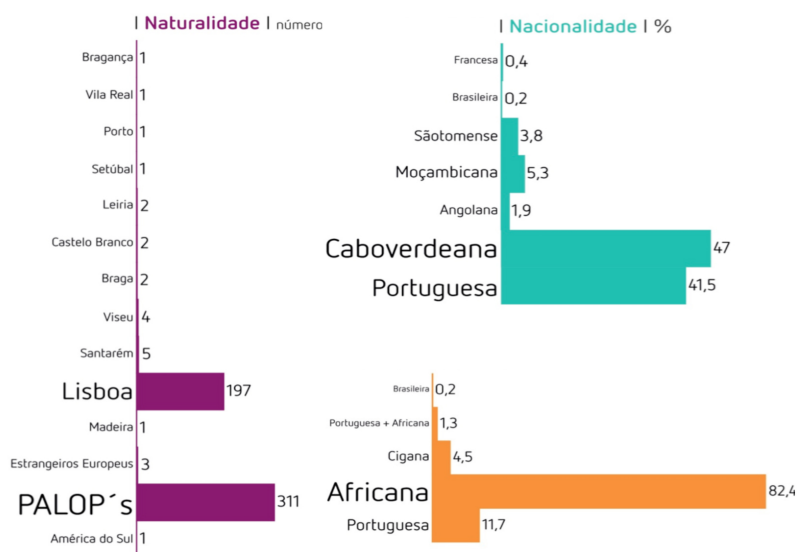


Figura 3 – Origens étnicas/nacionais dos moradores do Bairro

Fonte: Trabalho realizado pela turma 5ºD, «Bairro na Cidade – Redesenhar e Requalificar o Lugar Entre Espaços, Ligar o Construído no Construído», no âmbito da cadeira de Laboratório de Projeto VI, ano lectivo 2012/2013, lecionada pelo Professor Doutor Pedro Rodrigues, 2012 (Dados: INE e *Bairro do Barruncho: núcleo n.º 20*, DHSAS – S.E.P.; D.G.H.S. – S.I.S./GIS-Póvoa Sto. Adrião; D.C.R.H. – S.E.P.C., Odivelas, 2008)

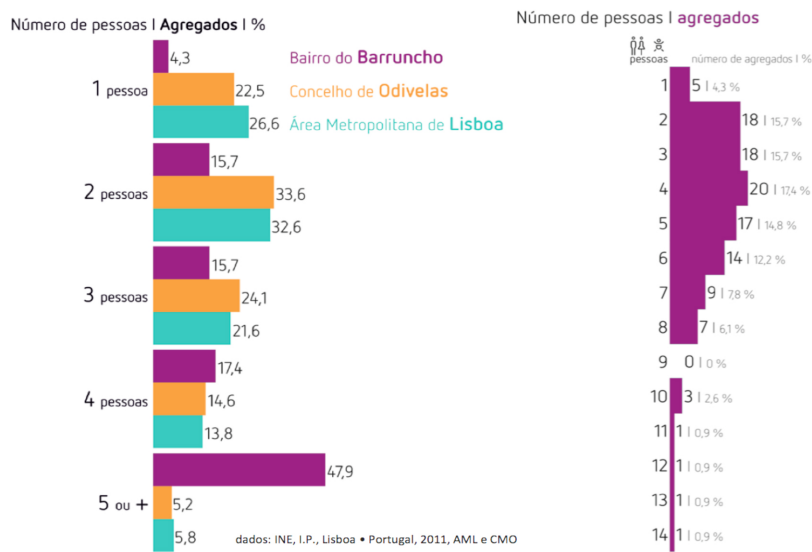


Figura 4 – Agregados familiares no Bairro e comparação com concelho de Odivelas e AML (%)

Fonte: Trabalho realizado pela turma 5ºD, «Bairro na Cidade – Redesenhar e Requalificar o Lugar Entre Espaços, Ligar o Construído», no âmbito da cadeira de Laboratório De Projeto VI, ano lectivo 2012/2013, lecionada pelo Professor Doutor Pedro Rodrigues, 2012

Quanto ao grau de instrução da população, verifica-se a existência de uma elevada percentagem de residentes com nenhuma (17,7%) ou baixa qualificação académica, dado que apenas 13,6% têm o 12º ano ou superior. Podemos relacionar esta situação com a baixa escolaridade das gerações mais idosas, e com o grande número de jovens em idade escolar presentes no Barruncho, dos quais parte significativa frequenta o 1º e 2º ciclos do ensino básico. O grau de escolaridade influencia inevitavelmente o tipo de atividades económicas mais desempenhadas pelos moradores do Bairro, pois a grande maioria trabalha em atividades que exigem poucas qualificações escolares, como as limpezas e a construção civil.

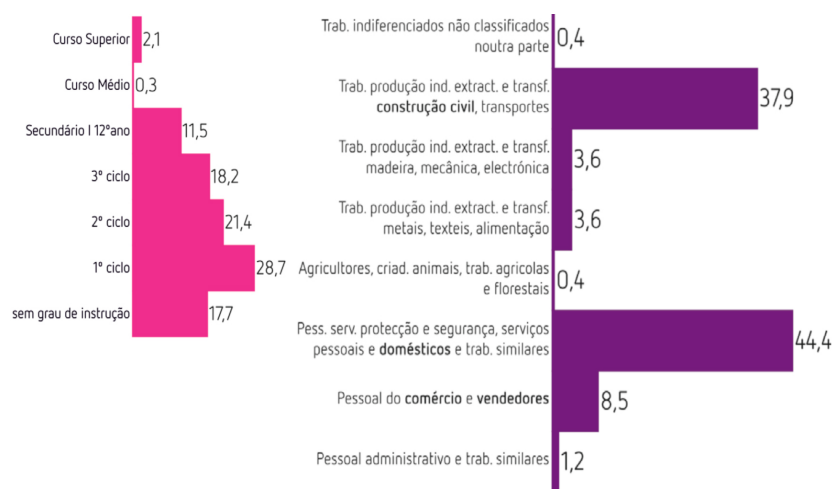


Figura 5 – Grau de escolaridade dos residentes (%) e grupos profissionais mais comuns no Bairro (%)

Fonte: Trabalho realizado pela turma 5ºD, «Bairro na Cidade – Redesenhar e Requalificar o Lugar Entre Espaços, Ligar o Construído», no âmbito da cadeira de Laboratório De Projeto VI, ano lectivo 2012/2013, lecionada pelo Professor Doutor Pedro Rodrigues, 2012

Estas atividades menos qualificadas são indissociáveis dos baixos rendimentos que a maioria dos moradores auferem mensalmente. Cerca de 69% dos indivíduos auferem até 400 euros/mês, 7,4% são pensionistas e 2,8% dependem de subsídios da Segurança Social. Muitos compensam em parte os baixos rendimentos através do auto abastecimento nas hortas e quintais presentes no local. Geralmente as mulheres trabalham nas limpezas, tendo horários muito longos e rendimentos inferiores aos dos homens. Já a maioria dos homens trabalha no sector da construção civil e, por essa razão, tende a oscilar entre ciclos de emprego/desemprego.

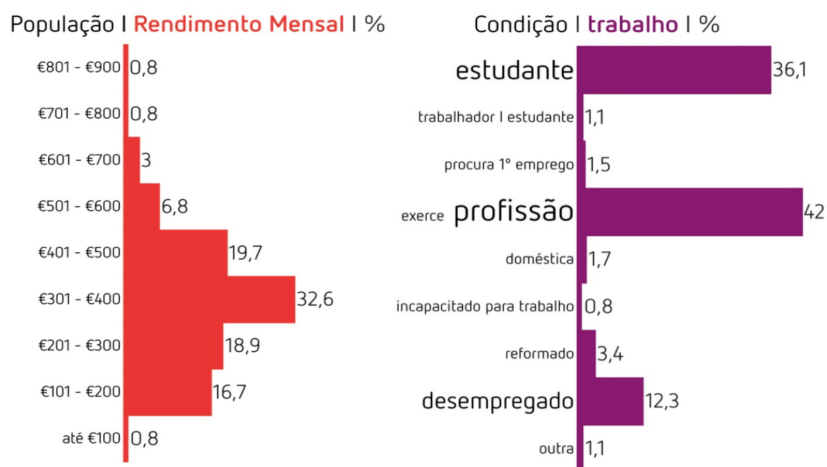


Figura 6 – Rendimentos mensais e condições de trabalho dos moradores do Bairro (%)

Fonte: Trabalho realizado pela turma 5ºD, «Bairro na Cidade – Redesenhar e Requalificar o Lugar Entre Espaços, Ligar o Construído», no âmbito da cadeira de Laboratório De Projeto VI, ano lectivo 2012/2013, lecionada pelo Professor Doutor Pedro Rodrigues, 2012

Feita a caracterização geral da população do Bairro, é igualmente importante analisar o perfil dos moradores entrevistados. Foram realizadas um total de 14 entrevistas semi-diretivas a residentes do Bairro, duas das quais mais extensas e as restantes de resposta rápida, onde os entrevistados, de diferentes idades e origens étnicas, foram questionados acerca de alguns aspectos do seu bairro e das suas necessidades e expectativas face a um futuro equipamento.

Relativamente ao perfil sociodemográfico dos entrevistados, 9 dos 14 indivíduos são de origem africana, 8 de Cabo-Verde e 1 de São Tomé, 3 são portugueses, sendo que um tem pais cabo-verdianos e 2 são de etnia cigana. A média de idades dos entrevistados é 42 anos, tendo o mais novo 13 anos e o mais velho 69 anos. Dos 14 indivíduos, 8 são do sexo feminino e 6 do sexo masculino. Embora o tempo de permanência no Bairro varie muito de caso para caso, o tempo médio de residência é 21 anos. Por um lado existem pessoas que ali moram desde a sua construção, como 2 dos entrevistados portugueses, que habitam o Bairro há cerca de 50 anos, sendo dos primeiros moradores que ali se instalaram. Por outro lado, há casos de pessoas que se instalaram recentemente, como o entrevistado 3, cabo-verdiano, de 29 anos, que se mudou para o Bairro há apenas 4 anos, ocupando ali uma casa após a morte do pai. Quanto ao nível de instrução dos entrevistados, as respostas refletem o perfil de baixo capital escolar que está bem disseminado entre os residentes no Bairro, pois dos 5 indivíduos, 4 têm o 4º ano (1º ciclo EB) e um tem o 5º ano. As baixas qualificações aliadas à atual situação económica têm um particular impacto na ocupação/profissão desempenhada atualmente pelos entrevistados, já que das 14 pessoas entrevistadas metade estão desempregadas, na sua grande parte

trabalhadores da construção civil, 3 trabalham nas limpezas e 1 é vendedora ambulante. Das restantes 3 pessoas, 2 estão reformadas, e outra é estudante do 3º ciclo.

### 3 O Bairro visto por si mesmo e pelos outros

O modo como o Bairro é visto está inerente à posição ocupada pelo interveniente em questão, ou seja, se reside ou não no Bairro. Se, por um lado, os moradores do Bairro têm uma relação mais afectiva com o espaço onde vivem, pois nele inscrevem as suas relações familiares e o seu dia a dia, por outro, os não residentes tendem a adoptar uma postura mais distante, racional e despojada de emoções na análise do Bairro.

Num estudo já realizado acerca dos residentes (Tomás, 2001), cerca de 60% afirma gostar ou gostar muito do Bairro onde vive, sendo que os restantes 40% dizem gostar pouco ou mesmo não gostar. As razões mais apontadas pelos moradores como justificação da sua boa relação com o Bairro estão ligadas ao hábito e acomodação ao local e ao estilo de vida, ao facto de o mesmo ser calmo, de haver uma boa relação de vizinhança, em muitos casos desde que o Bairro começou a ser habitado, e ao sentimento de à vontade e de familiaridade. Os moradores que afirmam não gostar do Bairro justificam esse facto com o sentimento de insegurança, provocado pela marginalidade (assaltos e violência) e «por haver muita gente desconhecida no Bairro», com a sujidade e insalubridade (muitos bichos que entram nas habitações e o excesso de lixo espalhado pelas ruas), o barulho durante a noite, e a desunião entre os moradores, «resultante de conflitos entre famílias e etnias» (Tomás, 2001, p. 55).

As entrevistas realizadas no âmbito do presente estudo comprovam estes mesmos dados relativos aos residentes do Bairro. Às questões colocadas «Como é que vê o seu Bairro?» e «Gosta de morar no Bairro? Porquê?», os entrevistados responderam que é um Bairro calmo, onde gostam de morar, embora reconheçam que existem algumas dificuldades e problemas associados:

*«(...) é um Bairro sossegado, calmo, somos unidos uns aos outros, somos todos africanos, portugueses não vi lá, não tem lá praticamente. (...) Sim, gosto de viver lá, independentemente da situação que há lá, porque também temos lá muitas dificuldades mas pronto...temos que estar lá, né? Não há outra maneira(...)»*

(Ana, 45 anos, doméstica, há 18 anos no Bairro)

*«Gosto de lá morar. E é um Bairro que, de todo, não é dos piores, não é? As pessoas quase todas se conhecem e comunicam. (...) É verdade que precisa mesmo da criação de estruturas e de infraestruturas. Mas gosto das pessoas.»*

(Manuel, 53 anos, cabo-verdiano, pedreiro e ladrilhador, há 15 anos no Bairro)

A referência aos outros grupos presentes no Bairro tem subjacente o peso e a união que os residentes africanos revelam, mas também a dificuldade de relacionamento entre esta e os grupos não africanos. Nas restantes entrevistas acerca do Bairro e da relação entre moradores, os entrevistados cabo-verdianos nomearam sistematicamente, como aspectos positivos, o respeito entre vizinhos e o forte sentimento de vizinhança, embora reconheçam que há zonas do Bairro onde não vão por falta de afinidade com os moradores. Já os residentes pertencentes aos grupos minoritários, como os portugueses e os de etnia cigana, não fizeram qualquer referência ao forte sentimento de vizinhança, antes pelo contrário, declararam que não interagem com os outros moradores («não conheço 98% das pessoas do Bairro», entrevistado 11, português, 55 anos, há 50 anos no Bairro). Quanto aos problemas e carências, quase todos referiram a falta de eletricidade e de pavimentação das ruas, a falta de saneamento básico e o lixo espalhado pelo Bairro.

Para além destas, foi colocada uma outra questão acerca das imagens que quer os moradores, quer os de fora atribuem a este bairro. Os entrevistados minimizaram o isolamento do Bairro, mostrando a convicção de que este é bem visto pelos outros:

*«Pronto, Bairro, já pelo nome, normalmente há sempre uma resistência (...) mas nós que estamos dentro, conhecemos efetivamente o nosso dia a dia (...) Do nosso Bairro pouco falam, assim, em termos de maldizer não é? É um Bairro pacato, tem “cordialidade”, as pessoas conhecem-se.»*

(Manuel, 53 anos, cabo-verdiano, pedreiro e ladrilhador, há 15 anos no Bairro)

*«Nós recebemos as pessoas de braços abertos, assim, sem problemas, e acho que isso já é bom, porque há muitas pessoas que se calhar ficam com aquela coisa de entrar no Bairro, mas lá no nosso não, as pessoas entram sem problemas.»*

(Ana, 45 anos, doméstica, há 18 anos no Bairro)

Para a análise da percepção dos não residentes face ao Bairro, foram realizadas 6 entrevistas. A variedade de respostas obtidas permite extrair o que se pode classificar de padrão, isto é, nos casos em que os sujeitos conhecem e têm uma relação com pessoas do Bairro, existe uma percepção positiva e favorável do mesmo, nos indivíduos que afirmam não conhecer o Bairro nem os seus moradores, existe a tendência para sobrevalorizar o seu isolamento e a ideia de espaço socialmente segregado. Se a relação com os moradores parece derrubar o estigma negativo e subvalorizar o isolamento do Bairro, já o desconhecimento suscita a desconfiança e o distanciamento. Exemplificando a primeira posição:

*«(...) a maior parte dos moradores conheço-os todos (...) e é “pessoal” que me dou bem com eles. Porque nós também temos lá várias etnias, temos “pessoal” de cor e também temos lá ciganos... Portanto, como hei-de dizer... Também me dou bem com eles. O único problema que existe ali é “pessoal” que faz os furtos fora daqui e depois vai-se esconder lá (...), às vezes eles são culpabilizados de uma coisa que não têm culpa nenhuma, vamos lá. Às vezes são mal vistos, o Bairro é mal visto por causa disso, mas o “pessoal” em si é “pessoal” ordeiro e pacato.»*

(António, 57 anos, Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de Santo Adrião)

Por outro lado, um dos entrevistados que não conhece os moradores do Bairro assevera que *«acaba por ser um Bairro isolado até pelas suas próprias características físicas, é um Bairro de barracas onde as pessoas não têm condições de habitabilidade, não têm condições de vida social, e acabam por estar um pouco afastados da própria freguesia, não por uma questão institucional mas por uma questão mais social: é sempre olhado de lado (...). Não conheço ninguém do Bairro, já fui lá algumas vezes, fui em âmbito político (...), mas não é um Bairro que eu frequente»* (João, 41 anos, urbanista e assessor de vereação).

Assim, no que respeita ao modo como o Bairro é percebido por si próprio e pelos outros, pode-se dizer que existe efetivamente um isolamento do Bairro da sua envolvente, embora este isolamento seja sentido de maneira diferente consoante se é residente ou não e, não sendo, se existe uma relação de proximidade com os seus moradores. Este isolamento é reforçado pelas condições espaciais do Bairro, que propiciam o surgimento de atividades marginais que contribuem para a sua imagem negativa. A este respeito, António, 57 anos, Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de Santo Adrião, diz que *«o único problema que existe ali é “pessoal” que faz os furtos fora daqui e depois vai-se esconder lá»*.

É no Bairro que se estruturam as principais redes de sociabilidade e de interação, principalmente, do grupo africano, o que reforça para o exterior esta imagem de território fechado. Para os moradores do Bairro, o modo de tentar ultrapassar a segregação que os afecta poderia ser através da realização de atividades extra-Bairro e por via da tentativa de aproximação com os territórios e residentes da envolvente. É o exemplo do grupo coral da paróquia, onde participam pessoas do Bairro e não só:

*«Antes as pessoas tinham preconceito e medo de entrar no Bairro. Foi a Irmã Cármen da paróquia que abriu as portas ao Bairro. Foi fundado um coro no Bairro, e agora até já vêm grupos de jovens ao Bairro fazer jogos com as crianças.»*

(Entrevistada 4, 69 anos, cabo-verdiana, empregada de limpezas, há 28 anos no Bairro).

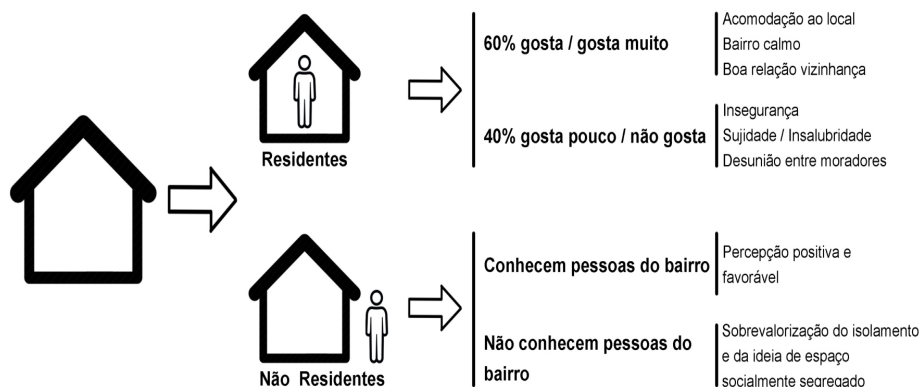


Figura 7 – O Bairro visto por si mesmo e pelos outros, síntese das conclusões

## Referências

Tomás, A. (2001), *Realojamento social em Portugal: Estudo sobre as expectativas e necessidades da população residente no Bairro face ao futuro realojamento*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Universidade Técnica de Lisboa, Texto policopiado, Relatório de estágio curricular.

Câmara Municipal de Odivelas (2009), *Termos de referência para a elaboração do plano de pormenor de reabilitação urbana do sítio do Barruncho*, disponível on-line em <http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/R.htm>, acessado a 4 de Novembro de 2012.

Trabalho realizado pela turma 5ºD (2012/2013), «Bairro na Cidade – Redesenhar e Requalificar o Lugar Entre Espaços, Ligar o Construído» no âmbito da cadeira de Lab. de Projeto VI, ano lectivo 2012/2013, lecionada pelo Professor Doutor Pedro Rodrigues.



## Espaço Público: do espaço da palavra ao espaço do silêncio

*Teresa Sá* \*

### Resumo

Partimos do pensamento de Richard Sennett, analisando especificamente a sua obra emblemática *The fall of Public Men* publicada em 1974. Abordaremos as transformações que foram ocorrendo no espaço público e nas relações que através dele se estabeleciam entre os indivíduos, desde a segunda metade do século XVIII até ao final do século XIX, nas grandes metrópoles: Paris e Londres. Segundo Sennett, a «palavra» vai deixando de ser o elemento central do processo de interação no espaço público – rua, lojas, teatro, cafés – sendo substituída pelo silêncio. Este texto dá exactamente conta desse processo de transformação associado ao abandono da vida pública e ao surgimento de uma visão íntima da vida.

**Palavras-chave:** vida pública; espaço público; palavra; silêncio.

### Abstract

Our starting point is the thought of Richard Sennett, specifically his flagship book *The Fall of Public Men*, published in 1974. We discuss the changes that took place in public spaces and the relationships established among individuals within such spaces, in the period ranging from the second half of the eighteenth century to the late nineteenth century, in the great metropolises: Paris and London. According to Sennett, the 'word' ceases to be the central element of the process of interaction in public spaces – streets, shops, theater, cafes – being replaced by silence. This text accounts precisely for this transformation associated with withdrawal from public life and with the emergence of an intimate view of life.

**Keywords:** public life; public space; word; silence.

---

\*Socióloga, doutorada em sociologia pelo ISCTE-IUL, Professora Auxiliar na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, investigadora do CIAUD – Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa:  
✉ Teresasa@fa.utl.pt

Abordaremos neste texto, utilizando como principal fonte o livro *The fall of Public Man* (1974),<sup>1</sup> um dos temas que percorre o pensamento de Richard Sennett: o modo de vida urbano, mais concretamente o surgimento e a queda da vida pública nas grandes metrópoles: Paris e Londres, desde a segunda metade do século XVIII até ao final do século XIX. Neste livro o autor faz uma análise profundamente minuciosa e rigorosa, tanto do ponto de vista histórico como do ponto de vista urbanístico, das transformações que foram ocorrendo no espaço público enquanto espaço físico e espaço relacional.

## 1 Espaço Público e sociabilidade

Em Paris e em Londres do século XVIII, o espaço público era um espaço de lazer, um espaço de espectáculo tendencialmente aberto à participação de todos. Encontramos nestas cidades uma multiplicidade de lugares que permitiam criar laços sociais entre os desconhecidos: as casas de pasto, os cafés, os parques, os banquetes públicos, eram espaços de lazer onde diferentes classes sociais interagiam e comunicavam, onde todos podiam ser facilmente identificados relativamente à sua profissão e posição social. Ainda no século XIX, e princípios do século XX, é no exterior, no espaço público, que a burguesia e a classe trabalhadora vivem a cidade como uma «festa».<sup>2</sup> Era na rua, no espaço público, que os indivíduos interagiam uns com os outros, que os «estranhos» se encontravam. Como escreveu Alfred Delvau em 1867: «Viver em casa, pensar em casa, beber e comer em casa, amar em casa, sofrer em casa, morrer em casa, achamos isso aborrecido e incómodo. Falta-nos a publicidade, o grande dia, a rua, o cabaret, o café, o restaurante» (Csergo, 1995, p. 134).

Mas a pouco e pouco, lentamente, ao longo destes dois séculos foi-se desenvolvendo um novo modelo de conduta onde o actor se foi transformando em espectador passivo. As pessoas deixaram de interagir umas com as outras na rua, os estranhos deixaram de falar entre si tornando-se meros espectadores que «observam» o que os rodeia. O *flâneur* de Baudelaire (2013) representa, aos olhos de Sennett, essa passagem de um espaço público marcado pela interacção entre todos, para um outro, onde o silêncio, o olhar, se sobrepõem à palavra.

Em França, durante a Terceira República (1870–1940) vive-se uma conjuntura política que favorece a defesa do melhoramento das condições económicas de toda a população alargando a todos o direito à cidade, ao lazer, ao divertimento, ao consumo. No entanto, há fronteiras claras entre os espaços e os tipos de diversão das classes sociais. Os operários frequentam sobretudo os cafés, bares e restaurantes dos bairros onde vivem, e deixam o centro da cidade para os burgueses e os turistas. Quanto aos divertimentos, para além do boxe, dos bailes, e do teatro, é o caminhar a pé pela cidade que se torna a principal actividade que ocupa os seus tempos livres (Csergo, 1995, p. 150). Aos domingos as famílias mais pobres passeiam pela cidade, «empurraram o carro do bebé ao longo do *Boulevard de la Saunetière*, depois do *Boulevard d'Avroy* e deram três voltas ao lago dos patos. Não estão sozinhos. Outras famílias dão as mesmas voltas, homens dignos, de ar indiferente, mulheres endomingadas, voltando-se

<sup>1</sup> Utilizámos a tradução espanhola *El declive del hombre público* de 2002.

<sup>2</sup> Termo utilizado por Henri Lefebvre que defende a cidade como um «valor de uso» e não como um «valor de troca».

para observar um vestido ou um chapéu, os filhos impedidos de brincar e obrigados a caminhar à frente dos pais» (Simenon, 2006, p. 68).

O passeio pela cidade de carruagem ou a pé faz também parte do quotidiano da nobreza e da alta burguesia. Proust (2004) [1923] conta-nos como todos os dias a Duquesa de Guermantes saía para o seu passeio e todos os dias ele a perseguia esperando dela um breve sorriso: «Agora, todas as manhãs, muito antes da hora em que ela saía, ia eu, fazendo um grande rodeio, postar-me à esquina da rua que ela descia habitualmente, e, quando me parecia aproximar-se o momento da sua passagem, tornava a subir com um ar distraído, olhando na direcção contrária, e erguia os olhos mal chegava ao pé dela, mas como se não estivesse à espera de a encontrar» (Proust, 2004, Vol. III, p. 58).

As transformações que foram acontecendo na forma de «habitar» o espaço público desenrolaram-se lentamente, suavemente, silenciosamente, nas lojas, nos cafés, nas ruas, no teatro. O silêncio foi-se apoderando da grande cidade.

O interior – a casa, onde reina a paz e a harmonia, foi prevalecendo sobre o exterior – a rua, espaço aberto e perigoso: as portas fecham-se com fechaduras e trancas, as janelas têm vidros duplos e grades. O processo é lento e acompanha as transformações tecnológicas que permitem uma nova forma de viver na cidade, que Balzac caracterizou como a «gastronomia do olho» (Sennett, 2002, p. 70).

É este processo, através do qual vai tendo lugar um abandono crescente da vida pública, onde o olhar vence a palavra, o som é substituído pelo silêncio, que abordaremos brevemente a seguir.

## 2 O espaço-público: ruas, lojas, teatros, cafés

O «barulho» da rua entrava logo de manhã casas dentro, através dos pregões, que Proust tão bem descreve: «Na sua carrocinha puxada por uma burra que ele parava diante de cada casa para entrar nos pátios, o vendedor de roupas, empunhando um chicote, salmodiava: “Roupa, vendedor de roupa, rou... pa”, com a mesma pausa entre as duas últimas sílabas de roupa como se entoasse um cantochão: “*Per omnia saecula, saeculo ... rum*”(...) uma vendedora de frutas e hortaliças, empurrando o seu carrinho, usava como litania a respiração gregoriana: “Olha que fresquinhas, tenras e bonitas, Alcacho... fras!”» (Proust, 2004, Vol. V, p. 111–112). Em Lisboa, recordo o pregão «Quem quer figos... Quem quer al... moçar...», que surgia como uma canção, que marcava o ritmo do dia. Os sons da rua: subir os estores, retirar as grades das lojas, das oficinas, colocar os produtos no passeio logo de manhã cedo, tudo isto, é substituído pelo silêncio, que corta qualquer porosidade que se possa estabelecer entre interior/exterior, entre a casa e a rua.

O bazar, que surge em França nos anos cinquenta do século XIX, é um edifício cuja arquitectura, iluminação, cores, apresentação dos produtos, clamam pela atenção do transeunte que percorre as ruas da cidade: «No plano cortado que dava sobre a praça Gaillon, a porta alta, toda em vidro, subia até à sobreloja, por entre complicados conjuntos decorativos, carregados de doirados. Duas figuras alegóricas, duas mulheres risonhas, com a garganta nua e lançada para trás, desfraldavam o letreiro: *Au Bonheur des Dames* (Zola, 2001, p. 4) [1883]. Estes espaços do desejo, do espectáculo e do consumo, são bem diferentes das lojas de bairro: escuras, tristes, pobres, «Mas, nessa nudez, o que

sobretudo impressionou Denise, cujos olhos estavam ainda cheios do brilho dos escaparates do *Bonheur des Dames*, foi a loja do rés-do-chão, esmagada pelo tecto, tendo por cima uma sobreloja muito baixa, com janelas de prisão, em meia-lua. (...) a porta, aberta, parecia dar para as trevas húmidas de uma cave» (Zola, 2001, p. 10). A pequena loja e o mercado de rua vão sendo substituídos pelo *grande armazém*, que dará origem mais tarde ao centro comercial, e cuja lógica de mercado pretende alargar o consumo a todas as classes sociais. O bazar *Bon Marché*, aberto em 1852, partia de três ideias novas: a margem de lucro sobre cada artigo seria pequena, mas o volume de vendas seria grande; os preços dos produtos seriam fixos e estavam marcados; qualquer pessoa podia entrar na loja e não se sentiria obrigada a comprar (Sennett, 2002, p. 316). O aumento das vendas associado à diminuição do custo dos produtos tornara-se possível devido ao aumento demográfico nas cidades, à melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras, ao crescimento de uma burguesia vitoriosa e ao papel que a mulher e a moda foram ganhando na sociedade. O fascínio pelos objectos e por tudo o que é «novo», a mercantilização de um número cada vez maior de produtos acompanhava a transformação do espaço público num espaço de consumo e de desejo em detrimento de um espaço de interacção e de convívio. Nos bazares, as pessoas passeiam em silêncio observando os objectos que desejariam ter, deixa de ter sentido «regatear» os preços, o que obrigava a uma interacção entre vendedor e comprador, pois estes são fixos e facilmente visíveis. O silêncio sobrepõe-se à palavra, o olhar sobrepõe-se ao escutar.

Em Londres e em Paris, no século XVIII, a ida ao teatro transformou-se numa importante actividade de lazer que fazia parte da vida urbana, «de um certo ponto de vista que, não foi imediatamente sensível, o teatro tornou-se por isso *um objecto comercial como os outros e o mercado de teatro estava aberto*» (Duvignaud, 1995, p. 398). Em Londres os espectadores eram sobretudo da classe média e alta, mas em Paris havia dois grupos de público distintos: os que correspondiam à elite e os membros das classes médias, estudantes e intelectuais (? , p. 174). Na *Comédie Française* havia um espaço específico para este segundo grupo, que permanecia de pé durante todo o espectáculo. Aí, os espectadores «participavam» na representação interrompendo muitas vezes os actores com aplausos ou apupos e pedindo-lhes por vezes que repetissem certas cenas. Quando a *Comédie Française*, em 1781, se mudou para um novo edifício, foram colocadas cadeiras, e assim todos os espectadores podiam assistir sentados ao espectáculo. No entanto, os críticos de teatro da época comentaram que essa mudança originou uma espécie de morte do teatro: «Já não havia gritos provenientes da parte de trás da sala, nem gente a comer enquanto assistia, de pé, à peça. O silêncio que reinava entre o público parecia diminuir o prazer de ir ao teatro» (Sennett, 2002, p. 175). Enquanto, no século XVIII, o «público respeitável» do teatro era barulhento, emitia opiniões, pedia que os actores voltassem a representar certas cenas, emocionava-se nas representações; no final do século XIX, o «público respeitável» era o que controlava as suas emoções e que se mantinha em silêncio durante toda a representação aplaudindo apenas no final. É a cidade, a metrópole, que lidera esta conquista do silêncio por parte dos espectadores, já que nas salas de província, tanto em Inglaterra como em França, os espectadores tendiam a ser mais barulhentos: «A disciplina do silêncio foi claramente um fenómeno cosmopolita.» (Sennett, 2002, p. 458–459).

No séc. XVII, para beber, fumar e falar de negócios havia a Taberna e o

Cabaret, lugares de má reputação que as elites raramente frequentavam (Le-coq, 1997, p. 3772). No final do século XVII surgem em Paris e Londres os primeiros cafés, «casas de pasto» (*coffee house*), lugar romântico e alegre onde à volta de uma chávena de café, corriam notícias, contavam-se histórias, tinham-se informações importantes sobre o estado das estradas, sobre o que se passava na cidade e nos negócios. Como os seus frequentadores pertenciam a vários meios sociais as informações que corriam eram muito variadas permitindo a cada um tomar conhecimento do «mundo dos outros». Aí reuniam-se os partidos políticos, aí corriam as notícias sobre actividades comerciais e sobre a possibilidade de êxito de uma determinada empresa. Foram os principais centros de informação da época, e eram de tal modo importantes, que no princípio do século XVIII os proprietários desses estabelecimentos, em Londres, começaram a editar e a imprimir jornais (Sennett, 2002, p. 190).

Mas, toda essa efervescência e alegria no espaço urbano foram-se perdendo. Na rua e nos cafés, a palavra, as conversas e discussões entre as pessoas, vão perdendo o seu espaço, sendo cada vez mais controladas pelo poder político. Em 1838 surgiu uma lei em França que proibia as discussões públicas entre os trabalhadores e criou-se um sistema de vigilância nos cafés onde estes se encontravam e discutiam. Em Londres, embora não tivesse sido publicada uma lei semelhante, havia também uma vigilância policial que não permitia que os trabalhadores se associassem (Sennett, 2002, p. 475). Era nas ruas e sobretudo nos cafés de bairro que os trabalhadores se encontravam no fim de um dia de trabalho e comentavam as notícias que aí ouviam.

### 3 Transformações no espaço urbano

Das «casas de pasto», onde as notícias correm e todos falam com todos, aos cafés famosos como o *Procope*, onde ainda é possível no século XIX encontrar familiaridade e interação entre pessoas que não se conhecem, Paris vai crescendo com a construção das grandes avenidas,<sup>3</sup> dos novos bairros burgueses, e os cafés vão deixando de ser o «espaço da palavra», frequentados por homens de várias classes sociais, passando a ser cada vez mais frequentados por grupos homogéneos.

Nos grandes *boulevards* de Paris, os cafés modernizaram-se. Surgem as esplanadas que ocupam os passeios largos com cadeiras e mesas, transformando o «exterior» num espaço de espectáculo que podia ser observado em silêncio por cada um: «Nas esplanadas, os clientes habituais permaneciam em silêncio contemplando as pessoas que passavam; sentavam-se ali como indivíduos, absortos nos seus próprios pensamentos» (Sennett, 2002, p. 368). Lugar de conversa, troca de ideias e discussões, o café torna-se cada vez mais num espaço onde é possível estar só, sem ser incomodado por ninguém. Por outro lado, os novos cafés mais silenciosos e caros começam a ser frequentados pelas classes alta e média afastando as classes trabalhadoras que se refugiam nos pequenos cafés e tabernas das ruas secundárias, onde uma vida pública subsiste ainda.

Em Inglaterra, de meados do século XVIII a princípios do século XX, existiam também muitos cafés, semelhantes aos grandes cafés franceses, perto de *Picadilly Circus*, mas era, sobretudo, nos *pubs* que os ingleses se encontravam.

<sup>3</sup> Construídas pelo Barão Haussmann na década de 1860.

Espaço fechado, era no interior do *pub*, que as pessoas se reuniam conversando à volta do balcão. Reinava a animação nos *pubs*, mas era também possível descobrir neles um espaço de isolamento, permitindo que quem o desejasse se sentasse a sós à sua mesa, diante de uma bebida (Sennett, 2002, p. 368).

Apesar das diferenças que existem entre o clube londrino (exclusivo) e o café parisiense burguês (onde todos podiam entrar), Sennett compara-os pela importância que ambos dão ao silêncio. Ambos começaram a funcionar com regras semelhantes onde o silêncio aparece como um direito público de protecção contra a sociabilidade (Sennett, 2002, p. 479). Em meados do séc. XIX as pessoas iam aos clubes para poderem sentar-se em silêncio sem que nada as incomodasse. «No clube do séc. XIX, o silêncio transformou-se num direito» (Sennett, 2002, p. 478). Também nos cafés das grandes avenidas parisienses, nas esplanadas, o «espectador silencioso», fazia parte da paisagem citadina, simultaneamente presente e ausente no espaço público.

Os cafés reflectem as diferentes maneiras de viver na cidade, os diversos estilos de vida urbana. Começaram por ser um «meio de comunicação» onde corriam as informações e se discutiam ideias, onde era comum indivíduos que não se conheciam discutirem uns com os outros, para passarem a ser um local onde cada um observa o outro, contempla a paisagem, trabalha ou lê, encontra-se com as pessoas do seu círculo, mas não interage com os desconhecidos. Vão perdendo a alegria e a sociabilidade dos primeiros tempos, mas continuam a ser um espaço urbano e animado. O café, frequentado a princípio apenas por homens, foi um espaço crucial para a criação desta vida pública, para a criação da Europa como espaço político e cultural. Steiner, ao pensar a «ideia de Europa», refere o café como um dos elementos específicos da cultura europeia, «a Europa é feita de cafetarias, de *cafés*. Estes vão da cafetaria preferida de Pessoa, em Lisboa, aos *cafés* de Odessa frequentados pelos *gangsters* de Isaac Babel. Vão dos *cafés* de Copenhaga, onde Kierkegaard passava, nos seus passeios concentrados, aos balcões de Palermo» (Steiner, 2004, p. 26). O *café*<sup>4</sup> é um local onde se encontram pessoas das mais diversas condições sociais, aí têm-se conversas privadas, discussões políticas, pode-se sonhar, trabalhar, jogar xadrez, dominó, bilhar, «é o clube dos espirituosos e a *poste restante* dos sem-abrigo» (Steiner, 2004, p. 26).

## Breve conclusão

Já no princípio do século XX, Georg Simmel (2001), chamava a atenção para a relação entre a metrópole e a racionalização, e para as suas consequências ao nível da vida individual e colectiva. Para Simmel, a metrópole é o lugar privilegiado do comércio e da burguesia, é o lugar onde a racionalização permite a mercantilização de tudo, onde a «pontualidade, a calculabilidade e a exactidão», vão dar uma nova forma à vida urbana, «Estes mesmos factores, que sujeitaram a forma de vida à exactidão e precisão do minuto, fizeram-na convergir numa estrutura da mais acentuada impessoalidade, ao mesmo tempo que a fizeram inflectir numa direcção marcadamente pessoal» (Simmel, 2001, (1903) pp. 34–35) .

---

<sup>4</sup> Um dos temas tratados por Pierre Nora (1997) (Dir.), *Les Lieux de Mémoire*, Paris: Gallimard.

Caminhamos cada vez mais pela cidade «desligando-nos» daquilo que nos rodeia, com uma indiferença perante o *outro*, bem explicitada por Simmel (2001) nas duas atitudes que caracterizam o homem metropolitano.<sup>5</sup> Em ambas, predomina a indiferença face ao que nos rodeia (objectos e indivíduos), como se o *estranho* que percorre as ruas ao nosso lado, que se senta nos cafés ao nosso lado, não tivesse nada a ver conosco, não tivesse nada a dizer-nos.

Partindo do pensamento de Richard Sennett, procurámos apresentar neste texto, de uma forma talvez excessivamente breve, as diferentes formas de interação no espaço público que ocorreram nas três décadas por ele analisadas: 1750, 1840, e 1890 nas grandes metrópoles Paris e Londres. Nas ruas, lojas, teatro, cafés, a palavra é substituída pelo silêncio, o ouvir pelo olhar, a acção pela indolência e Sennett mostra-nos como este processo foi acontecendo, como o que era considerado «natural» no espaço público se tornou um comportamento estranho, pouco aceitável, a partir de certa altura.

O que Richard Sennett procura compreender ao longo desta obra é exactamente como se constituiu este abandono da vida pública e esta indiferença face ao outro no espaço público. A resposta que dá passa sobretudo pela importância que a família, a casa, o indivíduo, foram adquirindo ao longo do século XX, o que se tornou possível devido a um conjunto de razões entre as quais a melhoria das condições económicas da maioria da população, as transformações que foram acontecendo ao nível do espaço urbano, a utilização das novas tecnologias de informação. Se este processo de individualização aconteceu nas sociedades «desenvolvidas» do mundo ocidental, a questão que preocupa Sennett é saber como conciliar esta *indiferença* com a necessidade do outro, e como criar um espaço público que crie uma vida pública e não represente apenas uma *ficção* dos próprios indivíduos.

## Referências

- Baudelaire, C. (2013), *O Pintor da Vida Moderna*, Lisboa: Nova Vega.
- Csergo, J. (1995) «Extension et mutation du loisir citadin, Paris XIX siècle» in Corbin, *L'Avènement des loisirs. 1850-1960*, Paris: Flammarion, pp. 119-168.
- Duvignaud, J. (1999) *Sociologie du Théâtre*, Paris: Presse Universitaires de France.
- Lecoq, B. (1997), «Le café», in Nora, P. (Dir.) *les Lieux de la Mémoire*, Paris: Gallimard, pp. 3771-3810 .
- Nora, P. (Dir.) (1997), *Les lieux de mémoire*, Paris: Gallimard.
- Proust, M. (2004, ev. ref. 1923), *Em Busca do tempo Perdido. A Prisioneira*, Vol. V, Lisboa: Relógio D'Água.

---

<sup>5</sup> Trata-se da *atitude blasé*, marcada pela indiferença perante as coisas, e a *atitude de reserva*, marcada pela indiferença perante as pessoas (Simmel, 2001).

Proust, M. (2004, ev. ref. 1923), *Em Busca do tempo Perdido. O Lado de Germantes*, Vol. III, Lisboa, Relógio D'Água.

Sennett, R. (2002), *Carne y Piedra*, Madrid, Alianza Editorial.

Simenon, G. (2006, ev. ref. 1931), *Pedigree*, Lisboa: ASA.

Simmel, G. (2001, ed. ref. 1903) «A metrópole e a vida do espírito», in Fortuna, C. (Org.) *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras: Celta, pp. 31–45.

Steiner, G. (2004), *A Ideia de Europa*, Lisboa: Gradiva.

Zola, É. (2001, ev. ref. 1883), *Au Bonheur des dames*, disponível *on-line* em acesso livre em [http://www.pitbook.com/textes/pdf/bonheur\\_dames.pdf](http://www.pitbook.com/textes/pdf/bonheur_dames.pdf).



## Normas para apresentação de originais

### E–revista

#### *Espaços vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade*

Requisitos para a apresentação de originais:

1. Os artigos propostos deverão ser originais, comprometendo-se os autores a não os candidatarem em simultâneo a outra publicação.
2. Os textos devem ser formatados a espaço e meio (inclusive as notas e bibliografia) e «corpo» de letra 12. Devem ser enviados por *e-mail* ([cidade.convive@gmail.com](mailto:cidade.convive@gmail.com)), com o ficheiro de texto em *Word for Windows*.
3. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 30.000 caracteres (com espaços), incluindo notas, bibliografia, quadros e figuras. Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo com um máximo de 650 caracteres, se possível traduzido em inglês. A seguir ao resumo devem ser acrescentadas três ou quatro palavras-chave. Cada artigo não deve ultrapassar um total de sete quadros ou figuras. Deve apresentar também um reduzido número de notas de rodapé.
4. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, preferencialmente sem numeração, ou com numeração árabe.
5. As transcrições deverão abrir e encerrar com aspas. Os vocábulos noutras línguas devem ser formatados em itálico.
6. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em quadros e figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos.
7. Nas chamadas de nota de rodapé devem utilizar-se apenas números, sem parêntesis. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do artigo.
8. As referências bibliográficas das obras citadas devem obedecer às seguintes orientações:
  - a) Livro – Apelido, Nome Próprio (ano, ev. ref. da primeira edição), *Título do Livro: subtítulo*, Local de edição: Editor.
  - b) Artigo em publicação periódica – Apelido, Nome Próprio (ano), «Título do artigo: subtítulo», *Nome da Revista*, volume (número), páginas.
  - c) Textos em coletâneas – Apelido, Nome Próprio (ano, com ou sem ref. à primeira edição), «Título do texto:subtítulo», em Nome Próprio e Apelido (org.), *Título da Coletânea, Subtítulo*, Local de edição: Editor, páginas.

9. Todos os trabalhos enviados devem:
  - a) conter a versão final do texto, pronta a publicar, devidamente revista de eventuais gralhas;
  - b) quando incluírem materiais gráficos, fazer-se acompanhar dos respetivos originais — no programa em que foram construídos — com indicação, no texto, dos locais onde devem ser inseridos. Todos os materiais gráficos devem ser concebidos em preto e branco ou em tons de cinzento. Os elementos extratexto (gráficos, mapas, gravuras ou fotografias) devem ser entregues em ficheiros autónomos devidamente identificados: os gráficos num só ficheiro *Excel*; outras figuras, em formato ‘.png’, ‘.jpg’ ou ‘.tif’, em ficheiro próprio único.
  - c) assinalar claramente as expressões a imprimir em itálico, ou a destacar por outra forma gráfica;
  - d) vir acompanhados de breve currículo do(s) autor(es), com indicação da formação académica e da situação profissional do(s) autor(es), bem como das instituições em que desenvolve(m) atividade e elementos de contacto (endereço(s) de *e-mail*).
10. Os artigos propostos para publicação serão submetidos a parecer de especialistas das áreas científicas em causa, em regime de anonimato. A decisão final de publicação é da responsabilidade do conselho de redação.

## **Lista de Autores**

Amado, Ana Elisabete Martinho, [38](#)

Braz, Vitor Cunha Longo, [70](#)

Crespo, José Luis, [7](#)

Guerra, Isabel, [1](#)

Justo, Rui Pedro Morais, [38](#)

Mendes, Maria Manuela, [20](#)

Nicolau, Jorge, [20](#)

Pires, Rita, [79](#)

Simões, Zélia, [59](#)

Souza, Marina Marques de, [70](#)

Sá, Teresa, [91](#)